IARA STEINER PERIN

ENTRE COMEMORAÇÃO E ESQUECIMENTO:
(RES)SIGNIFICAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO
NA REVISTA *VEJA* (1969-1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva.

Florianópolis, 2016

P445e Perin, Iara Steiner
Entre comemoração e esquecimento: (res)significações do Sete de Setembro na revista *Veja* (1969-1986) / Iara Steiner Perin. - 2016.
224 p. : il. color.; 21 cm

Orientadora: Cristiani Bereta da Silva
Bibliografia: p. 208-222
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

1. Brasil – História e revolução, 1964. 2. Ritos e cerimônias comemorativas. I. Silva, Cristiani Bereta da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 981.08 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

IARA STEINER PERIN

ENTRE COMEMORAÇÃO E ESQUECIMENTO:
(RES)SIGNIFICAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO
NA REVISTA *VEJA* (1969-1986)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____
Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membra: _____
Doutora Janaina Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense

Membro: _____
Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutor Norberto Dallabrida (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 8 de julho de 2016

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas compartilharam comigo os bons e maus momentos do Mestrado e da escrita desta dissertação. Agora, relembrando os breves intermináveis dois últimos anos, confirmo que a presença de vocês fez o percurso mais leve. Sinto que tenho comigo um pouco de cada uma e de cada um, e por isso só posso lhes ser grata.

Fundamentais, mãe e pai, Analice e Belmiro, vocês são a certeza. Sem seu apoio nada disso seria. Exatamente tudo que fizeram por mim ajudou a moldar o caminho que segui, e se chegar até aqui é uma conquista, ela também é de vocês. Muito obrigada!

Fer. Irmã, amiga, exemplo. Também é uma certeza pra mim. Fortuitamente, talvez, foi você quem me abriu o caminho – o caminho certo. Obrigada pelos anos de convivência, pela consultoria econômica individual personalizada e gratuita, muito obrigada pelo apoio de antes, de hoje e de sempre.

Na luta contra o sono, na caminhada ao final da tarde, nas longas conversas – também de longos áudios –, nos cafés e cappuccinos. Yasmim, nossa amizade é de

outra vida, mas você esteve presente em todo o percurso do Mestrado, da escrita do projeto até a formatação. Muito da força e da alegria que tive veio da sua presença. Nas horas precisas você foi o freio pra minha ansiedade, a calma pro meu desespero. Muito obrigada, Yas!

Também preciso agradecer às mais novas amigas, Thaila, Carolina e Rita, por me ajudarem a superar meus próprios medos e obstáculos.

À Professora Cristiani Bereta agradeço, antes de tudo, a confiança. Incansável e paciente incentivadora, obrigada por acreditar e também por todas as oportunidades que me proporcionou ao longo desses cinco anos como minha orientadora. Obrigada!

Obrigada, também, a todas e a todos que a História, de uma forma ou de outra, me apresentou e aproximou: Alessandra, Alexandre, Ana Carla, André, Antonio, Assis, Bia, Bruna, Carla, Carol, Célia, Chico, Diogo, Elaine, Fábio B., Fábio D., Flávio, Gustavo, Karla, Maíra, Mari, Pâmela, Renato, Rosi B., Rosi D., Tânia, Thatty. Por vocês todo meu carinho!

À CAPES e à UDESC agradeço pelo auxílio que, durante vinte e quatro meses, permitiu-me dedicar exclusivamente ao Mestrado

Mais uma vez, a todas e a todos, muito obrigada!

Considerando o papel que a mídia ocupa na política contemporânea, somos obrigados a perguntar: em que tipo de mundo e de sociedade queremos viver e, sobretudo, em que espécie de democracia estamos pensando quando desejamos que essa sociedade seja democrática?

Noam Chomsky

RESUMO

Resultado de um estudo historiográfico sobre a data cívica e o simbolismo do Sete de Setembro na revista *Veja*, esta dissertação analisa reportagens e peças publicitárias publicadas em edições da revista entre os anos de 1969 e 1986, sobre as quais são observados os usos, enquadramento e seleções de história e memória. Símbolo de modernização no contexto do “milagre” econômico, *Veja* foi lançada em 1968 tendo em vista o propósito de integração nacional através da notícia. A análise é elaborada em dois momentos, assinalados pelos contextos políticos do “milagre” econômico e do processo de redemocratização. No primeiro, observa-se um alinhamento das narrativas publicadas pela revista com as que foram mobilizadas pelo governo da ditadura civil-militar a fim de buscar legitimação social; a posterior descontinuidade da exaltação nacional nas publicações é analisada no segundo momento, enquanto efeito do longo processo de redemocratização, a partir de 1976. Buscou-se focalizar, a partir destes momentos, mais um processo ressignificação do Sete de Setembro devido a motivações políticas, relacionando-se à reflexão sobre a ditadura na condição de construção social. Analisou-se, ainda, a operacionalização do afastamento da imprensa e da sociedade civil quanto ao apoio ao golpe de 1964 e à ditadura que sucedeu e, além disso, o peso do esquecimento do passado na conciliação nacional e restabelecimento de um regime democrático e suas implicações para a sociedade de hoje.

Palavras-chave: Sete de Setembro. Comemoração. Revista *Veja*. Ditadura.

ABSTRACT

Result of a historiographical study about the civic date and symbolism of the September 7 in *Veja* magazine, this dissertation analyzes reports and advertisement pieces published in magazine's editions between the years 1969 and 1986, about which are observed the uses, framing and selections of history and memory. Modernization symbol in the context of economic "miracle", *Veja* was released in 1968, under the motivation of national integration through the news. The analysis was made in two different moments, marked by the political contexts of the economic "miracle" and the democratization process. In the first, it is observed an alignment of the narratives published by this magazine with those mobilized by civil-military dictatorship governments aiming social legitimation; the subsequent discontinuance of national exaltation in the publications is analyzed in the second moment as effect of the long process of democratization from 1976 on. In these two steps, the focus is on one more September 7 reframing due to politic motivations, linked to dictatorship's reflection in condition of social construction. Also was analyzed the operationalization of press and civil society displacement from the support of 1964's coup and the dictatorship that succeeded, furthermore, the heaviness of the past's oblivion on the national reconciliation and restoration of a democratic regime and its implications in the present-day society.

Keywords: September 7. Commemoration. *Veja* Magazine. Dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Acessórios simbólicos da Semana da Pátria ... 62
Figura 2 – As festas da Independência 82
Figura 3 – Capa de 8 de setembro de 1971 85
Figura 4 – O milagre mercadológico 90
Figura 5 – A Estratégia 95
Figura 6 – Capa de 6 de setembro de 1972 103
Figura 7 – Trecho da fala de José Bonifácio 104
Figura 8 – A Carta de Vargas 104
Figura 9 – “Imagens de cinco séculos de história” 107
Figura 10 – Brasília, desfile a rigor 116
Figura 11 – Norton Publicidade S.A. 133
Figura 12 – Capa de 11 de setembro de 1968 141
Figura 13 – Capa de 18 de dezembro de 1968 146
Figura 14 – Associgás 153
Figura 15 – Copersucar 154
Figura 16 – Banco Português do Brasil S.A 155
Figura 17 – Varig 156
Figura 18 – Rhodia 157
Figura 19 – Café Solúvel Brasília 158
Figura 20 – Singer 159
Figura 21 – Cia. Siderúrgica Nacional 160
Figura 22 – Serpro 161
Figura 23 – Mercedes-Benz do Brasil S.A. 162
Figura 24 – Constrol 163
Figura 25 – Mobral 164
Figura 26 – Varig e Cruzeiro 165
Figura 27 – Caderneta de Poupança 166
Figura 28 – Banespa 167
Figura 29 – Figueiredo assistindo ao desfile militar 189
Figura 30 – Multidão no Palácio do Planalto 194
Figura 31 – O esquecimento da História no fim do mastro 200

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
A presença do passado 13

CAPÍTULO 1
Amarelo-ouro – Verde-chumbo:
Uma comemoração para a ditadura 41

1.1 Onde está o inimigo da Pátria?..... 50

1.2 O dia do Brasil. Ou de como um feriado se transformou numa festa..... 59

1.3 As festas da Independência..... 76

1.4 E ficou a Pátria livre 99

1.5 Brasília: Desfile a rigor 114

1.6 1974-1975: A história no vão das fontes..... 119

CAPÍTULO 2
É propaganda da marca Brasil:
O Sete de Setembro na publicidade 122

2.1 Brasil: Deitado eternamente em berço esplêndido? 131

2.2 “Milagre” econômico: novos consumidores e uma nova revista 137

2.3 Ditadura e comemoração: do vigor à exaustão 147

CAPÍTULO 3
Ressignificar: Sete de Setembro e redemocratização 168

3.1 Comemoração para todos 175

3.2 A Semana da Pátria 179

3.3 O silêncio dos povos 183

3.4 Tom marcial..... 186

3.5 1980-1984: A história (continua) no vão das fontes 191

3.6 O povo na festa 192

3.7 O esquecimento da História no fim do mastro... 195

CONSIDERAÇÕES FINAIS
O passado assegura o futuro? 203

REFERÊNCIAS 208

APÊNDICE A – Quadro de fontes 223

INTRODUÇÃO

A presença do passado

Em efervescência de manifestações. Esta parece ser a condição da sociedade brasileira desde, pelo menos, o ano de 2013. Com a facilidade de acesso à informações e, em igual escala, também a facilidade de expressar opiniões, tem-se visto pessoas descontentes com o governo atual pedirem por intervenção militar para “salvar o país do comunismo”, dentre outros motivos, e sendo saudosistas com o regime ditatorial implantado em 1964. É imediata a preocupação de historiadores do presente em relação aos rumos que estas reivindicações podem tomar. Porém, com pensamento firmemente otimista, inspiram-se em buscar os porquês deste tipo de manifestação e trabalham com o intento de influenciar a consciência de pessoas que pensam daquela maneira, mesmo que num longo prazo.

Estas manifestações vêm ancoradas em um patriotismo que os cidadãos dizem defender. Porém, que patriotismo é este? Qual é a ideia norteadora para pensar que determinadas medidas seriam melhores para o país? Por que essas pessoas acham que uma intervenção militar será benéfica? Muitas perguntas poderiam ser

feitas no intuito de entender a consciência histórica que perpassa as reivindicações nas manifestações que têm acontecido desde 2013, para isso é preciso compreender como as pessoas entendem o mundo ao seu redor e a si mesmas.

Os meios de comunicação de massa têm papel central tanto na mobilização política, quanto na sua manipulação. As reportagens em periódicos, sejam semanais ou diários, são lidas como verdade, pois são escritas na ambição de refletir a *realidade*. Jornalistas e veículos de comunicação de massa são entendidos como ocupantes de posição de exterioridade aos conflitos e, por isso, podem colocar julgamentos em circulação sem serem tachados de agir por interesses específicos, até porque a neutralidade no jornalismo corresponde à validação de discursos hegemônicos (BIROLI; MIGUEL, 2012). A hegemonia carrega o carimbo do que é legítimo, “é ela quem circunscreve o universo de significados possíveis das relações travadas em sociedade” (MORAES; SCHUSTER, 2013, p. 192).

Produto cultural de um período em que um mercado consumidor de bens simbólicos se esboçava, *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968 num cenário midiático pautado por estes parâmetros, e foi

pensada para ser uma nova revista para os padrões brasileiros, acostumado com revistas ilustradas. O que caracteriza a situação cultural dos anos 1960 e 1970 no Brasil é uma expansão de produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e a cultura popular de massa.

Assim, a Editora Abril, em seu período de ascensão e consolidação no mercado editorial, buscava abranger todos os segmentos do mercado, como já se percebe apenas pelos títulos de algumas das revistas postas em circulação naquela década: *Quatro Rodas* (1960), *Claudia* (1961), *Realidade* (1966) e *Veja* (1968). Elas representam um ou mais aspectos da modernização da sociedade brasileira de então: a implantação das indústrias automobilísticas e o surgimento de uma sociedade de consumo, e as causas femininas, para as duas primeiras. Já as duas últimas se concentraram mais no plano político-ideológico (MIRA, 1997).

Veja nasceu como uma nova revista, literalmente inédita, em um momento igualmente inédito na história do Brasil, em um regime político que queria purgar o país com o combate ao “inimigo comunista”. Por vezes combativa, por outras ambígua, a revista também

compartilhou dos ideais de união/coesão nacional de que aquele regime carecia e os quais buscava na rememoração de períodos de exaltação nacional da História do Brasil. Ou, senso comum, buscava no velho as bases para construir o novo.

Uma sociedade que queria experimentar as glórias do capitalismo tinha medo do comunismo. As reformas econômicas previstas pelo governo de João Goulart (1961-1964) prometiam acabar com o latifúndio, conceder direito de voto aos analfabetos, proteger os assalariados e mudar radicalmente os padrões de ensino e aprendizagem, o que realmente revolucionaria o país. Contudo, apesar de entusiasmar muitas pessoas, essas reformas causavam medo em outras tantas, pois iriam abalar tradições consagradas, questionar hierarquias de saber e de poder. E o Brasil viraria comunista? A maioria da população não sabia ao certo o que esta palavra significava, mas a associavam a tudo de mal que existia – doença, miséria, destruição da família e dos valores.

O estudo da historiadora francesa Maud Chirio (2006) também segue esta ideia. A autora aponta que o golpe de 1964 lutava contra uma ameaça que naquele período ainda não existia, pois, já que havia sido posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro

(PCB) apoiava as propostas do presidente João Goulart de maneira informal. Além disso, ainda de acordo com a autora, apenas uma pequena parte da esquerda brasileira defendia uma política de luta armada.

A revista *Veja* consolidou-se como um dos semanários de maior tiragem no país ainda na década de 1970 e é, ainda em 2016, grande formadora de opinião. Assim, um estudo que procure entender como esta revista atuou/atua na formação da consciência histórica dos indivíduos se faz necessário até mesmo para compreender a sociedade atual. A ambição dos referidos meios por transmitirem a *realidade* também se aplica à revista *Veja* e pode ser cruzada com a intencionalidade da ação humana presente na explicação que Jörn Rüsen (1994; 2001; 2007; 2009) dá à consciência histórica. Este termo se refere a uma forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É a partir dela que os seres humanos mobilizam argumentos históricos para poder orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

Aplicado às reportagens de *Veja* que serão analisadas, este termo se mostra pertinente para explicar, de uma parte, a seleção de conteúdos feita pela revista ou o que ela julgou ser digno de chegar até seu público leitor.

De outra parte, ao fazer uma releitura de fatos históricos, a revista demonstra a sociedade que deseja formar, quais valores e qual a memória ela deve ter.

Buscar enaltecer a Pátria por meio de comemorações cívicas e propaganda política não foi característica exclusiva do regime ditatorial brasileiro iniciado em 1964. Praticamente toda mudança de regime observa, além das mudanças políticas consideradas necessárias então, tentativas de angariar coesão popular dessa maneira. Em outras palavras, em momentos de ruptura há que se lidar, ao mesmo tempo, com a organização de uma nova vida social e política e com a construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo, e é por isso que se remete ao passado como maneira de buscar as raízes do que é verdadeiramente brasileiro. Tudo isso faz parte de projetos políticos que cada governo faz para si e para a população. No entanto, o que mais interessa saber sobre isso não é o caráter falso ou genuíno que símbolos e/ou comemorações cívicas nacionais possuem, mas sim os propósitos que os levaram a serem inventados e de que maneira isso foi empreendido em determinado contexto histórico, pois de acordo com Eric Hobsbawm (1997a), é

em momentos como esses que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal.

Além dos objetivos social e historiográfico, este trabalho também surgiu de uma motivação pessoal. Minha relação com *Veja* teve início em 2002, quando meu pai quis assinar a revista na intenção de ajudar minha irmã a se preparar para o vestibular. Cinco anos mais nova que sou, tomei como exemplo as leituras que ela fazia. Na época eu não tinha idade suficiente para discernir o que era uma boa revista, muito menos sabia o que era parcialidade e imparcialidade no jornalismo. Então, por alguns anos, *Veja* foi a única revista que li semanalmente, e ainda sem fazer nenhum julgamento sobre seu conteúdo. Quando chegou a hora de eu também estudar para o vestibular, os professores do colégio achavam muito bom que os alunos lessem esta revista, e incentivavam a prática. Como professores também são exemplos e referências que tomamos para a vida, então julgava eu seguir no bom caminho da vestibulanda bem preparada. Queria cursar Jornalismo e até sonhava em trabalhar na revista. Não passei, mas passei em História. Logo nos primeiros dias do curso a visão de História que aprendemos na escola praticamente cai por terra, e foi aí

que adquiri a criticidade que julgo necessária ter sobre qualquer meio de comunicação.

Em 2010 comecei como bolsista de Iniciação Científica sob orientação da professora Cristiani Bereta da Silva, estudando a construção do saber histórico escolar em Santa Catarina. Em 2012 passei a trabalhar em outro projeto “A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado e gestão da memória nas páginas da Revista *Veja* (1968-1990)”, também coordenado por ela. Nesta nova proposta, passei a pesquisar a revista *Veja* e meu interesse por esse periódico e questões subjacentes resultou no Trabalho de Conclusão de Curso que apresentei em dezembro de 2013. Com recorte temporal estabelecido entre os anos de 1969 e 1973, o trabalho teve por objetivo analisar reportagens publicadas por *Veja* que faziam uso do simbolismo em torno da comemoração do Sete de Setembro, observando como isso se relacionou com a ideia de nação valorizada pela ditadura e se isso contribuiu para a composição do sentimento de nacionalismo do período (PERIN, 2013). Uma parte revisada deste TCC compõe um capítulo do livro que resultou da pesquisa a qual o projeto estava vinculado, organizada pela professora Silvia Maria Fávero Arend (PERIN, 2014). Também desdobramento da pesquisa

inicial, o projeto que elaborei para ingressar no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC tinha como objetivo principal analisar de maneira mais aprofundada as reportagens estudadas no TCC, porém com um recorte temporal mais abrangente, indo até a redemocratização. Este projeto sofreu alguns ajustes no sentido de aperfeiçoar e aprofundar a discussão teórica que o trato com um periódico impresso e a ditadura exigem.

A pesquisa documental foi feita no Acervo Digital da revista *Veja*[1] através das palavras-chave: *nação*, *nacionalismo*, *pátria*, *patriotismo*, *independência*, *comemoração* e *sesquicentenário*. Apesar da facilidade de ferramentas de busca que o site oferece, não se abriu mão de "folhear" (virtualmente) cada revista em que os termos apareciam. As fontes selecionadas são em número de dezesseis peças publicitárias, e vinte reportagens e artigos[2], cuja maioria está na seção *Brasil*, e em menor número nas seções *Especial*, *Ponto de vista*,

---

[1] O acervo pode ser acessado através do endereço eletrônico: <https://acervo.veja.abril.com.br>.

[2] Considera-se pertinente fazer uma breve observação: reportagens e artigos podem ser diferenciados, basicamente, pela questão das fontes utilizadas em cada um. O artigo é a opinião da pessoa que o escreve, e as reportagens são textos mais elaborados que apresentam uma variedade de fontes e, por vezes, contrasta diversos pontos de vista sobre um mesmo assunto.

Documento, *Arquitetura*, *Entrevista*, *Literatura* e *História*, além de alguns editoriais, as chamadas *Carta ao Leitor*. A pesquisa até o ano de 1974 já havia sido feita para a elaboração do TCC, portanto, em abril de 2015, foi concluída a pesquisa até 1986. Para melhor visualização de todo o corpo documental, foi elaborado um quadro de catalogação (ver Apêndice A – Quadro de fontes) que especifica a data, o número, a seção, o intervalo de páginas, título e subtítulos de cada publicação.

Estudar periódicos de comunicação de massa constitui-se em duplo desafio, pois eles são, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa (LUCA, 2005). Assim, a revista *Veja* é produto e produtora de determinadas consciência e memória históricas, assim como esteve inserida e contribuiu para modificar/reafirmar determinada cultura política. Esta ambivalência de possibilidades em torno das fontes escolhidas para este trabalho é indissociável, ou seja, ambas as análises serão feitas ao longo dos capítulos.

Depois de concluída a pesquisa documental, o ano final do recorte temporal foi alterado, sendo estabelecido em 1986, pois é o último ano em que a revista trata deste assunto, o que também é muito pertinente para o objetivo de mostrar a mudança no sentido atribuído ao Sete de

Setembro através da transição do regime ditatorial para o democrático. Por isso, além da análise a partir dos efeitos do ato de comemorar, algo que era mais central no projeto inicial, o estudo se abriu para as peças publicitárias e também para a maneira como a revista trata o nacionalismo – e isto inclui, claro, os momentos de comemoração.

Assim, unindo motivação pessoal e necessidade social e historiográfica, este trabalho propõe a análise de reportagens e peças publicitárias publicadas por *Veja* que abordavam a data cívica[3] e o simbolismo do Sete de Setembro entre os anos de 1969 e 1986, aqui divididos em dois momentos distintos, essencialmente, pela situação política que o Brasil vivia em cada período e os quais serão assunto do primeiro e terceiro capítulos.

Para chegar ao objetivo de explicitar a mudança de sentido do Sete de Setembro observada em *Veja*, é oportuno fazer um breve retrospecto para ressaltar outras alterações de sentido que esta data sofreu ao longo da história. Para começar, a adoção da data de Sete de Setembro para marcar o nascimento da nação não foi

---

[3] Prefere-se dar o tratamento de “data cívica” quando é feita referência sobre o Sete de Setembro, de forma geral, pois o sentido de comemoração é justamente a problematização deste trabalho.

consenso nem no ano em que a independência política do Brasil foi decretada, em 1822. Depois, com a Proclamação da República no final do século XIX, novos ideais e necessidades estavam em jogo, e a luta foi entre republicanos e monarquistas para decidir entre o 21 de abril de Tiradentes (considerado o precursor da primeira tentativa de independência) e o Sete de Setembro de Pedro I. Alguns anos depois, em 1922, “os pensadores do Centenário construíram uma história (na verdade, uma memória), que firmou uma longa tradição na transmissão do conhecimento histórico” (MOTTA, 1992, p. 22). Também no Estado Novo (1937-1945) o recurso às comemorações cívicas assumia sentido de manutenção do regime, essência que foi ressignificada pela ditadura iniciada em 1964 de acordo com as necessidades daquele momento.

Nesta sequência, este trabalho quer evidenciar duas fases apresentadas por *Veja* e que explicitam mais uma transição em torno da ideia de Sete de Setembro e do nacionalismo no período da ditadura pós-1964, bem como se alterou a definição de sujeitos históricos elaborada pela revista. A primeira destas duas fases se situa entre os anos de “ouro” e de “chumbo” da ditadura, no início da década de 1970; e a segunda abrange o

período em que se costuma localizar o processo de redemocratização brasileira, a partir da segunda metade desta mesma década. Objetivo principal desta dissertação, a proposta destas duas fases de observação leva em conta o importante papel que os meios de comunicação de massa têm na mobilização e também na manipulação política. Foi assim durante a ditadura e é assim ainda hoje. Portanto, neste sentido, o papel do historiador do presente é fazer surgir, conscientemente, o passado no presente (HARTOG, 1997), “sem realizar um estudo mecânico limitado a um jogo de espelhos entre a sociedade global e o discurso do historiador” (DOSSE, 1994, p.14), há que se perguntar a qual demanda social este trabalho pretende corresponder e, assim, mostrar que aquele nacionalismo movido nas manifestações pedindo por intervenção militar é herdeiro de um sentimento elaborado sob uma cultura política ditatorial, de um regime que deixou o país com muito mais perdas do que ganhos.

Seguindo na investigação dos motivos que levam uma sociedade a tomar determinadas atitudes, a tese de doutorado do historiador Luis Fernando Cerri (2000) aborda a ação da publicidade com temáticas políticas e sua interferência na consciência histórica. O autor

identifica tentativas do governo de incentivar o otimismo e o sentimento nacionalista, utilizando-se do momento de crescimento econômico dos primeiros anos da década de 1970 e do bom desempenho do Brasil na Copa do Mundo de 1970, através de peças publicitárias de instituições públicas e privadas, veiculadas em revistas de circulação nacional. Cerri também pontua a aproximação de interesses entre essas instituições, visto que empresas privadas valiam-se de símbolos elaborados pela propaganda oficial do governo. O estudo de Cerri (2000) também contribui para a análise das peças publicitárias que é feita no segundo capítulo desta dissertação. Concentradas em número maior no início da década de 1970, observa-se a relação destas publicações com o bom momento que o país vivia no “milagre” econômico na busca da ditadura por legitimidade, mesclando realizações da esfera política com apelo ao consumo.

Neste mesmo sentido, Janaina Martins Cordeiro (2015) analisa o consenso social observado nos primeiros anos na década de 1970 e o posterior *silenciamento* deste apoio, provocado pela longa transição democrática. As comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972) são o centro a partir do qual a historiadora analisa a metamorfose no sentido atribuído a esta data, cujas

representações na imprensa fazem ver a transformação pela qual a sociedade também passou entre o início da década de 1970 (período de êxito das comemorações) e a longa transição democrática, entre 1979 e 1988. As festividades da comemoração dos 150 anos da Independência brasileira que foram utilizadas como tentativa de reafirmação do imaginário social otimista (CERRI, 1999; ALMEIDA, 2009; SERPA, 2009; CORDEIRO 2015), também produziram o consenso ditatorial reafirmado nas ruas, nas escolas. Com o posterior esfacelamento do pacto ditatorial e o esvaziamento do sentido de comemorar, permaneceu uma sociedade que carecia de um pacto pela democracia, o que levará ao silenciamento do apoio que expressivos segmentos sociais depositaram nos governos da ditadura.

Para situar teoricamente como este esquema de silenciamento (ou esquecimento da memória) pode se desdobrar, e considerando que a imprensa também produz narrativas de uma sociedade, é fundamental entender os recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece, conforme expõe Paul Ricoeur (2007, p. 455): “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os

contornos dela”. São escolhas, pois a narrativa abrange necessariamente uma dimensão seletiva e aí são inscritas as estratégias do esquecimento. Ainda segundo Ricoeur, ao perseguir na exploração dos usos e abusos do esquecimento, o autor situa esta forma de esquecimento mais manifesta – para além do nível psicopatológico da memória impedida – no âmbito da memória manipulada, no qual também se estabelece a problemática do cruzamento entre memória e identidade, a ponto de a primeira se confundir com a segunda. Então, quando é revelada uma fragilidade de identidade, abre-se para a oportunidade de manipulação da memória, e então se operacionaliza o esquecimento, ou o seu abuso: “por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. [...] antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa.” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Para dar eficácia operatória a estas manifestações do esquecimento – o que também justifica o tempo presente como objeto de investigação do historiador – deve-se ressaltar o entendimento de que as narrativas publicadas por um periódico promovem determinada linguagem. Neste caso, as expressões utilizadas para caracterizar o regime fornecem o vocabulário que será

usado para o entendimento dos acontecimentos políticos. Por isso, faz-se a tentativa de escrever uma história do tempo presente brasileiro, como delineada por Paul Ricoeur (2007, p. 456): “aquela onde esbarram uma na outra a palavra das testemunhas ainda vivas e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Aí a importância da noção de *construção social* (CORDEIRO, 2015) para que a partir dela seja feita uma revisão da memória coletiva que ainda hoje reduz as relações da sociedade com a ditadura a polos binários (apoio/resistência), simplificadores da realidade. Aliando-se à noção de cultura política, é possível desempenhar um exercício de observação da forma como ela se operacionaliza na sociedade, isto é, por meio das ressignificações impostas sobre a memória coletiva que o regime tentou construir.

Esta é justamente uma proposta de análise importante para este trabalho, e que vem sendo estudada no Brasil há poucos anos, algo que tem acontecido dentro e fora da academia: o processo da sociedade olhar para si mesma. Esta abordagem, esquadrinhada pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2011), oferece uma visão diferente para abordar a relação entre o regime ditatorial e a sociedade, que

possibilita enxergar os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas. Trata-se, pois, de compreender as relações da sociedade com o regime inaugurado em 1964. Para isso, as historiadoras usam os termos “consenso” e “consentimento” para analisar como a aceitação do regime foi estabelecida, ou seja, como foi feita a acomodação de interesses da ditadura através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para a sociedade. A maneira como esses aspectos aparecem nas reportagens é o que este trabalho também se dispõe a analisar, colocando-se em evidência os conceitos e adjetivos usados nas reportagens e também as frases de efeito dos títulos.

Além disso, a discussão em torno destes dois conceitos é pertinente para aprofundar uma questão ainda em aberto na pesquisa historiográfica: afinal, o regime iniciado com o golpe de 1964 foi uma ditadura civil-militar ou apenas militar? A análise das reportagens selecionadas para este trabalho pode ajudar a buscar respostas para este embate. Por isso, conhecer a cultura política em que *Veja* esteve inserida é passo essencial para entender suas publicações. O uso de termos dicotômicos (resistência *versus* colaboracionismo, por exemplo) relacionados ao período ditatorial pode produzir

uma simplificação de seu entendimento, deixando de lado a importância que existe no estudo do regime como um fenômeno social, além de político. Unindo a ideia de cultura política à das historiadoras citadas, tem-se a premissa que rege todas as análises que serão feitas neste trabalho, ou seja, pensar a sociedade como ela se apresentava, e não como gostaríamos que ela fosse.

Assim, este trabalho utilizará as contribuições que a cultura política (BERSTEIN, 1998; 2009; RÉMOND, 2003) oferece como categoria de análise histórica, a qual, entre outros usos, oferece a base teórica para um estudo que pretende observar a coesão de certos grupos em torno de um determinado projeto político, o que os faz partilhar de ideias comuns de passado e de futuro. Apesar da imprecisão que este termo apresenta, acredita-se que pode ser na operacionalização das relações de poder que é estabelecida uma tentativa de precisá-lo. Tratar de cultura política é tratar de uma duração de longo prazo, pois muito mais que analisar as rupturas, são as continuidades que podem ser melhor observadas sob a ótica desta concepção, sem, no entanto, diminuir a importância que momentos de ruptura de uma ordem estabelecida. A ditadura brasileira inaugurada em 1964 tem diversas temporalidades em mesmo espaço

temporal. Recorrendo às ideias de Koselleck (2014), são “estratos de tempo” que delimitam ou definem os vários acontecimentos dentro deste espaço, ou ainda, são culturas políticas que sobrepõem. Alguns marcos delimitadores dessas sobreposições podem ser acontecimentos como golpes de Estado ou mesmo eleições, sem esquecer, no entanto, que tudo isso passa por uma transição, ou melhor, são momentos de ruptura que podem delimitar a permanência e/ou a alteração de determinada cultura política.

A revista *Veja*, na condição de meio de comunicação de massas, é vista aqui como produto e agente da cultura histórica (RÜSEN, 1994; 2009; LE GOFF, 2003) e esta, por sua vez e na qualidade de tributária da cultura política, também será mobilizada para tratar da revista como produto de determinado meio social e agente participativo da elaboração de visões de mundo. Como operacionalização da consciência histórica, a cultura histórica dá os aportes para observar as mudanças pelas quais a própria revista passa, e que também se relacionam ao contexto político. *Veja*, ao contrário de outras revistas que têm posicionamento mais explicitamente alinhado aos projetos dos governos da ditadura (*O Cruzeiro* e *Manchete*, por exemplo), mostra

um caráter ambivalente, com ideias progressistas e conservadoras em uma mesma edição, o que se transforma com o passar dos anos e seu estabelecimento como uma das revistas com maior tiragem semanal no Brasil. E por ter esta característica é que se faz importante analisar o enfoque dado por *Veja* à uma comemoração tão carregada de simbolismo e grandemente incentivada pela ditadura.

O sentido de comemorar e o simbolismo que estes momentos proporcionam visam à adesão popular e, assim, podem ajudar comunidades políticas a reforçar/criar sua identidade em contextos nos quais esta pareça ameaçada (RAYNAUD, 1994). Além disso, estes acontecimentos participam da imaginação de comunidade empreendida por regimes de governo com o objetivo de realizar seus projetos políticos (ANDERSON, 1989). Uma comemoração também explicita a relação que uma sociedade mantém com seu passado, e age como cimento de coesão nacional (HOBSBAWM, 1997), além de contribuir para formar o consenso necessário à legitimação de um Estado.

Seguindo este pensamento, as teorias sobre memória histórica e memória coletiva (COSTA, 2009; HALBWACS, 2006; RICOEUR, 2007) serão acionadas

para entender a atuação dos discursos divulgados pela revista como maneira de revisar a memória, fazendo-a estar presente e conferindo-a o sentido que melhor convinha para o momento, ou seja, na formação de determinada memória histórica.

Se os conteúdos publicados conformam determinada memória, eles também elaboram determinada representação de mundo. As representações fazem parte de outra realidade, que influencia as situações nas quais se manifestam os fenômenos sociais, contrapondo a ideia de que ficariam apenas no campo do imaginário. Exemplo disso podem ser as interpretações publicadas por um órgão de imprensa, pois correspondem a uma linha editorial, e também a um segmento político e, portanto, são visões parciais da realidade sem, no entanto, deixarem de ser verdade, “as representações possuem energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23).

Com a finalidade de compreender como as reportagens poderiam agir na conformação de uma cultura histórica, a ideia de “passado prático” de Michael Oakeshott (2003) é pertinente ao considerar a mobilização que a revista faz do passado, o qual tem o

sentido de orientação para o presente e de tornar legítimas determinadas formas de ver o mundo. Assim, de acordo com este autor, “nosso interesse prático pelo passado é nosso interesse pelos objetos presentes em relação a nós mesmos, em determinar seu valor para nós e em usá-los para satisfação de nossas necessidades” (OAKESHOTT, 2003, p. 59).

Ainda nas ideias de Oakeshott, este passado é, inclusive, “o conteúdo atual de um vasto depósito no qual o tempo continuamente despeja as vidas, as expressões, as conquistas e os sofrimentos das sociedades”, um somatório, portanto, de acontecimentos passados. Isso pode ajudar a entender porque a ditadura durou tanto tempo. A encenação da vida pública naquele período ainda apresentava muito da *mitologia* militar, que vem de longa data, “presente em toda a primeira metade do século XX brasileiro desde a Proclamação da República, apropriada pela ditadura do Estado Novo e mais tarde ressignificada e reabilitada pela ditadura pós 1964” (CORDEIRO, 2015, p. 322). Em suma, a cultura política de que o golpe de 1964 dispunha possibilitou seu estabelecimento na sociedade brasileira naquele momento.

Nesta perspectiva, a noção de história pública (ALBIERI, 2011; LIDDINGTON, 2011; ZAHAVI, 2011) também pode ser importante aporte de diálogo com as fontes. No entendimento de que ela elabora uma didatização da história, submeter as narrativas das reportagens à ideia de história pública implica em uma análise mais crítica da noção de história formulada pela revista. Isto por que o ser humano precisa se orientar historicamente para organizar suas ações no presente, e o conteúdo das reportagens e das publicidades explicita o modo como a revista se inseria na cultura daquele momento. Se a história pública também leva em conta os meios como as pessoas adquirem seu senso do passado, então – por mais que o propósito seja apenas imediato: vender – aquelas imagens e narrativas também formarão a memória do receptor sobre aquele período. Também se faz válida a aproximação das análises com o conceito de Didática da História (BERGMANN, 1989), pois esta se ocupa da recepção extraescolar da História, além de fornecer subsídios para analisar como a consciência histórica se forma, os efeitos que sofre e a influência que exerce em determinado meio, o que também perpassa os meios de comunicação de massa.

Organizada em três capítulos, esta dissertação apresenta o primeiro deles sob o título *Amarelo-ouro – Verde-chumbo: uma comemoração para a ditadura*, refere-se ao primeiro momento de análise das reportagens, que coincide com o período do governo Médici (1969-1974) e com o chamado “milagre” econômico (1968-1973). O país estava mergulhado em uma atmosfera de modernização, em que o *otimismo* e a *fé* no futuro do país particularizavam a reativação da tradição patriótica. Nas reportagens destes anos, a noção de história que a revista divulga é a de um passado como exemplo para o presente e também para planejar o futuro, há mais fotos e maior destaque para os desfiles que aconteciam em todo o país, o sentido de comemorar ainda admitia seu significado primeiro: fazer lembrar, a centralidade das celebrações e das reportagens estava sempre nos militares, havia longas explanações sobre o sentimento de nacionalismo, sempre atrelado ao futuro de um novo Brasil. Este capítulo também buscará analisar se o tom em que as narrativas eram feitas contribuíam para formar um consentimento (ou adesão) aos ideais do regime, tendo em mente que a participação nas comemorações demonstra um consenso plural,

diversificado, que não é unânime, mas revela a diversidade de atitudes sociais diante da ditadura.

No segundo capítulo, intitulado *É propaganda da marca Brasil: o Sete de Setembro na publicidade*, é analisada uma série de peças publicitárias de empresas de diversos setores publicadas nas mesmas edições abordadas nos outros capítulos, com o objetivo de aproximar um tema ainda repleto de dissensos, porém fundamental para o entendimento do presente, que é a participação de setores da sociedade civil tanto antes, quanto durante, e também após a ditadura iniciada em 1964. Além disso, assim como narrativas podem promover a linguagem do regime, imagens podem, ao explorar os símbolos, reforçar a identificação com a Pátria. Portanto, como o momento oportunizava, o nacionalismo se tornou também objeto de consumo.

Assim como a presença da data cívica é estudada, também a ausência deve ser problematizada. O hiato entre os anos 1974-1975 e 1980-1984 deve-se à inexistência de reportagens sobre o objeto deste trabalho. Porém, algumas hipóteses podem ser levantadas e isso será feito no primeiro e terceiro capítulos, respectivamente para cada período citado. Esta ausência de fontes oportuniza estudar a revista na condição de

objeto, mais especificamente, o que também possibilita ir além da dicotomia simplificadora de apoio ou crítica à ditadura, pois a revista é um espaço muito mais complexo que envolve visões de mundo – e inseridos nessa visão estão o passado, o presente e os desejos de futuro de toda uma sociedade.

O terceiro capítulo, *Ressignificar: Sete de Setembro e redemocratização*, aborda o segundo momento de análise, entre os anos de 1976 e 1986. É marcado pelas ideias de redemocratização que já apareciam em meados da década de 1970, e pelo aparecimento da palavra “preocupação” relacionada às comemorações, as quais apareciam com outra finalidade, que não era mais a de fazer lembrar, mas realizavam uma seleção da memória, na qual o nacionalismo não era mais a salvação do futuro do país, mas algo a ser ressignificado para esquecer o período assombroso da ditadura que se tornava mais visível com a redemocratização. Neste período, então, a data da Independência política do Brasil começa a assumir o significado de um momento de reflexão – há mesmo o que comemorar? – e as palavras confiantes e otimistas de antes dão lugar à liberdade, cidadania e igualdade. A data não perde seu simbolismo, pelo contrário, ao revisitar o Sete de Setembro neste

período em específico, é como reapresentar seu significado, ou melhor dizendo, ressignificar por meio de outra representação. Além disso, a crença no futuro não fica mais tão explícita e falava-se em retirar, gradativamente, o caráter militar dos desfiles. A ideia final deste capítulo é sugerir o enfraquecimento do sentimento de nacionalismo em torno do Sete de Setembro, a partir de mais uma ressignificação que esta data sofre em adaptação a um novo contexto político do país.

CAPÍTULO 1
Amarelo-ouro – Verde-chumbo: Uma comemoração para a ditadura

Em 1964, a Guerra Fria: resultado de antagonismos ideológicos, o mundo estava dividido em dois grandes blocos e refletia essa bipolaridade diretamente na vida, no cotidiano e nas opções políticas. Em março deste mesmo ano, o presidente João Goulart (1961-1964) estava no último mês de seu governo, mas ainda não se sabia disto. A versão do senso comum, e ainda bastante acreditada, conta que a insatisfação com os rumos do país levou ao golpe de Estado autodenominado “revolucionário”. Porém, na verdade, sabe-se que havia uma complexa organização por trás da desestabilização do governo de Jango.

As reformas econômicas previstas por seu governo prometiam acabar com o latifúndio, conceder direito de voto aos analfabetos, proteger os assalariados e mudar radicalmente os padrões de ensino e aprendizagem, o que realmente revolucionaria o país. Contudo, apesar de entusiasmar muitas pessoas, essas reformas causavam medo em outras tantas, pois iriam questionar hierarquias de saber e de poder. E o Brasil viraria comunista? A maioria da população não sabia ao certo o que esta

palavra significava, mas a associavam a tudo de mal que existia, desde doenças até a destruição de valores e da família.

Sobre o medo do comunismo, Aline Presot (2011, p. 74) identifica a crescente participação no cenário político que a população brasileira experimentou durante o governo de Jango. Exemplo disso foram as Marchas com Deus pela Liberdade, as quais surgiram, em março de 1964, como um pedido às Forças Armadas (FFAA) por uma intervenção salvadora. Contudo, “posteriormente ao 31 de março de 1964, passaram por uma ressignificação de seu discurso, transformando-se numa demonstração de legitimação do golpe civil-militar”.

O historiador Daniel Aarão Reis (2004) aponta que, após os embates entre direita e esquerda que levaram ao golpe de 1964, iniciaram-se as lutas pela memória. As direitas, então no poder, dedicaram-se a associar a memória do golpe com uma intervenção salvadora, contra o *comunismo ateu*, esforço que teve resultados apreciáveis no curto prazo, visto que o *golpe militar* logo passaria a ser referenciado como *revolução*.

Para além da exploração dos sentimentos e do imaginário popular por meio do medo ao comunismo, a prosperidade vivida na economia em meados da década

de 1970 oferecia circunstâncias favoráveis para elaborar uma visão de mundo conveniente a uma sociedade que, então, via-se em uma ditadura. Para além da adesão ou do consenso social em torno do regime, compor determinada representação de mundo deixa rastros – ou reportagens. Seguindo estes vestígios é possível encontrar significativas pistas de compreensão do interlocutor deste discurso, de sua trajetória e do seu objetivo. Sintetizando em um termo: cultura política.

A ideia de cultura política interessa a este trabalho na medida em que dá suporte para a busca do entendimento da estrutura de uma sociedade que realmente acreditava no combate ao comunismo. René Rémond (2003) afirma que o campo político se relaciona com diferentes áreas da atividade humana. Então questiona em que sentido é exercida sua influência: é o político que exerce poder sobre o social ou o contrário? Somente por ser um meio de comunicação de massa, a revista *Veja* já é um modo de comportamento social coletivo. No entanto, cabe reconhecê-la como produto cultural de um momento específico da história e que suas reportagens divulgam determinadas representações de mundo, o que torna mais notória sua participação na formação de narrativas sociais. Seguindo este

pensamento, e ainda conforme René Rémond (2003), o político é uma forma de expressão da identidade coletiva, pois uma sociedade pode tanto se expressar pela maneira que lida com sua literatura, tanto pelo modo como se relaciona com a política. Tais publicações de *Veja*, na condição de meio de comunicação de massa, não deixam de ser um ato político. Assim, entende-se que a revista é um dos meios possíveis para buscar entender a cultura política da sociedade brasileira, pois a operacionalização deste termo “permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”, de acordo com Serge Berstein (1998, p. 350).

Ainda segundo Berstein, existiriam dois fatores constituintes da cultura política: o individual e o coletivo. O fator coletivo se faz útil aqui ao possibilitar pensar a coesão de grupos em torno de uma cultura política, que os faz partilharem de uma leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro, criando, para isso, símbolos que exprimem seus ideais. As celebrações do Sete de Setembro durante os primeiros anos da década de 1970 são interpretadas neste sentido, pois possuíam toda uma engenhosidade por detrás do seu estímulo.

Portanto, o interesse na cultura política também reside em compreender as motivações dos atos das

pessoas em determinados contextos históricos por meio do “sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade” (BERSTEIN, 1998, p. 363). O sugerido é que justamente este “sistema” a que Berstein faz referência é o que se vê refletido nas reportagens publicadas por *Veja*, ou seja, o nacionalismo foi bastante estimulado – inclusive através de organizações criadas especialmente para isso, como se verá adiante – mas também a revista e seus editores tinham interesse em aderir a estes estímulos.

Assim, apenas a ideia de cultura política não basta para compreender o nacionalismo daquele período. Na sua elaboração sobre a dimensão política da cultura histórica, Jörn Rüsen (2009, p. 172) afirma que “não há ordem política que não requeira legitimação histórica”, isto por que a consciência histórica inscreve as relações de poder na concepção de identidade dos atores políticos, através de narrativas que dão sentido ao eu e ao nós. Portanto, em um momento de ruptura, em que um novo regime de governo foi imposto, exige-se um esforço para manter o mundo e o eu familiares ou para readquirir esta

familiaridade, ainda nas ideias de Rüsen (2009). Daí o estímulo às comemorações e a evocação de um momento histórico já sedimentado no intuito de também estabelecer o governo de então, mostrando-se este como continuidade daquele, diminuindo o impacto da ruptura.

Por isso, o governo ditatorial precisava legitimar suas atitudes numa história, configurar uma memória histórica, além de formar a nação pretendida. No que chamou de “paradoxo compreensível”, Eric Hobsbawm (1997) identifica que as nações da atualidade se dizem enraizadas em uma antiguidade remota e são o oposto do construído, não necessitam de definições além da defesa dos próprios interesses.

As reportagens de *Veja* iam neste sentido, compartilhavam de alguns ideais comuns ao regime ditatorial ao identificar o inimigo comunista, acreditar no futuro engrandecedor que o Brasil construía naquele momento, ao estimular o nacionalismo nos seus leitores e ao considerar até o surgimento de um “novo nacionalismo”, mas muito bem fundamentado em um passado indiscutível.

Sobre isso, Rüsen (2009, p. 173) avalia, ainda, que a identidade é um processo de conquista, sendo “intelectualmente compreendida e alcançada. [...] Essa

conquista é produzida – pela consciência histórica – através da memória individual e coletiva e pela evocação do passado no presente". Para dar sentido ao progresso temporal e, portanto, dar sentido à vida humana prática, "esse procedimento funde a experiência do passado e as expectativas do futuro em uma imagem compreensiva do progresso temporal".

Memória individual e memória coletiva são polos que se cruzam e que não podem ser entendidos como rivais, apesar de serem constituídos de formas diferentes. Assim, é importante falar sobre a memória coletiva sobre a qual a revista, ao divulgar determinadas ideias, recorre no sentido de configurar, mobilizando determinada memória e cultura históricas. Da mesma maneira, tem-se que o conteúdo histórico movimentado por *Veja* agia na direção de revisar a memória, fazendo-a estar presente e conferindo-a o sentido que melhor convinha para o momento. De acordo com Maurice Halbwachs (2003), a memória individual parte do convívio coletivo, e este convívio age de modo a configurar uma comunidade afetiva. Esta expressão significa que a nossa memória precisa se auxiliar com a dos outros, que ela é o eco do convívio social e precisa ser revisada, caso contrário ela se perderia ou ficaria represada. Pode-se dizer que a

revista *Veja* presta este serviço de memória, pois veicula momentos que julga importantes da história do Brasil.

Por outro lado, para pensar o conteúdo das reportagens divulgadas por *Veja*, esta noção de comunidade afetiva elaborada por Halbwachs entra em contradição. Paul Ricoeur (2007), em análise bastante profunda sobre as memórias individual e coletiva, busca discernir as razões do que ele chama de mal-entendido radical, ou seja, de uma memória individual e uma memória coletiva em posição de rivalidade. Em sua conclusão, o autor afirma que a constituição de cada uma é distinta, mas mútua e cruzada. Nesta perspectiva, observa que a memória coletiva apresentada por Halbwachs – "para se lembrar é preciso dos outros" – torna-se contraditória, pois

> o próprio ato de "se colocar" num grupo e de se "deslocar" de grupo em grupo, e mais geralmente, de adotar o "ponto de vista" do grupo, não supõe uma espontaneidade capaz de dar sequência a si mesma? Caso contrário, a sociedade não teria atores sociais (RICOEUR, 2007, p. 132).

Portanto, assumindo a revista como construtora de uma memória coletiva, ela se encaixa também na definição que Ricoeur faz dos "atores sociais", pois

elabora determinada representação de mundo. As representações fazem parte de outra realidade, a qual influencia as situações nas quais se manifestam os fenômenos sociais, contrapondo a ideia de que ficariam apenas no campo do imaginário. Exemplo disso podem ser as interpretações publicadas por um órgão de imprensa, pois correspondem a uma linha editorial, até a um segmento político e, portanto, são visões parciais da realidade sem, no entanto, deixarem de ser verdade: “as representações possuem energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23).

Uma feliz coincidência acabou se revelando muito oportuna: a proximidade entre as datas da comemoração da Independência política do Brasil (7 de setembro) e do primeiro número da revista publicado (11 de setembro). *Veja* elaborava, comumente, articulações envolvendo “passado, presente e futuro”, utilizando a ideia de história *Magistra Vitae* e, assim, buscando pela verdade, pelos fatos e pelas provas dos acontecimentos arriscando, ainda, previsões sobre o futuro. Assim, estas edições também traziam a reafirmação dos propósitos para com o público. Era o momento no qual o diretor de redação podia

compartilhar, por meio da *Carta ao leitor*, o balanço das conquistas feitas desde o ano de fundação da revista e os planos para o futuro.

As análises deste capítulo serão elaboradas cronologicamente, pois se considera que, assim, a proposta quanto à mudança do discurso da revista sobre o Sete de Setembro pode ser melhor observada, além de as particularidades de um momento intenso na história do Brasil também poderem ser mais bem enfatizadas. Os subcapítulos que seguem, do 2.1 ao 2.5 referem-se, respectivamente, ao intervalo de anos entre 1969 e 1973, e foram nominados com frases de destaque nas reportagens de cada ano. Já na parte 2.6 será abordada a ausência de referências ao Sete de Setembro nos anos de 1974 e 1975.

1.1 Onde está o inimigo da Pátria?

> Onde vai tu, esbelto infante/
> Com teu fuzil lesto a marchar?
> (Olavo Bilac, *Canção Ardor do Infante*, 191?)

O trecho da canção *Ardor do Infante* é a frase que encerra a reportagem de 10 de setembro de 1969. Embora composta por Olavo Bilac (1865-1918) há cerca

de cem anos, também é contemporânea. Após quatro páginas de texto e poucas imagens, esta pergunta é, na verdade, mais uma resposta à pergunta que intitula a reportagem: “Onde está o inimigo da Pátria?”.

O Brasil já identificou diversos inimigos e perigos ao longo de sua história. Guardadas as devidas proporções de seus tempos, eles já foram indígenas, holandeses, paraguaios, alemães, até jovens pobres e negros da periferia, mas nas décadas de 1960 e 1970 era o comunismo. O inimigo da Pátria pode estar além ou aquém da fronteira, seja ela física, linguística ou ideológica. Esta definição é que vai determinar os meios de combatê-lo. Em 1969, as FFAA do Brasil estudavam para isso e a revista *Veja* divulgava uma reportagem de quatro páginas na qual aborda, em linhas gerais, a ordem necessária ao desenvolvimento do país, o combate às guerrilhas, a reorganização que as FFAA sofreram após a intervenção de 1964, e o recrutamento de novos oficiais.

Para este ano, o Presidente Costa e Silva tinha determinado que se desse um novo caráter às festas, no sentido de estimular a participação do povo nas comemorações. Porém, dois imprevistos mudaram os planos do governo. No dia 31 de agosto o presidente se afastou do cargo devido a uma trombose cerebral, sendo

substituído por uma Junta Militar. Também o sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick[4] fez com que grande parte dos festejos oficiais fosse cancelada.

Nos primeiros anos seguintes ao golpe de 1964, as comemorações não receberam significativa atenção por parte do governo, e os referenciais históricos também eram escassos nos discursos oficiais. Estes primeiros anos são identificados por Maud Chirio (2006) como o período dos governos dos marechais Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969), quando ainda havia certa relutância em aderir a celebrações cívicas e à repressão em prol do estabelecimento do regime, métodos utilizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), máquina de propaganda e censura do Estado Novo (1937-1945). Porém, é a partir de 1968, com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que se observa o impulso de atribuir densidade popular às festividades. Explorando a ideia de destino de grandeza nacional que a melhoria da situação econômica do país permitia, a AERP

---

[4] O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) em 04 de setembro de 1969 e libertado no dia 07 do mesmo mês.

elaborou sua propaganda em favor da “Revolução” de 1964, e a reportagem de 1969 exemplifica:

> De 1958 até a Revolução de 1964, pelo menos em termos econômicos, o país vinha sendo desmilitarizado. O Ministério do Exército, por exemplo, que em 1958 tinha um orçamento equivalente a 1,53 por centro do Produto Interno Bruto do país, foi perdendo verba progressivamente e, no orçamento de 1964, preparado pelo Governo Jango, já estava recebendo menos da metade disso: 0,66% do PIB. (*Veja*, 10/09/1969, p. 36).

Além de ter sido “acusado” de simpatizar com ideais comunizantes, Jango ainda diminuiu os investimentos no Ministério do Exército. O que devia ser feito por esta ocasião era investir mais em pessoal, incentivar o interesse dos jovens pela carreira militar, melhorando também a remuneração, a qual a revista considera pequena. A própria *Veja* elaborou uma pesquisa (indicada como incompleta) e identificou cerca de duzentos militares empregados no funcionalismo público, em cargos como “órgãos de transportes e trânsito, abastecimento e alimentação, comunicações, informações e segurança” (*Veja*, 10/09/1969, p. 37) o que, apesar da preocupação do governo, de certo modo, também contribuía para a política de segurança nacional.

Dessa maneira, os governos da ditadura forneceriam às FFAA não apenas as condições para combater, mas para identificar o inimigo. De forma parecida, o fato de a revista divulgar estes conteúdos parece ter até certo caráter pedagógico, que também ensina o leitor quem é e *onde está o inimigo da Pátria*. Por isso, entende-se que seu conteúdo também contribuiu com a política de segurança nacional defendida pela ditadura, a qual colocava o comunismo como o mal, o inimigo, e precisava de uma nação unida que o apoiasse, assim como faz a revista. Mas,

> o que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda comunista? (*Veja*, 10/09/1969, p. 34).

O que acontece é uma preparação especial das FFAA para o combate a este inimigo e que a reportagem descreve com riqueza de detalhes. “Os militares foram festejados como salvadores da pátria, e o golpe interpretado como uma notável vitória do ‘mundo livre’ sobre o comunismo” (MOTTA, 2006, p. 141) e o que pretendiam, então, não era apenas combater o

comunismo, pois só isso não bastaria para o bem da população. “Entre 1963 e 1967 o crescimento econômico brasileiro caiu à metade, o que gerou um acirrado debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias” (PRADO; EARP, 2009, p. 209), assim, os militares viam a sua intervenção como imprescindível para o país, uma vez que combateriam o “inimigo” e tirariam a economia da crise em que se encontrava – pelo menos esta era a ideia.

Em 1969 o Brasil vivia os “anos de chumbo” e também já vivia o que ficou conhecido como o “milagre” econômico, que perduraria até 1973, foram os *anos de ouro*, para alguns. Ou seja, considerando-se que

> os militares gostam de raciocínios claros e ordenados. Se: 1 – as fronteiras não sofrem ameaças mais sérias; 2 – a política econômica do Governo está dando bons resultados, com planos a longo prazo que não são atrapalhados por políticos; 3 – então, dos três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão – , restam apenas os amigos de Guevara, Lenin e Mao contra a segurança nacional e as Forças Armadas. (*Veja*, 10/09/1969, p. 34).

A segurança nacional era medular para o regime do golpe de 1964, em nome dela qualquer ação do Estado era justificada, pois ela significava a destruição de

qualquer ameaça à população e ao governo. Para colocá-la em prática, o governo investiu maciçamente na formação dos oficiais que iriam ao combate, e começou com estudos dos teóricos comunistas – a guerrilha, a propaganda e a filosofia marxista –, o que passou a ser feito a partir de 1966 na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) (*Veja*, 10/09/1969, p. 34). Era o esforço para dar aos soldados condições não apenas de combater o inimigo, mas de identificá-lo.

Por outro lado, a indefinição do que era o comunismo e onde ele poderia aparecer, como coloca Comblin (1980, p. 55), é que justamente fez triunfar a política de segurança nacional: “à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional”, e dessa maneira as ações repressivas de um governo autoritário serão justificadas.

Com este mesmo intuito, vários órgãos de informação foram criados a partir de 1964. Outro investimento alto do Estado, o primeiro e mais importante foi o Serviço Nacional de Informações (SNI) que, em 1968, “estava autorizado a gastar pouco mais de 3 bilhões de cruzeiros velhos, quase quatro vezes seu próprio orçamento para 1966” (*Veja*, 10/09/1969, p. 35). Por sua vez, o SNI foi subordinado ao Conselho de Segurança

Nacional (CSN), o qual passou a centralizar todas as ações nacionais no governo de Costa e Silva.

> Essas leis [as quais criaram os órgãos de informação] mostram que os chefes militares da Revolução de 1964 estão perfeitamente conscientes de que seus conceitos de “ordem e progresso” têm de ser mantidos “custe o que custar”, como diz o General Meira Mattos. (*Veja*, 10/09/1969, p. 36).

“Custe o que custar”. Custava muito: de 1964 para 1969 “o orçamento do Exército cresceu dez vezes (de 142 para 1.433 milhões novos), enquanto o da Fazenda crescia quatro vezes (de 363 para 1.467 milhões novos)” (*Veja*, 10/09/1969, p. 36). Inspirando uma crítica cuidadosa, como necessitava o momento, *Veja* indica os gastos exorbitantes com s segurança nacional. Porém, não pareciam ser excessivos para um governo que buscava se legitimar e precisava, de todas as maneiras, combater seu inimigo interno e fomentar o desenvolvimento econômico, e uma das maneiras de se fazer isso foi a propaganda.

Assim, com altas aplicações em equipamentos, facilitando o ingresso para o curso de oficiais, e ensinando os soldados com as táticas e ideias do próprio inimigo,

parecia que as FFAA tinham os recursos de que precisavam para responder: *onde está o inimigo da Pátria?* Cuja resposta era indispensável para todo o projeto (de nação, de futuro, político, econômico...) pensado pelo governo da ditadura e mostraria os meios de alcançá-lo, e era por isso que

> se os tempos mudaram, se os conceitos parecem tornar-se escorregadios, mais que ninguém, o militar deve saber o seu rumo e responder exatamente à pergunta do poeta Olavo Bilac: “Onde vais tu, esbelto infante,/ Com teu fuzil lesto a marchar?” (*Veja*, 10/09/1969, p. 37).

Em outras palavras, é como se a própria revista perguntasse que rumo os militares queriam dar ao Brasil. Pois, se na análise dos militares os tempos que mudaram revelavam um inimigo dentro das fronteiras do país e se os conceitos de quem/o que era esse inimigo estavam escorregadios, a revista parece cobrar uma solução. Para isso, o governo passava a autoimagem de *salvador* através dos meios de comunicação, revisitando símbolos nacionais com a intenção de buscar legitimação popular.

1.2 O dia do Brasil. Ou de como um feriado se transformou numa festa

> Surgiu, este ano, novo Sete de Setembro.
> (*Veja*, 09/09/1970, p. 19).

A partir da década de 1970, a propaganda foi a alma do negócio do governo ditatorial, e a imprensa foi um dos meios encontrados para materializá-la. Para isso, a AERP foi criada em 1968, cujas campanhas enfatizavam conceitos de “construção” e “transformação”, das quais os militares tinham o papel central. O nível de organização era tamanho, que se falava até em um “novo” Sete de Setembro. Se as oportunidades fazem a ação, pode-se dizer que os militares encontraram no Brasil da década de 1960 um conjunto de fatores que lhes possibilitou, de fato, figurarem como os *salvadores* da história. São “oportunidades” interdependentes, e que só fazem sentido para este raciocínio se analisadas conjuntamente. Isto é, melhorar os índices econômicos, divulgar os resultados de suas benfeitorias em uma imprensa que se popularizava e em uma sociedade de consumo que se formava.

O bom momento vivido entre 1968 e 1973 deve-se ao excepcional crescimento do PIB e ao aumento do

comércio exterior, o qual mais que triplicou neste período e à queda da inflação, que ficou nos menores índices obtidos entre os anos de 1959 e 1994 (PRADO; EARP, 2009). Foram os *anos de ouro* no Brasil, mas “a verdade é que esses episódios – o ‘milagre’ econômico e a conquista da Copa – forneceram a ‘confirmação’ do destino de grandeza do país de que necessitava a propaganda política militar” (FICO, 1997, p. 137), e foi assim que,

> apesar da economia em nível federal, alguns governos estaduais fizeram grandes anúncios comemorativos. Contudo, de uma forma ou de outra, sempre conseguiram realizar muitas festas com poucas verbas, graças à motivação que já havia surgido junto à população. (*Veja*, 09/09/1970, p. 19).

1970 foi o segundo ano do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), considerado o ano de maior atuação efetiva da AERP – possibilitado pela prosperidade econômica e pela euforia otimista ocasionada pela conquista do tricampeonato mundial de futebol –, pois se avaliou, assim, ser a ocasião mais propícia a propagandear uma imagem positiva do governo. O trecho acima revela, ainda, que os governos

da “Revolução” se mantinham firmes quanto aos compromissos a que se propuseram, pois seria incoerente gastar grandes quantias em publicidade num país que lutava contra a corrupção e contra a seca, por exemplo.

Explorando o bom momento vivido na economia, a reportagem deste ano fala da “marca Brasil”, alvo da propaganda da Semana da Pátria, que neste ano prometia-se ser diferente. Em 1969, as comemorações foram quase todas canceladas devido ao sequestro do embaixador americano, mas também por motivo da enfermidade do presidente Costa e Silva, que viria a falecer pouco mais de três meses depois, e que já havia sido substituído por Médici. Então, neste ano

> o governo decidiu coordenar algumas solenidades e estimular a participação do povo nas comemorações. A ideia já tinha ocorrido no ano passado, quando o Presidente Costa e Silva determinou que se desse um novo caráter às festas. (*Veja*, 09/09/1970, p. 18).

Esse novo caráter seria pensado e estimulado pela AERP, que organizou a impressão de cartazes, colocou bandeiras nas ruas (a revista dedicou uma página inteira à compilação que fez destes símbolos – ver Figura 1) e programou atos cívicos, diferentemente de como

acontecia nos anos anteriores até então, quando as comemorações do Dia da Independência eram marcadas por desfiles de unidades militares e concursos de redação nas escolas (*Veja*, 09/09/1970, p. 18).

Figura 1 – Acessórios simbólicos da Semana da Pátria

Fonte: *Veja*, 09/09/1970, p. 17.

Além disso, a popularidade de que as festas da Independência do Brasil dispuseram naqueles anos foi resultado do “milagre” econômico, mas também do estímulo às comemorações. Na ideia de *popularidade simulada* elaborada por Maud Chirio, e contextualizada no trabalho de Cordeiro (2015, p. 23), permite “compreender o consenso social em seu aspecto mais diversificado, uma vez que, é necessário a existência de um público, para que tal *simulação* tenha efeito”. Para além da preocupação dos propagandistas do governo com a popularidade das festas, a reportagem de 9 de setembro de 1970 é um exemplo de como *Veja* também identificava este objetivo:

> Na manhã do dia 7 de setembro, quando o Presidente Emílio Garrastazu Médici subiu ao palanque armado no Panteão de Caxias para assistir à passagem da banda de música do I Exército, abrindo o grande desfile militar comemorativo do 148° aniversário da Independência, presidiu a grande cerimônia de encerramento de uma grande festa nacional que, coordenada pelo governo, acabou transformando-se numa alegre comemoração popular. Surgiu, este ano, novo Sete de Setembro. (*Veja*, 09/09/1970, p. 19).

É importante notar que apesar de ter sido “coordenada pelo governo, acabou transformando-se

numa alegre comemoração popular”, ou seja, apesar do estímulo, a ideia era fazer parecer de que o otimismo que se *reinventava*, recorrendo à expressão de Carlos Fico (1997), no início da década de 1970 se originava na sociedade. “Por serem as comemorações construções voluntárias, elas envolvem encenação organizada, codificada, que vise à participação e o entusiasmo do povo” (RAYNAUD, 1994, p.103, tradução minha), a AERP com suas propagandas deveria fazer parecer que não fez mais que manter o sentimento à tona. Isto pode ser interpretado como mais uma maneira de autenticar o nacionalismo como um sentimento que brotou do povo, foi estimulado, sim, mas sempre esteve lá.

Este tipo de festas assumia caráter pedagógico, disseminando padrões de comportamento privilegiados por meio das comemorações, como foi também no início da República (igualmente no Império e no Estado Novo) (CÂNDIDO; CATANI, 2008). São marcas (Sete de Setembro) e práticas (comemorar esta data) que Elizabeth Jelin afirma construírem e estabelecerem as memórias sociais, pois o sentido das marcas e das práticas “é apropriado e ressignificado por atores sociais diversos, de acordo com as suas circunstâncias e ao cenário político em que se desenvolvem suas estratégias

e seus projetos” (JELIN, 2002a, p. 3, tradução minha), pois “a festa tem sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes” (OLIVEIRA, 1989, p. 174), o que torna possível a execução de determinados projetos políticos, como o planejado para o Brasil da ditadura.

É proveitoso caracterizar também a educação neste momento, que também foi alvo dos projetos da AERP e que não deixa de ser parte do novo caráter pensado para o Sete de Setembro. Pois, se era uma nação unida e patriótica que o momento necessitava, nada mais proveitoso que incutir desde cedo nas crianças os valores desse novo Brasil, ensinando quem eram os heróis da nação e os hinos a memorizar, para falar de apenas dois aspectos. Formava-se, assim, a consciência de quem somos “nós” e, consequentemente, também formava quem era o “outro”, ou o que se pode chamar de “utopia autoritária”. É nesta época (1969) que a educação moral e cívica se torna obrigatória e, portanto, era preciso novos livros didáticos. Carlos Fico (1997, p. 132) diz que “muitos autores produziram material didático que reproduzia os clichês e *slogans* da Aerp/ARP”, entretanto, sempre será difícil de afirmar se “essa reprodução expressava influência da propaganda, adesismo político,

interesses materiais [...] ou se era simples manifestação de indigência intelectual”.

As propostas de interpretação de Carlos Fico abrem espaço para pensar a memória coletiva que sobre a ditadura que perdura até hoje, em particular a memória das esquerdas sobre a participação popular no pós 1964. Ao analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (2009, p. 212), Adjovanes Thadeu Silva de Almeida comenta que as celebrações tiveram repercussão popular principalmente entre os jovens (crianças e adolescente), devido ao ambiente escolar que estavam inseridas. Porém, Almeida recua afirmando que não houve necessariamente uma motivação “total e profunda, de modo a resultar numa participação consciente e entusiástica, de todas as camadas sociais, a partir dos mais altos níveis da hierarquia governamental, até os mais humildes trabalhadores, inclusive as crianças”.

Em contraposição às ideias de Almeida (2009), numa análise que parece mais lúcida – pelo menos ao objetivo deste trabalho – Janaina Martins Cordeiro (2015, p. 20) pontua que aquele autor insiste em um aspecto muito comum que compõe a memória sobre a ditadura, segundo o qual “a participação, quando se dava,

acontecia de maneira *inconsciente*, sem *motivação total e profunda*. [...] confirma a ideia de uma participação que não é *real* ou espontânea, mas sim determinada pelo poder, pelas instituições oficiais". Cordeiro propõe então, que especialmente no âmbito da pesquisa acadêmica, procure-se superar os limites impostos pelas batalhas de memória.

Voltando à revista *Veja* e ao novo Sete de Setembro, neste ano também foram programados filmes a serem veiculados pelo cinema e pela televisão "estimulando o uso da bandeira elevando mensagens de segurança, desenvolvimento e confiança no país" (*Veja*, 09/09/1970, p. 18). E quanto aos filmes "o fundo musical é escolhido com a preocupação de despertar no espectador um estado sentimental" (*Veja*, 09/09/1970, p. 19). Assim, percebe-se que todo um jogo publicitário era feito para manipular o sentimento do espectador, e que a música também era um artifício empregado e apesar de não

> mostrar em nenhum momento realizações do governo ou apresentar mensagens oficiais, a campanha programada pela AERP, baseada em filmes de bom gosto para a televisão e marchas alegres de Miguel ("Pra Frente, Brasil") Gustavo para o rádio, deu excelentes resultados e muitos

> atribuem a ela o clima de enaltecimento nacional que surgiu com a Copa do Mundo e se conserva até hoje. (*Veja*, 09/09/1970, p. 19).

Aqueles filmes, assim como qualquer outro tipo de propaganda pensada pela AERP, não mostravam, evidentemente, as realizações do governo nem mensagens oficiais muito menos partidárias, pois a intenção era esta mesma. A imagem que o governo queria passar era de ruptura com o passado, através da qual se inaugurou uma nova época bem diferente daquela deixada para trás com a “Revolução de 1964” (ALMEIDA, 2009), ou seja, “não se pode ignorar o conteúdo político por trás dessa fachada aparentemente ingênua, idílica, ‘despolitizada’: a nova fase, inaugurada pelos militares, fazia promessas sutis [...] calcando-se em valores fundados num imaginário forjado por vasto material histórico” (FICO, 1997, p. 123, 129).

Este mesmo autor sugere que o “milagre” econômico e a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em junho daquele ano, serviram de “confirmação” da grandeza do país, justamente do que a propaganda política militar precisava. Eric Hobsbawm (1990, p. 171) também teoriza sobre a utilização do esporte como meio de estimular sentimentos nacionalistas, dizendo que “o

indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação". Uma prática que indica suas origens no período entre guerras, a mobilização do esporte para dissolver as tensões internacionais representaria também uma válvula de escape nas "simbólicas pseudolutas", além de serem expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas (HOBSBAWM, 1990, p. 171).

Ao fazer referência à Copa do Mundo, parece que a revista atribui a origem deste clima à própria população, e a AERP com suas propagandas não fez mais que manter o sentimento à tona. Isto pode ser interpretado como mais uma maneira de autenticar o nacionalismo como um sentimento que brotou do povo, foi estimulado, sim, mas sempre esteve lá. Até mesmo o racionamento de verbas para as comemorações não interferiu no bom resultado alcançado: A novidade desse ano estava também no "gigantesco sistema capilar, mobilizando prefeituras municipais e sindicatos de classe" (*Veja*, 09/09/1970, p. 19), pensado pelo chefe da AERP, o coronel Octávio Costa, de modo que os festejos fossem mais bem organizados e, como se queria, maiores ainda.

Assim, *Veja*, cumprindo com sua missão de "unir o país através da notícia", empregava sua tática ao falar,

brevemente, das comemorações da Semana da Pátria que aconteceram em Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza: a chamada “pauta circular”. Com este tipo de pauta os editores da revista acreditavam conseguir atribuir um ar nacional à notícia; isto se dava quando notícias semelhantes aconteciam em alguns estados do país, um tipo de crime, por exemplo. Assim, uma pauta era enviada para diversas sucursais, que deveriam procurar notícias semelhantes e enviar para a central. Para publicar esta notícia, um redator ficava encarregado de juntar a “colcha de retalhos” (ALMEIDA, 2009). Então, reafirmando terem sido estas festas realmente populares, a reportagem termina com a celebração do dia 7 no Rio de Janeiro, onde o presidente Médici

> presidiu a grande cerimônia de encerramento de uma grande festa nacional que, coordenada pelo governo, acabou transformando-se numa alegre comemoração popular. Surgiu, este ano, novo Sete de Setembro. (*Veja*, 09/09/1970, p. 19).

Já ao final da reportagem há um quadro no inferior das páginas 18 e 19 em letras itálicas, intitulado *O patriotismo de todos e o amor de cada um*, o qual pode

servir, aqui, como retomada das análises já feitas neste subcapítulo. Não é possível afirmar com certeza que estes (letras em itálico e fechadas em um quadro) são recursos para dar destaque ao conteúdo, pois, na verdade, não chama tanto a atenção de quem está lendo. Contudo, algumas pertinentes interpretações são possíveis, e serão feitas logo após a transcrição dos trechos:

> durante pelo menos duas décadas, as manifestações patrióticas estiveram em aparente desuso. [...] [Porém] Este ano, depois de ocupar as salas de aula de todo o país, através de uma campanha promovida pelo Presidente Costa e Silva, o pavilhão nacional ganhou as ruas e reinou nas mãos de milhões de brasileiros durante os momentos da Copa do Mundo. Sobreviventes a esses dias de entusiasmo desportivo, muitas bandeiras permaneceram nas fachadas das casas, vitrinas de lojas, para-brisas de automóveis. [...] Pode-se afirmar que o brasileiro redescobriu as emoções do amor à pátria e perdeu a inibição de manifestá-lo. (*Veja*, 09/09/1970, p. 18).

Seguindo essas “pelo menos duas décadas” chega-se, pelo menos, a 1950. Esta década é caracterizada no Brasil, em linhas gerais, pela industrialização, pelo crescente uso de bens manufaturados, eletrodomésticos, e pela popularização

dos meios de comunicação em massa, como a televisão, ou seja, havia um forte anseio pela modernização, para superar o “atraso” e o “subdesenvolvimento” (FICO, 1997). Havia, como quase sempre houve na História do Brasil, uma busca pelo que era “realmente brasileiro” mas, de fato, não se estimulava tanto o patriotismo quanto aconteceria nas duas décadas seguintes.

De acordo com Carlos Fico (1997), em 1969 foi planejada a campanha *Uma Bandeira para Cada Sala de Aula*, numa ideia do então presidente Costa e Silva, com o intuito de que ela fosse o “emblema insubstituível da brasilidade”. O que de fato parece ter acontecido, conforme relata a revista dizendo que as bandeiras são “sobreviventes” aos dias de entusiasmos da Copa do Mundo, disputada no México entre os dias 31 de maio e 21 de junho de 1970. Evidente que disso tudo fazia parte a AERP e as propagandas pensadas para promover o governo através de dizeres que incitavam o patriotismo.

Na continuação do texto, uma parte aparece sob a chamada *causa e efeito*, em que parece haver o reconhecimento, por parte da revista, dessas estratégias de propaganda, pois diz que as raízes desse fervor recente podem estar ou no estímulo do governo, ou nos índices de crescimento nacional ou na vitória da Copa.

Porém, como já foi dito neste subcapítulo, estes dois últimos fatores (crescimento econômico e futebol) contribuíram, claro, para o renascente sentimento de nacionalismo que se observava, mas foram também manipulados pela propaganda do governo para justamente despertar tal sentimento. Como sugere a frase seguinte, relacionando esses fatores com a expansão da rede de comunicações, tudo isso foi potencializado pelas propagandas – fossem elas em rádio, televisão, revista, jornal ou qualquer outro meio – ou até mesmo disso se aproveitou a AERP. Ou seja, são fatores que se interligam e só assumem o significado aqui colocado quando analisados conjuntamente. Segue o trecho:

> CAUSA E EFEITO – Para alguns, as raízes desse fervor renascente estão no estímulo do governo, na divulgação dos animadores índices do crescimento nacional ou na vitória do mais popular e apaixonante esporte brasileiro. E talvez elas estejam nessas e em outras razões, conjugadas à rápida expansão da rede de comunicações. (Grifos meus). (*Veja*, 09/09/1970, p. 18).

Estas seriam as “causas”, como diz a chamada do texto. Os efeitos, por sua vez, seriam tornar popular o nacionalismo, como objetivos primeiros deste tipo de projeto do governo. O objetivo segundo, ou pode-se dizer

em médio prazo, seria a confiança no destino da pátria e a coesão nacional, o que também colaboraria para a segurança nacional, tão defendida pelo regime.

Em justificativa a isso, o recurso utilizado era dizer, como o faz o então ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, que o patriotismo era indispensável para o desenvolvimento do país e que o governo só se servia de seus efeitos benéficos. E quem se atreveria a dizer o contrário? Tudo indicava que isto era verdade:

> mas, se é difícil localizar as origens psicológicas do amor à pátria, em todo caso ele é seguramente um dos elementos básicos da unidade nacional, um fator indispensável ao desenvolvimento de uma nação. E o atual governo sempre manifestou sua irrestrita confiança nos efeitos benéficos do patriotismo. Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda, afirma que “nenhum país consegue atingir um estágio razoável de organização sem que seu povo esteja dotado de um forte sentimento nacional”. Na verdade, os perigos excessivos do patriotismo surgem apenas, historicamente, quando ele tende a suprimir o direito de crítica e a livre manifestação política. Eça de Queirós considerava o verdadeiro patriota aquele que mais cuidadosamente indica os erros do seu país e assim demonstra um dedicado carinho para com a nação que ama. As últimas manifestações de amor à pátria ocorridas este ano, especialmente nestes dias de festa nacional, parecem demonstrar que os brasileiros podem

> substituir a ideia secular de um Brasil curvado pela cruz dos seus problemas insolúveis, por um sentimento de otimismo e confiança em relação ao futuro do pedaço do mundo em que nasceram. (*Veja*, 09/09/1970, p. 18-19).

Mas, e quando apareceriam os efeitos maléficos do patriotismo? “Quando ele tende a suprimir o direito de crítica e a livre manifestação política”, ou quando ele aparece como imperialismo, ou nas versões ultranacionalistas de racismo e xenofobia, ou ainda enraizado no medo e no ódio do Outro, em sua variante patológica (ANDERSON, 1989). Um ambiente hostil, com censura e repressão também pode suprimir o debate de ideias.

Um governo democrático era colocado como impraticável, dado o avanço do país sob o governo da ditadura, “a impressão passada ao povo é de que o desenvolvimento exige um governo forte. Governo militar. [...] A censura cuidava do controle e neutralização das críticas e de evitar notícias negativas” (COUTO, 1999). Também por que na frase seguinte (“As últimas manifestações de amor à pátria...”) já reaparece o que pode ser interpretado como uma explicação, em tom positivo, para as ações tomadas pelo governo até então.

Indicar os erros do país e demonstrar carinho para com a nação é atitude de um bom patriota, como se consideravam os militares quando assumiram o governo do país, em concordância com o que afirma Carlos Fico (1997, p. 41): “A ‘missão civilizadora’ de que se achavam imbuídos os militares se expressou, portanto, através da firme convicção de estarem construindo um novo patamar econômico, político e moral pra o Brasil”.

Dessa maneira, através do que os bons patriotas fizeram para transformar o Brasil para melhor, os brasileiros podiam substituir sua secular descrença no porvir pelo “sentimento de otimismo e confiança em relação ao futuro do pedaço do mundo em que nasceram” (*Veja*, 09/09/1970, p. 19), aos quais as comemorações de 1971 também darão conta...

1.3 As festas da Independência

1971 e 1972 são os anos em que mais há títulos, reportagens e artigos, sobre o Sete de Setembro em *Veja*. Também são os anos cuja capa lhe foi dedicada exclusivamente. Para manter a ordem cronológica proposta, neste tópico, o foco permanecerá sobre o ano

de 1971, o qual representa de forma exemplar os propósitos que tinham os criadores da revista *Veja*.

Já se falou da pretensão de dizer/ser a verdade que têm os periódicos – ou os meios de comunicação de forma geral –, e esta revista possui a característica bastante especial de demonstrar explicitamente, por escrito, esta vontade, expressa através do editorial, a *Carta ao leitor*. Nesta seção, que neste recorte de tempo se apresentava na mesma página do índice, o diretor de redação fazia suas colocações sobre alguns aspectos das reportagens, da própria revista, dos acontecimentos do momento ou do que considerasse conveniente e ficava, assim, claramente perceptível o tom pessoal deixado ali. O diretor de redação de então era Mino Carta, e a *Carta ao leitor* deste dia 8 de setembro de 1971 é um exemplo do que foi dito:

> Esta edição de aniversário, que coincide com o 149° da Independência, é um bom exemplo dos objetivos de *VEJA*. A exaltação patriótica provocada pela vitória do futebol brasileiro no México; a proliferação de lemas ufanistas; o apoio popular à regulamentação do decreto das 200 milhas de mar territorial; o orgulho das classes empresariais diante da conquista de novos mercados – são alguns dos fatos que convocaram a atenção de *VEJA* e a estimularam a investigar um fenômeno manifestado até pelas alegres marchinhas que cantam as belezas do Brasil. Seria uma

> simples onda de patriotismo? Seria o nascimento de um sentimento nacionalista? Durante três meses uma equipe de repórteres garimpou terrenos diferentes e, alguns, bastante originais. O resultado desse trabalho está na reportagem de capa (da página 35 à 82): é a descoberta de um novo tipo de nacionalismo, que se orgulha do desenvolvimento do país, diametralmente oposto ao de dez anos atrás, que se orgulhava de apontar desgraças. Mais uma vez, *VEJA* buscou identificar as leis que regulam o fluir dos acontecimentos. Com a humildade daqueles que não se dizem objetivos, pois a objetividade não é uma qualidade humana, é a característica dos robôs. Mas com a certeza de ter sido, sempre e acima de tudo, honesta. (Grifos meus). (*Veja*, 08/09/1971, p. 19).

É um objetivo que poderia muito bem ser o de um historiador do início do século XX, procurando nas fontes as respostas para os problemas de sua atualidade, ou buscando “as leis que regulam o fluir dos acontecimentos”, e com a “certeza de ser honesta”, apresenta a possibilidade de fazer afirmações sobre a história, buscar a verdade nos fatos. De acordo com Michael Oakeshott (2003, p. 59), “nosso interesse prático pelo passado é nosso interesse pelos objetos presentes em relação a nós mesmos, em determinar seu valor para nós e em usá-los para satisfação de nossas necessidades”. Por isso, partindo da ideia de que o

editorial de uma revista tem a intenção de direcionar ou chamar a atenção do leitor para determinadas reportagens as quais seleciona como mais importantes, ou que mereçam maior destaque, é possível perceber ainda, certa intenção de imparcialidade ao afirmar que sempre busca a verdade, tentando verificar as origens e as peculiaridades do sentimento nacional na forma como ele se apresentava naquele momento. O que contribuía, também, para angariar credibilidade para si própria, pois ainda era uma revista relativamente nova no mercado editorial brasileiro, sempre destacando sua honestidade e ânsia pela verdade.

Trata-se dos objetivos para esta edição, mas é nas entrelinhas que se leem os objetivos que regem a revista desde a elaboração de seu projeto. *Veja* se queria grande quando somou a maior equipe de redação já reunida por uma revista brasileira, sem falar nas sucursais espalhadas pelos estados brasileiros e nas agências de notícia internacionais que foram contratadas.

Com toda esta estrutura, o que *Veja* possivelmente projetava era descobrir os porquês dos acontecimentos, descobrir a verdade. E parece ser esta a razão de a reportagem de capa deste número ser tão extensa e tentar englobar uma investigação nas mais diferentes esferas

em que o nacionalismo pode ser construído, ou tentar "identificar as leis que regulam o fluir dos acontecimentos" (*Veja*, 08/09/1971, p. 19). "Seria uma simples onda de patriotismo? Seria o nascimento de um sentimento nacionalista?" (*Veja*, 08/09/1971, p. 19), Mino Carta diz que os repórteres *descobriram* um novo tipo de nacionalismo (assim como o governo queria um novo país, e um novo Sete de Setembro). A revista faz bastantes perguntas, mas raramente fica sem dar as respostas. Contudo, também não quer parecer arrogante ao afirmar ter *descoberto* o que queria, tem-se a certeza de ter sido honesta e humana, não objetiva. Aliás, diga-se de passagem, nada objetiva, como será visto nestas próximas páginas.

A seção *Brasil* desta edição, intitulada *As festas da Independência*, é a parte da revista que trata das comemorações no sentido primeiro que vem em mente quando se fala de Sete de Setembro: os desfiles, mas trata também do pronunciamento do presidente – o qual seria divulgado pela televisão – e do buzinaço programado pela AERP – quando sirenes de fábricas, buzinas de automóveis e sinos de igrejas deveriam soar simultaneamente.

Em apenas duas colunas de página, o texto também expõe os motivos por que, neste ano, as comemorações serão diferentes do ano que passou:

> Este ano, a roupagem da festa mudou. [...] Para as comemorações da Semana da Pátria, este ano, um só cartaz e um só slogan foram preparados: um grande arco-íris formado pelas cores verde e amarela e, em letras azuis, as palavras "Ontem, hoje e sempre, Brasil". Desta vez, não se trata de exteriorizar abstratas manifestações de amor e confiança patrióticas: Segundo a programação preparada pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, para orientar os festejos a serem realizados em todo o país, a inspiração das comemorações da Independência, em 1971, será a solidariedade: "Solidariedade das gerações entre si, das gerações para com o Brasil, solidariedade entre classes, entre regiões, entre pessoas, solidariedade para com os menos favorecidos". Preparando 1972 – Na verdade, os cuidados dispensados aos festejos deste ano não passam de preparação para as maiores e mais festivas comemorações de 1972, quando transcorre o 150º aniversário da Independência. (Grifos meus). (*Veja*, 08/09/1971, p. 21).

Deste modo, como se pôde ler, a AERP programou para aquele ano comemorações pautadas na solidariedade e considerou ultrapassados os slogans do ano que passou ("Brasil, ame-o ou deixe-o", "Ninguém

segura este país” ...), os quais a revista chama de “abstratas manifestações de amor e confiança patrióticas” (*Veja*, 08/09/1971, p. 21). O lema deste ano, portanto, seria: “Ontem, hoje e sempre, Brasil” (Figura 2).

Figura 2 – As festas da Independência

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, p. 21, recorte.

Isto que deixa transparecer um dos lados das propagandas políticas do regime, que “agrupavam-se em torno de ideias pedagógicas, que divulgavam, muitas vezes, elevados valores humanísticos” (ALMEIDA, 2009, p. 54). Também no Estado Novo fazia-se referência a

aspectos da “grandiosidade brasileira” ou enaltecia-se o cidadão, por exemplo, valores de um bom cidadão foram acionados para colocar em prática um projeto político pensado para a nação que se desejava ser. No governo iniciado com o golpe de 1964 tais valores pessoais foram acionados pelo Estado como maneira de assegurar a união nacional e, dessa maneira, garantir a segurança nacional e também o correto encaminhamento do país. O correto encaminhamento era, portanto, aquele que os militares davam, pois se consideravam os brasileiros mais autênticos, e o enorme crescimento econômico do período levava a crer nessa “verdade”. As promessas de fartura e de um novo tempo eram divulgadas, então, nessas propagandas, que se utilizavam de alegorias sutis, sem referência direta ao governo, como se querendo mostrar que haviam surgido do povo, porque, por outro lado as propagandas com alusão direta ao governo estavam defasadas, como a própria revista coloca. “Assim, tratar de ‘sentimentos nobres’ era uma estratégia adequada a essa mudança de foco: ‘eu quero uma coisa que pareça que vem da sociedade. Eu quero amor, [...] eu quero coesão’, disse o chefe da AERP, Octávio Costa” (FICO, 1997, p. 124).

Tais “sentimentos nobres” contribuíam para criar um clima mais ameno no Brasil, agitado pelos sequestros e pelas guerrilhas. Daí a escolha da AERP para o tema das comemorações deste ano ser a solidariedade, em uma tentativa de redesenhar a sociedade.

Por fim, a reportagem informa que os esforços dispensados às festividades se justificariam por que no ano seguinte, 1972, seria comemorado o 150º aniversário da Independência, o que será tratado no próximo subitem. Por enquanto, a reportagem de capa da edição em tese rende algumas interpretações.

Tão logo se olha para a capa desta edição (Figura 3) já é possível perceber do que se trata a reportagem. Obra de Rubens Gerchman[5], a imagem que ilustra esta capa traz a palavra “BRASIL” sobre o que parece ser massa e tinta com as cores da bandeira brasileira pintadas em listras diagonais. Feitas de acrílico (ou de algum material plástico) as letras “I” e “L” apresentam os dizeres “nacional” e “patriot”-“ismo”, respectivamente – livre descrição minha.

---

[5] “Rubens Gerchman (Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1942 – São Paulo, 29 de janeiro de 2008) artista plástico brasileiro, ligado a tendências vanguardistas como a *pop art* e influenciado pela arte concreta e neoconcreta. O artista usou ícones de futebol, televisão e política em suas obras.” (INSTITUTO, 2013).

Figura 3 – Capa de 8 de setembro de 1971

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, capa.

Também de maneira livre, a interpretação que se faz dessas inscrições é que tanto podem formar “nacionalismo” quanto “patriotismo”, e fazem introdução ao primeiro texto da reportagem: *A palavra dos mil usos*, que dá sinais do que virá pelas próximas páginas. De

aspecto, até certo ponto, comparável a uma escrita com rigor acadêmico, a reportagem faz referência a personagens históricos – o general Charles de Gaulle e o teórico do anarquismo Bakunin – para tentar dar uma breve explicação, ou mesmo fazer distinção, entre as palavras nacionalismo e patriotismo:

> O nacionalismo é a coisa mais bem dividida do mundo. Todos acham que têm o suficiente e que o seu é o bom. Sua universalidade ultrapassa quaisquer fronteiras e onde termina o nacionalismo de um começa o de outro. Os únicos limites que essa palavra mágica, capaz de arrebatar multidões, construir e destruir Estados, não foi capaz de estabelecer foram os de sua própria definição. (*Veja*, 08/09/1971, p. 35).

É complexo, sim, estabelecer uma definição para o nacionalismo, tanto que isto é consenso entre os teóricos que pautam as discussões em torno deste conceito neste trabalho, Eric Hobsbawm (1990; 1997a; 1997b) e Benedict Anderson (1989), porém, destaca-se que uma década antes destes dois autores elaborarem suas teorias, a revista já apontava para o caráter polissêmico do termo. Discordantes em muitos aspectos, estes dois autores concordam que são o nacionalismo e os Estados os formadores da nação, e não o contrário. Atentam,

ainda, para o fato de ser a nação uma *comunidade política imaginada* e, buscando suas referências em Ernest Gellner[6], dissertam justamente sobre o fator “invenção”, “criação” ou engenharia social que entra na formação da nação. Contudo, neste ponto, Anderson (1989) faz uma crítica muito pertinente às ideias de Gellner: o caráter inventado ou criado não deve ser identificado como verdadeiro ou falso, mas deve levar ao questionamento em busca de *como* a nação foi pensada, os caminhos que percorreu até chegar ao que é hoje.

É assim que os estudos dos referidos autores tornam-se fundamentais para este trabalho, pois localizam a nação no tempo da História e expõem limites das tentativas de definir os termos *nação*, *nacionalidade* e *nacionalismo*. E, por isso, também fornecem meios de identificar os artifícios que cada Estado utiliza para inventar sua nação. Aqui, especificamente, estes artifícios podem ser observados através da divulgação de discursos que buscavam a identificação nacional com regime, o que a revista *Veja* também divulgou e o que pode ter fornecido as bases para a formação de uma

---

[6] Ernest Gellner (1925-1995) dedicou-se ao estudo da Antropologia, da Filosofia e da Sociologia, e lecionou na Universidade de Cambridge. Entre suas principais obras estão *Thought and Change* (1964) e *Nations and Nationalism* (1983).

estrutura de sentimento (WILLIAMS, 2011) e uma memória coletiva (RICOEUR, 2007) particulares.

Essa limitação em se definir exatamente o que é nacionalismo também possibilitou, no Brasil, que os diferentes regimes de governo tomassem-no e moldassem-no conforme os projetos políticos do momento. Um dos projetos do governo ditatorial para a sociedade era estimular o sentimento de nação, identificando o “inimigo comunismo” como algo a ser combatido, o que também podia ser feito ao promover o consumo, uma vez que o momento do “milagre” econômico permitia. Como se lê no trecho:

> Enquanto o terceiro governo da Revolução anuncia seu desejo de moldar as instituições brasileiras à imagem e semelhança das necessidades de seu povo, o Brasil começa a dar importantes sinais do surgimento de uma orgulhosa consciência nacional. Durante os últimos dias, enquanto eram iniciadas as comemorações pela Semanada Pátria, esse sentimento podia ser confirmado pela aplicação da mais infalível e democrática de todas as leis sociais: a da oferta e da procura. (*Veja*, 08/09/1971, p. 36).

Descrito como sinal do surgimento de uma “consciência nacional”, o consumo observado naqueles dias é comparado à lei da oferta e da procura, dita como

democrática. Sob estes valores ficaria, assim, estabelecida a balança entre ganhos materiais e ameaça comunista. O lado para o qual pendeu já é sabido, mas a reportagem se referia à promoção de uma loja do Rio de Janeiro que distribuiu 60 mil discos com o Hino Nacional e o Hino à Bandeira para as compras acima de um determinado peso.

"Na realidade, desde a vitória do México, com propaganda e sem propaganda, o brasileiro passou a gostar mais de seu próprio país. Os hinos, as cores e a bandeira tornaram-se motivos de orgulho" (*Veja*, 08/09/1971, p. 36). Como já foi dito, *Veja* parece reconhecer e entender os mecanismos de que o governo da ditadura se valia para tentar orientar os valores dos cidadãos, e neste trecho isso fica visível ao falar da propaganda. Porém, na frase seguinte já usa o mesmo recurso com que a AERP preparava suas propagandas, ou seja, mostrar como se esse sentimento de identificação tivesse surgido do próprio povo. No que a revista chama de "milagre mercadológico", o verde-amarelo tornou-se mais um fator para as vendas, era motivo de orgulho e realmente estava por toda parte: outdoors, chapéus, automóveis, tênis, fachadas de lojas e, claro, propagandas, como se vê na Figura 4:

Figura 4 – O milagre mercadológico

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, p. 37-38

Na última parte desta reportagem, aparece o assunto da construção da Rodovia Transamazônica, a

qual despertou opiniões políticas diversas tanto dentro quanto fora do Brasil. Sabe-se que esta rodovia foi projetada durante o governo Médici, mas não foi concluída (pavimentada) até hoje e foi considerada uma obra “faraônica” do regime ditatorial, devido aos enormes gastos que demandaria, apesar disso, foi inaugurada em 1972. As opiniões contrárias à sua construção, conforme coloca a revista, argumentavam sobre o escoamento dos minérios brasileiros para o exterior e para seu elevado custo. Já as opiniões favoráveis falavam sobre a possibilidade de ligar/unir o país.

Em contraposição, o texto coloca que o nacionalismo brasileiro estava ressurgindo, depois de ter sido “confundido com atitudes demagógicas” (*Veja*, 08/09/1971, p. 36) no governo de João Goulart. Na verdade a leitura rasa e fortemente ideológica dos acontecimentos traduziu o esforço de Jango em uma “ameaça comunista”. Portando, naquele presente, o nacionalismo explicado pela revista estaria sendo direcionado para o “desenvolvimento econômico e a organização nacional”,

> além disso, a força do nacionalismo parece ter condições de tornar-se o aríete capaz de derrubar algumas das muralhas que

> dividem a vida política brasileira. A Revolução, que já conquistou a popularidade para seu governo, dá mostras da disposição de unir todos os brasileiros, a partir da formação de uma consciência de patriotismo nacionalista. “O governo busca estimular um nacionalismo do tipo positivo, do tipo não xenófobo, procurando despertar a atenção dos jovens para a tarefa de construção do Brasil grande”, dizia, há um ano, o ex-ministro Roberto Campos. Esse esforço, bem conduzido, poderá transformar-se na mais original de todas as contribuições da Revolução à vida política brasileira, pois o mesmo nacionalismo que tem a capacidade de unir povos acima das facções tem, inevitavelmente, o dom de também aproximar, em nome de obras maiores, facções divididas, muitas vezes, por questões menores. (Grifo meu). (*Veja*, 08/09/1971, p. 36).

A reportagem termina sugerindo que se o esforço de “despertar a atenção dos jovens para a tarefa de construção do Brasil grande” desse certo, este seria o maior legado da “Revolução” à vida política brasileira. E nisto aparece mais uma daquelas críticas camufladas, neste caso, especialmente, aparenta estar escondida em uma frase (grifo) um tanto truncada e que não identifica os sujeitos. Em uma livre interpretação, trocando-se a palavra “facções” por “partidos” tem-se que os cidadãos, independentemente de suas preferências políticas, podem se unir através do nacionalismo em prol de um

bem comum (desenvolvimento econômico, por exemplo), mas este nacionalismo também tem a capacidade de unir partidos divididos (ARENA e MDB) por motivos menores (golpe de 1964) em nome de obras maiores (redemocratização). E então esta seria a melhor contribuição que aquela “Revolução” poderia deixar. São apenas suposições.

Para voltar a tratar do caráter (até certo ponto) acadêmico que pode ser observado em *Veja*, há um quadro (Figura 5) de mais ou menos meia folha estendido pelas páginas 40 e 41 e intitulado *A Estratégia, por L. G. do Nascimento Silva*.

Identificado pela própria revista como professor, Luís Gonzaga do Nascimento Silva[7] disserta sobre a importância do nacionalismo para o desenvolvimento de um país, ou seja, o nacionalismo é posto como estratégia:

> “As ideias não podem ser claras se as palavras que servem para designá-las não forem primeiro cuidadosamente definidas.” Essa advertência de Condillac[8] ocorre

[7] Nascido em 1915, “o professor Luís Gonzaga do Nascimento Silva encabeça uma das maiores bancas de advocacia do país e foi presidente do Banco Nacional da Habitação e ministro do Trabalho durante o governo Castelo”. (*Veja*, 08/09/1971, p. 40).

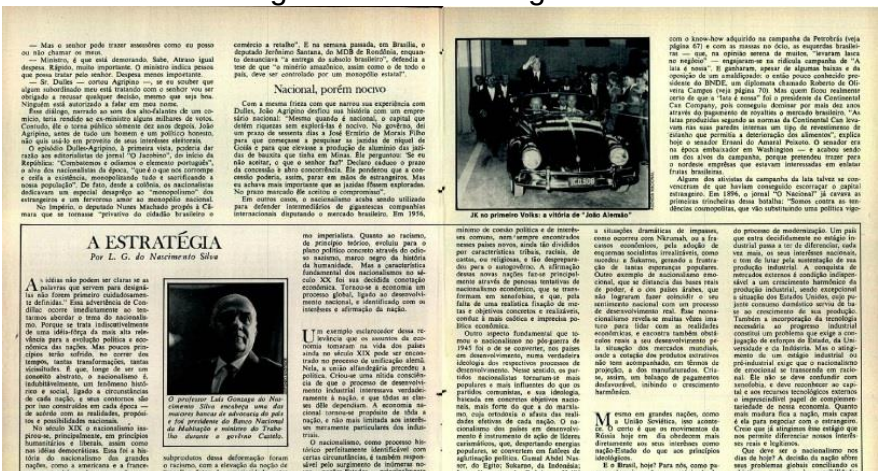
[8] Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) foi um filósofo francês que colaborou para o desenvolvimento da teoria empirista do conhecimento. (Nota minha).

> imediatamente ao tentarmos abordar o tema do nacionalismo. Porque se trata indiscutivelmente de uma ideia-força da mais alta relevância para a evolução política e econômica das nações. Mas poucos princípios terão sofrido, no correr dos tempos, tantas transformações, tantas vicissitudes. É que, longe de ser um conceito abstrato, o nacionalismo é, indubitavelmente, um fenômeno histórico e social, ligado a circunstâncias de cada nação, e seus contornos são por isso construídos em cada época – de acordo com as realidades, propósitos e possibilidades nacionais. (*Veja*, 08/09/1971, p. 40).

Além da discussão que Silva faz acerca do conceito de nacionalismo, que são, por sinal, muito parecidas com as de Hobsbawm (1990; 1997a; 1997b) e Anderson (1989), o que se considera mais pertinente ponderar, agora, é procurar entender os motivos que levaram a revista a publicar um artigo sobre o nacionalismo e escrito por um professor. Sabe-se que a universidade é local privilegiado de debates e pesquisas e muitos dos produtos divulgados já têm caráter de verdade, pois se presume que tenham sido feitos com base em estudos verificáveis. É assim em muitas, para não dizer em todas, áreas do conhecimento. Especialmente em História, até pelo menos início do século XX, buscou-se pela verdade através dos documentos e, por consequência, os

resultados obtidos daí também eram tidos como verdade. Isso pode ser uma razão pela qual o texto de um professor foi publicado em meio à uma reportagem que tenta dar conta de diferentes âmbitos do nacionalismo, ou seja, para dar crédito de verdade aos demais escritos.

Figura 5 – A Estratégia



— Mas o senhor pode trazer assessôres como eu posso ou não chamar os meus.

— Ministro, é que está demorando. Sabe. Atraso igual despesa. Rápido, muito importante. O ministro indica pessoa que possa tratar pelo senhor. Despesa menos importante.

— Sr. Dulles — *cortou Agripino* —, se eu souber que algum subordinado meu está tratando com o senhor vou ser obrigado a renunciar qualquer decisão, mesmo que seja boa. Ninguém está autorizado a falar em meu nome.

Êste diálogo, narrado ao sem dos altos-falantes de um comício, teria rendido ao ex-ministro alguns milhares de votos. Contudo, ele e teria público sòmente dez anos depois. João Agripino, antes de tudo um homem e um político honesto, não quis usá-lo em proveito de seus interêsses eleitorais.

O episódio Dulles-Agripino, à primeira vista, poderia dar razão aos editorialistas do jornal "O Jacobino", do início da República: "Combatemos e odiamos o elemento português", o alvo dos nacionalistas da época, "que é o que nos corrompe e ceifa a existência, monopolizando tudo e sacrificando à nossa população". De fato, desde a colônia, os nacionalistas dedicavam um especial desprêzo ao "monopolismo" dos estrangeiros e um fervoroso amor ao monopólio nacional.

No Império, o deputado Nunes Machado propôs à Câmara que se tornasse "privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalho". E na semana passada, em Brasília, o deputado Jerônimo Santana, do MDB de Rondônia, enquanto denunciava "a entrega do subsolo brasileiro", defendia a tese de que "o minério amazônico, assim como o de todo o país, deve ser controlado por um monopólio estatal".

Nacional, porém nocivo

Com a mesma frieza com que narrou sua experiência com Dulles, João Agripino definiu sua história com um empresário nacional: "Mesmo quando é nacional, o capital que detém riquezas sem explorá-las é nocivo. No govêrno, dei um prazo de sessenta dias a José Ermírio de Moraes Filho para que conseguisse a pesquisar as jazidas de níquel de Goiás e para que elevasse a produção de alumínio das jazidas de bauxita que tinha em Minas. Êle perguntou: Se eu não aceitar, o que o senhor faz? Declarei cadáver o prazo da concessão e abro concorrência. Êle perdeu-me que a concessão poderia, assim, parar em mãos de estrangeiros. Mas eu achava mais importante que as jazidas fôssem exploradas. No prazo marcado êle aceitou o compromisso".

Em outros casos, o nacionalismo acaba sendo utilizado para defender intermediários de gigantescas companhias internacionais disputando o mercado brasileiro. Em 1956, com o know-how adquirido na campanha de Petrobrás (veja página 67) e com as mesmas no dedo, as sugestões brasileiras — que, na opinião serena de muitos, "levaram lauro no negócio" — empregam-se na ridícula campanha de "A lata é nossa". E ganharam, apesar de algumas baixas e da oposição de um amálgama: o estão pouco conhecido presidente do BNDE, um diplomata chamado Roberto de Oliveira Campos (veja página 70). Mas quem fizou realmente certo de que a "lata é nossa" foi o presidente da Continental Can Company, pois conseguiu dominar por mais dez anos através do pagamento de royalties o mercado brasileiro. "Ações produzidas segundo as normas da Continental Can levavam rótulos paradas internas um tipo de revestimento de ótimo que permitia a deterioração dos alimentos", explica hoje o senador Ernesto do Amaral Peixoto. O senador era na época embaixador em Washington — e acabou sendo um dos alvos da campanha, porque pretendeu trazer para o nordeste empresas que estavam interessadas em enlatar frutas brasileiras.

Alguns dos ativistas da campanha da lata talvez se convencessem de que haviam conseguido encorajar o capital estrangeiro. Em 1896, o jornal "O Nacional" já cavava as primeiras trincheiras dessa batalha: "Somos contra as indústrias cosmopolitas, que vão substituindo uma política vigente

JK no primeiro Volks: a vitória de "João Alemão"

A ESTRATÉGIA

Por L. G. do Nascimento Silva

As idéias não podem ser claras se as palavras que servem para designá-las não forem primeiro cuidadosamente definidas." Essa advertência de Condillac ocorre imediatamente ao tentarmos abordar o tema do nacionalismo. Porque se trata indiscutivelmente de uma idéia-fôrça da mais alta relevância para a evolução política e econômica das nações. Mas poucos princípios teriam sofrido, no correr dos tempos, tantas transformações, tantas sinonímias. E que, longe de ser um conceito abstrato, o nacionalismo é, indubitàvelmente, um fenômeno histórico e social, ligado a circunstâncias de cada nação, e seus contornos são por isso construídos em cada época — de acôrdo com as realidades, propósitos e possibilidades nacionais.

No século XIX o nacionalismo inspirou-se, principalmente, em princípios humanitários e liberais, assim como nas idéias democráticas. Essa foi a história do nacionalismo das grandes nações, como a americana e a francesa, mas também a de povos-nações, como os chineses, os poloneses, os húngaros. Tais teorias do nacionalismo concorreram para fazê-lo identificar-se com dois outros princípios: a democracia e o direito de autodeterminação.

Também ocorreu que, a partir do final do século XIX, o conceito de nacionalismo veio a se identificar com situações de intolerância, de parcialismo, de perseguição de minorias. Dos subprodutos dessa deformação foram o racismo, com a elevação da noção de "raça" a fator de superioridade entre os povos, e o imperialismo, estimulado arrogante do nacionalismo, com processo de submissão das nações mais fracas aos interêsses das políticas, militar e econômicamente mais poderosas. Via o mundo surgirem situações históricas das quais as mais caracteristicas são o pan-germanismo, o imperialismo czarista, o militarismo japonês, e finalmente os fascismos e o comunismo imperialista. Quanto ao racismo, de princípio inócuo, evolutu para o plano político concreto através do ódio ao nazismo, marco negro da história da humanidade. Mas a característica fundamental dos nacionalismos no século XX foi sua decidida conotação econômica. Tornou-se a economia um processo global, ligado ao desenvolvimento nacional, e identificado com os interêsses e afirmação da nação.

O professor Luís Gonzaga do Nascimento Silva escreveu uma das mais raras bancas de advocacia do país e foi presidente do Banco Nacional da Habitação e ministro do Trabalho durante o govêrno Castelo.

Um exemplo esclarecedor dessa relevância que os assuntos da economia tomaram na vida dos países ainda no século XIX pode ser encontrado no processo de unificação alemã. Nela, a união alfandegária precedeu a política. Criou-se uma nítida consciência de que o processo de desenvolvimento industrial interessava verdadeiramente à nação, e que tôdas as classes dêle dependiam. A economia nacional tornou-se propósito de tôda a nação, e não mais limitada aos interêsses meramente particulares dos industriais.

O nacionalismo, como processo histórico perfeitamente identificável com certas circunstâncias, é também responsável pelo surgimento de inúmeras novas nações-Estados, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A cristalização de sentimentos generalizados de uma unidade nacional levou, à constituição, entre 1946 e 1966, de 57 novos Estados, notadamente na África, onde o processo de formação de nações soberanas desenvolve-se ainda em níveis dias com tanta dramaticidade e custos sacrifícios. O problema da identidade nacional exige um mínimo de coesão política e de interêsses comuns, nem sempre encontrados nesses países novos, ainda tão divididos por características tribais, raciais, de castas, ou religiosas, e tão desgraçadamente pobres e subdesenvolvidos. A afirmação dessas novas nações tem se principalmente através de pessoas tentativas de nacionalismo econômico, que se transformam em sensíbeias, e que, pela falta de uma realística fixação de metas e objetivos concretos e realizáveis, conduz à mais cáotica e imprecisa política econômica.

Outro aspecto fundamental que tolhe o nacionalismo no pós-guerra de 1945 foi o de se converter, nos países em desenvolvimento, numa verdadeira ideologia dos respectivos processos de desenvolvimento. Nesse sentido, os partidos nacionalistas tornaram-se mais populares e mais influentes do que os partidos comunistas, e sua ideologia, baseada em concretos objetivos nacionais, mais forte do que a do marxismo, cuja ortodoxia é afastada das realidades efetivas de cada nação. O nacionalismo dos países em desenvolvimento é instrumento de ação de líderes carismáticos, que, despertando energias populares, se converteram em fatôres de agitação política. Gamal Abdel Nasser, do Egito; Sukarno, da Indonésia; Jomo Kenyatta, do Quênia; e Haillé Selassié, da Etiópia, são exemplos de líderes políticos que encarnaram, às vêzes transitòriamente, posições nacionalistas com grande apoio popular. Adotam, como regime em geral, o de um autoritarismo benevolente, fundado em um partido único, ou apoiado nas classes armadas. A falta de contrastes e o baixo nível educacional das massas submetidas têm conduzido tais regimes a situações dramáticas de impasses, como ocorreu com Nkrumah, ou a fracassos econômicos, pela adoção de esquemas socialistas irrealizáveis, como sucedeu a Sukarno, gerando a frustração de tamas esperanças populares. Outro exemplo de nacionalismo emocional, que se distancia das bases reais de poder, é o dos países árabes, que não lograram fazer coincidir o seu sentimento nacional com um processo de desenvolvimento real. Êsse nacionalismo revela-se muitas vêzes irmãs para fidar com as realidades econômicas, e encontra também obstáculos reais a seu desenvolvimento pela situação dos mercados mundiais, onde a cotação dos produtos extrativos não tem acompanhado, em término de proporção, a dos manufaturados. Criase, assim, um bolsango de pagamentos desfavorável, inibindo o crescimento harmônico.

Mesmo em grandes nações, como a União Soviética, isso acontece. O centro é que os movimentos da Rússia hoje em dia obedecem mais diretamente aos seus interêsses como nação-Estado do que aos princípios ideológicos.

E o Brasil, hoje? Para nós, como para as demais nações em estágio de desenvolvimento, o nacionalismo é seguramente o fator mais relevante dêsse processo. Superamos as pré-condições para o avanço econômico, e estamos dirigindo para tôda as estruturas agrárias, em que a economia ainda não atinge o caráter de globalidade. Precisamos, com inadiável urgência, modernizar nossas estruturas, e o nacionalismo se constitui no mais efetivo fator do processo de modernização. Um país que entra decididamente no estágio industrial passa a ter de diferenciar, cada vez mais, os seus interêsses nacionais, e tem de lutar pela sustentação de sua produção industrial. A conquista de mercados externos é condição indispensável a um crescimento harmônico da produção industrial, sendo excepcional o situação dos Estados Unidos, cujo pujante consumo doméstico serviu de base ao crescimento de sua produção. Também a incorporação da tecnologia necessária ao progresso industrial constitui um problema que exige a conjugação de esforços de Estado, da Universidade e da Indústria. Mas o atingimento do um estágio industrial ou pré-industrial exige que o nacionalismo de emocional se transforme em racional. Êle não se deve confundir com xenofobia, e deve reconhecer no capital e aos recursos tecnológicos externos o imprescindível papel de complementaridade de nossa economia. Quanto mais madura fôca a nação, mais capaz é ela para negociar com o estrangeiro. Creio que já atingimos êsse estágio que nos permite diferenciar nossos interêsses reais e legítimos.

Que deve ser o nacionalismo nos dias de hoje? A decisão da nação sôbre seus problemas globais conciliando os objetivos e metas às possibilidades reais de país. Deve despertar as energias nacionais para o desenvolvimento e para as mudanças de sua estrutura econômica e social. Não pode ser uma idéia abstrata ou teorizante, mas uma doutrina de poder, firmada na realidade. Deve, finalmente, contribuir para a unidade da nação e para que seus valôres básicos sejam partilhados generalizadamente por seu povo.

40 VEJA 8/9/71 41

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, p. 40-41.

Para não tornar o trabalho exaustivo, optou-se por analisar as reportagens que faziam referência ao nacionalismo conforme o enfoque dado aqui, isto é, sua presença em reportagens especiais acerca das comemorações do Sete de Setembro, e assim sua

implicação mais direta na sociedade. É por isso que algumas reportagens também presentes nessas páginas não serão referenciadas, pois seus conteúdos abordam as inferências do nacionalismo nas decisões sobre o investimento de capital externo no Brasil, a extração e exportação de minérios e disputas pelos mercados brasileiros, por exemplo.

Dessa maneira, considerando-se que as palavras de um professor, que também participou da esfera política do país, podem ser lidas com mais crédito que as de um jornalista, este texto sobre “a estratégia”, ou o papel indispensável do nacionalismo para o desenvolvimento do país, pode ser visto como meio de dar mais crédito também às ideias dos projetos do governo para a nação e que eram partilhadas pela revista:

> E o Brasil, hoje? Para nós, como para as demais nações em estágio de desenvolvimento, o nacionalismo é seguramente o fator mais relevante desse processo. Superamos as pré-condições para o avanço econômico, e estamos deixando para trás as estruturas agrárias, em que a economia ainda não atinge o caráter de globalidade. Precisamos, com inadiável urgência, modernizar nossas estruturas, e o nacionalismo se constitui no mais efetivo fator do processo de modernização. (*Veja*, 08/09/1971, p. 41).

Neste trecho se percebe que as ideias do professor também tinham a ver, e muito, com os projetos do governo de superar o passado agrário e industrializar o país, e fomentar o consumo e repete-se todo um ciclo já exposto anteriormente, de que uma nação unida se faz fundamental para concretizar os projetos políticos necessários naquele momento. Sendo assim, vale a pergunta do autor:

> Que deve ser o nacionalismo nos dias de hoje? A decisão da nação sobre seus problemas globais conciliando os objetivos e metas às possibilidades reais do país. Deve despertar as energias nacionais para o desenvolvimento e para as mudanças de sua estrutura econômica e social. Não pode ser uma ideia abstrata ou teorizante, mas uma doutrina de poder, firmada na realidade. Deve, finalmente, contribuir para a unidade da nação e para que seus valores básicos sejam partilhados generalizadamente por seu povo. (*Veja*, 08/09/1971, p. 41).

Entende-se, a partir deste trecho, que o autor sugere que o próprio governo “torne realidade” o nacionalismo, através de projetos concretos e viabilizando, assim, o desenvolvimento do país, até mesmo por que os militares já se sentiam imbuídos do dever de mudar os rumos da nação.

Este ano, 1971, especialmente, foi exemplar para mostrar uma característica que perpassou os anos em que publicou reportagens com o Sete de Setembro como tema principal: um momento de reflexão. Destaca-se, ainda, a singularidade de *Veja* no mercado editorial daquele período, pois ao mesmo tempo em que "propõe uma reflexão", indica a verdade em suas interpretações. Assim como se observa na *Carta ao leitor* deste mesmo período (data de fundação da revista, 11/09), é uma oportunidade de se olhar para o passado e fazer o balanço das conquistas e das dificuldades encontradas até então. Assim como é marca desta revista, neste período, querer abarcar discussões sobre aspectos políticos, sociais e econômicos em uma mesma reportagem, tentando incluir várias regiões do Brasil ainda em um mesmo texto. Afinal, "'O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, pelo espaço geográfico, pela ignorância, pelos preconceitos e regionalismos. [...] Precisa, enfim, estar bem informado'. Este é – e continuará sendo – o único objetivo de *VEJA*" (*Veja*, 10/09/1969, p. 15). Com este mesmo objetivo é que no ano de 1972 publicaria uma reportagem com vinte páginas que começa com a chegada da família real, passa pelo período de regência, pelo Império, pela proclamação República, enfim, termina

com as palavras do general Médici logo depois de ter assumido a presidência: *Não se governa sem história*.

1.4 E ficou a Pátria livre

Se não se governa sem história, pode ser por isso que a reportagem de 1972 faz sentido. Páginas de longos textos com imagens discretas, intercaladas por anúncios publicitários: algumas das características mais marcantes de *Veja* nos seus primeiros dez anos de vida, pelo menos. Ao demonstrar sua outra marca, estes textos ensinam a História do Brasil de modo até bem sintético, desde o início de 1500, “quando o mar Mediterrâneo ainda se permitia discretos ares de oceano”, até o discurso do presidente Médici, no qual afirma que “não se governa sem história” (*Veja*, 06/09/1972, p. 20, 40). Tudo isso em oito páginas, descontando, do total de vinte, as seis com “imagens de cinco séculos de história” e mais seis de publicidade.

Quando da coleta das fontes para este trabalho, sem ainda tê-las lido, pensou-se que este seria o ano em que mais se teria a discorrer sobre a comemoração da Independência do Brasil propriamente dita. Imaginou-se que a revista divulgaria imagens das festas e falaria sobre

o despertar do sentimento de nação, afinal, no ano anterior, os gastos com estas cerimônias foram contidos (como a revista informou), por que este ano de 1972 foi o Sesquicentenário da Independência. Contudo, devido à extensão do tempo festivo deste ano, de abril à setembro, o que foi apresentado nesta edição foi um “resumo” da História do Brasil, mas isto fez muito sentido sobre os objetivos desta publicação após ler a última frase da reportagem, que é justamente a já mencionada frase do presidente Médici.

Uma possibilidade de análise pode ser levantada aqui. Na realidade, através desta reportagem pode ser mais bem discutido o sentido que a revista atribui à História, e não tanto uma análise do conteúdo em si, tanto por que não há um posicionamento de ideias tão evidente quanto nas outras reportagens estudadas até aqui. Em outras palavras, pode ser melhor não interpretar seu conteúdo ou ler nas entrelinhas, não parece ser este o caso, mas sim a partir do uso que a revista dá ao passado interpretar o que ela quis dizer com esta abordagem. Não é exatamente o que o texto está dizendo, mas o que a *publicação* do texto diz. Por isso também que a análise desta edição vale mais através das imagens do que propriamente do texto.

Com certeza, em oito páginas alguns fatos foram privilegiados, alguns personagens selecionados e outros deixados de lado, mas não parece que isso interfira diretamente no sentido que uma reportagem dessas assume. À vista disso, estes escritos viriam a calhar no sentido de preparar o leitor para o futuro próspero que o governo queria construir, ensinando-lhe história.

É uma história contada da maneira pragmática, até por que se trata do tipo de jornalismo interpretativo, que se assemelha ao investigativo, o qual, inquirindo sobre as origens dos fatos, interpreta-os e busca explicar seu acontecimento (VILLALTA, 2012), o que não poderia ficar mais evidente na *Carta ao leitor* deste número:

> A reportagem de capa desta edição é histórica, sem a pretensão de ficar para a História. Num laborioso trabalho de pesquisa, *VEJA* vasculhou no passado, do remoto ao próximo, em documentos conhecidos ou quase nada, em cartas e rascunhos de discursos, em livros de alta linhagem e coletâneas de anedotas, os <u>indícios</u> e depois as <u>provas</u> do nascimento de uma nação. (Grifos meus). (*Veja*, 06/09/1972, p. 19).

A concepção de História que *Veja* demonstra pode se dizer que é de *Magistra Vitae*, ou seja, faz o exercício de “estudar o passado para entender o presente e não

repetir os erros no futuro”, daí a reportagem de capa (Figura 6) de esta edição ser dita “histórica”, ou querer mostrar *Como se fez uma nação*.

A reportagem de capa desta edição encontra-se na seção *Documento*, e faz uma verdadeira compilação de documentos e imagens, alguns até mesmo se sabem serem de difícil acesso, para compor seu texto. Também se vale de um recurso bastante utilizado nos livros didáticos de História na primeira metade do século XX, trechos (Figuras 7 e 8) do que seriam as falas dos próprios personagens da História ao lado de suas fotos, levando o leitor a ver que eles realmente existiram e, assim, dar mais confiabilidade ao texto. É um senso comum, sim, mas que não pode ser deixado de lado quando se trata estudar os meios de comunicação em massa.

Figura 6 – Capa de 6 de setembro de 1972

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, capa.

Figura 7 – Trecho da fala de José Bonifácio

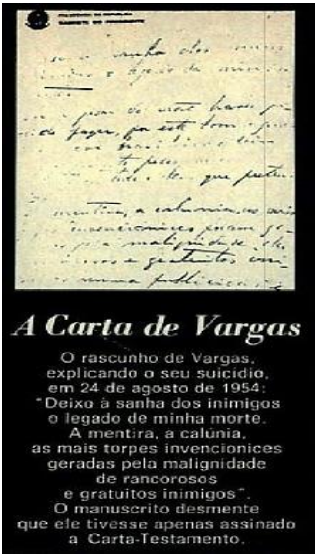
Em fins de agosto de 1822, as cortes de Lisboa resolveram reduzir os poderes de dom Pedro. O príncipe estava a caminho de São Paulo, onde, em Santos, cultivava a amizade de dona Domitila de Castro, a quem haveria de fazer marquesa. Andrada despachou-lhe um correio com as más notícias e um bilhete:

"O dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza o quanto antes e decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem".

Ao cavaleiro que deveria alcançar o príncipe, acrescentou: *"Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio. Veja o que faz".*

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 35, recorte.

Figura 8 – A Carta de Vargas



Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 38, recorte.

Após uma página de introdução, a reportagem é “cortada” por seis páginas de imagens e suas descrições através da chamada *Nas seis páginas seguintes, imagens de cinco séculos de história...* Há imagens de todo tipo: grandes, pequenas, coloridas e em preto e branco, ilustrações, fotos e pinturas. É possível perceber certa preferência, em imagens grandes e (quase sempre) coloridas, pelos episódios que remetem à fundação da nação (Independência do Brasil) ou dos quais os cidadãos devam se orgulhar, como a carta escrita pelo rei dom Manuel contando sobre o “descobrimento do Brasil” aos reis da Espanha; a batalha dos Guararapes, que pôs fim aos 24 anos de ocupação holandesa em Pernambuco (Figura 9); o “grito do Ipiranga” proferido por dom Pedro I, que separou os reinos de Brasil e Portugal (Figura 9); a vitoriosa Guerra do Paraguai (Figura 9); o duque de Caxias; a carta de abolição da escravidão; Deodoro da Fonseca, o “construtor da República” (Figura 9); o marechal Cândido Rondon; o velório de Getúlio Vargas; a nova capital do Brasil, Brasília; e a posse de Castello Branco, primeiro presidente da “Revolução”.

Assim percebe-se, mais uma vez, a noção da revista sobre a História, que valoriza apenas os atores principais, sem mencionar seus bastidores e sem colocar

o papel da população nas mudanças políticas e sociais do Brasil, seja para questionar sua ausência ou mesmo para afirmá-la. A mesma ideia também perpassa todo o texto da reportagem.

Isto nada mais é do que expressão da própria cultura política brasileira. As culturas políticas, de acordo com Serge Berstein (2009), surgem em resposta a problemas que determinadas sociedades enfrentam e para os quais apresentam soluções. Considerando, ainda, que “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação feita por uma sociedade sobre si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 353), a escolha das dimensões e das características de cada imagem é a representação da ideia de História a ser transmitida, além de ser, individualmente, produto da época em que foram elaboradas.

Figura 9 – “Imagens de cinco séculos de história”

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 22-23.

Primeiramente, aquela imagem de Tiradentes foi pintada por Pedro Américo[9] em 1893, e insere-se no contexto dos primeiros anos da República no Brasil, momento em que o governo precisava buscar meios de fazer a população se identificar com o novo regime. Então, um retrato que desse mais atenção para o mártir que se sacrificou pela pátria e não para sua possível atuação política, retratando-o esquartejado e com feições que se assemelhavam com as de Jesus Cristo, faziam parte desta estratégia. Já a imagem de D. Pedro[10] "proferindo o grito do Ipiranga" foi pintada em 1844, vinte e dois anos depois da declaração a independência política do reino de Portugal, e o momento necessitava difundir esta imagem para transferir, simbolicamente, o poder do rei para D. Pedro, que unificaria a nação.

Em segundo lugar, é preciso localizar as imagens no contexto da publicação deste número da revisa *Veja* em questão. Ao se observar a Figura 9, fica evidente o detrimento da imagem de Tiradentes esquartejado em favorecimento da imagem de dom Pedro "proferindo o grito do Ipiranga". A revista, inclusive, reproduz a errônea

---

[9] Pedro Américo: Brasil, 1843 – Itália, 1905.

[10] Retrato pintado por François-René Moreaux (França, 1807 – Rio de Janeiro, 1870).

ideia de que a proclamação da independência do Brasil tenha sido assim mesmo, pois também a legenda da cena é “A proclamação da Independência por dom Pedro de Alcântara, na colina do Ipiranga, há 150 anos, consumou a separação dos reinos de Brasil e Portugal”, enquanto a legenda para Tiradentes é “Em nome da Justiça, a rainha de Portugal, dona Maria I, mandou enforcar e esquartejar Joaquim José da Silva Xavier. Crimes: alta traição e escandalosa temeridade” (*Veja*, 06/09/1971, p. 22). Ilustrações estigmatizadas como esta – que retratam dom Pedro fardado, numa clara associação aos militares, que estiveram sempre presentes nas mudanças políticas do país – foram (infelizmente, ainda são) largamente reproduzidas nos meios de comunicação e até mesmo em livros de História.

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (2009), em sua tese de doutorado, sugere uma troca da imagem de Tiradentes pela de dom Pedro I no período da ditadura, especialmente no governo do general Médici quando, conforme já foi exposto anteriormente, as atividades da AERP foram intensificadas, em vias de fornecer um clima propício às comemorações da Independência do Brasil. Notável empenho foi realizado na preparação das festas

do Sesquicentenário da Independência, cujo ponto máximo

> consistiria no depósito dos restos mortais de d. Pedro I no Monumento do Ipiranga, doravante transformado em lugar de memória, isto é, em objeto auto-referencial para a sociedade brasileira, em objeto capaz de trazer sentido à realidade brasileira. Todavia, a eficácia desse esforço pode ser bastante questionada na atualidade, visto que o Museu do Ipiranga não se tornou um ponto de referência efetivamente nacional, ou seja, não adquiriu uma dimensão social mais ampliada, não recebendo, ao que parece, não apenas a quantidade de visitantes que se poderia esperar de um lugar transformado em Monumento Nacional, em um dos espaços formadores da nacionalidade brasileira, mas, também, a própria ignorância a respeito de sua existência. (ALMEIDA, 2009, p. 48).

A escolha de Tiradentes como o herói da pátria remonta ainda aos primeiros anos da República, que precisava de símbolos unificadores para aglutinar o país em torno desta experiência, visto que “a realidade já possuía demasiada quantidade de beligerância: Revolta da Armada, Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, tentativas de golpes de estado favoráveis ao retorno da monarquia, entre outros” (ALMEIDA, 2009, p. 71-72).

Como se sabe, a proclamação da república no Brasil se assemelhou mais a um golpe e, assim como a

independência do domínio português, foi protagonizada pela elite política, tendo praticamente nula participação popular. Por outro lado, o herói a ser cultuado precisava, de qualquer forma, ter a cara da nação, só assim seria possível se aproximar da população. É justamente por isso que os heróis são, além de tudo poderosos meios de legitimar regimes políticos, sendo que

> em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. (CARVALHO, 1990, p. 55).

É por isso que pelo menos nos primeiros sessenta anos da República muitos foram os meios que divulgaram a imagem de Tiradentes como o herói da nação, até mesmo como preconizador da independência política do Brasil. Em jornais e revistas, em livros didáticos e até mesmo nos discursos presidenciais este personagem era

acionado como símbolo de identificação nacional e de bom exemplo a ser seguido.

Assim, tanto a representação das imagens com preferência para algumas em detrimento de outras, quanto o ato de comemorar a Independência do Brasil são resultado da sociedade e da política da época em que estão inseridas, e são usadas para passar alguma mensagem.

Então, mesmo sabendo que em 1972 *Veja* ainda passava pelo seu momento de crise financeira, há que se lembrar de que neste mesmo período o Brasil ainda vivia o “milagre” econômico, ou seja, “a publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo” (VILLALTA, 2002, p. 12).

O clima de euforia despertado pela melhoria econômica, a felicidade pela conquista no futebol, que ainda perdurava, e as facilidades de consumo juntavam-se com estes símbolos nos momentos em que o governo precisava encontrar o apoio popular, tão caro para o sucesso do regime imposto.

Porém, não se deve esquecer que no período imediatamente anterior ao golpe de 1964 havia amplos

seguimentos favoráveis às medidas conservadoras, como é o caso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu dezenas de milhares de pessoas contrárias ao governo de João Goulart. De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis (2012, p. 32), “mesmo descontada a tendência humana de aderir aos vencedores, [...] tratava-se de um impressionante movimento de apoio ao golpe”.

Esta reportagem, assim como as analisadas anteriormente, leva o leitor ao encontro dos projetos de construção do sentimento de identificação nacional que se tinha na época. *Veja* estava inserida em uma cultura política que ainda buscava se firmar, mas também ela mesma é resultado disso. É um movimento de mão dupla, em que ela é fator e resultado da cultura política do momento, e isso pode ser observado, de forma sintética, na escolha de reproduzir a valorização de determinadas imagens em detrimento de outras, mas também era assim que o momento se apresentava de fato.

1.5 Brasília: Desfile a rigor

Apesar de ser a primeira celebração do Sete de Setembro na nova capital do Brasil, a revista não deu muita ênfase aos acontecimentos de 1973, tampouco o posicionamento de ideias, que podia ser claramente identificado nos anos anteriores, foi colocado com a intenção de colaborar na formação do sentimento de nação.

Conforme a revista de 1971 informou, 1972 seria o último ano de festejo no Rio de Janeiro, fechado com “chave de ouro” e com os restos mortais do imperador D. Pedro I. Contudo, a “parada de integração nacional” aconteceu com grande euforia, e também governo e exército não mediram esforços para que fosse um grande evento:

> Pela primeira vez, desde sua fundação, Brasília vestiu-se com o rigor de uma verdadeira capital da República para assistir a parada militar de 7 de setembro. Da tribuna de honra, o presidente Emílio Garrastazu Médici, o vice-presidente Augusto Hamann Rademaker Grunewald, todos os ministros de Estado, altas autoridades e o corpo diplomático – os cavalheiros de fraque e as damas de chapéu – aplaudiram durante três horas o solene desfile de 7 000 homens pelo eixo

> rodoviário da cidade. A “parada de integração nacional” contou com a presença de grupamentos militares de todo o país e seu significado pôde ser medido pelas irrepreensíveis medidas destinadas a torná-la um acontecimento marcante: entre a entusiástica multidão postada ao longo de todo o percurso, foram distribuídos 5 000 balões coloridos com o emblema do Exército e a frase “O Brasil merece o nosso amor”, e os integrantes das Forças Armadas retribuíram à curiosidade dos brasilienses com a exibição do mais moderno equipamento de que dispõem. (*Veja*, 12/09/1973, p. 20).

Uma reportagem bastante sucinta (Figura 10) que, diferentemente das outras reportagens sobre este assunto que foram publicadas até o ano de 1973, apresenta um tom mais informativo e não interpretativo. Por outro lado, o pequeno texto expõe que o evento realmente foi grande, a julgar pelos números: 7 mil homens, 5 mil balões e o mais moderno equipamento, adquirido com os já nove anos de investimentos e valorização das Forças Armadas que o golpe comemorou naquele ano.

A despeito da única coluna de página destinada a apresentar o evento, a página seguinte exibiu o que tinha sido descrito: a população, que até mesmo subiu em árvores para assistir ao desfile das FFAA.

Descreve-se os armamentos, os números de tiros por minuto, carros de combate altamente munidos e velozes, aviões projetados e construídos por técnicos brasileiros. De fato, as Forças Armadas do Brasil estavam em uma situação bastante favorável, como não via desde pelo menos o início do século, e realmente foi

> um desfile, enfim, muito diferente do realizado em 1960, quando poucos soldados e obsoletos fuzis se apresentaram para uma pequena plateia, integrada quase unicamente por candangos. (*Veja*, 12/09/1973, p. 20).

Figura 10 – Brasília, desfile a rigor

no setor, que já conta, na proposta orçamentária de 1974, com 4,2 bilhões. Manipulando dizendo da televisão cifras tão expressivas, o presidente deixou claro que não haverá, no final de seu governo, nenhum arrefecimento do ritmo de trabalho. E, de certa forma, menos que indiscutíveis, mesmo o ritmo em que começará a trabalhar, em março do próximo ano, o seu sucessor: "O plano então concebido implica, por certo, um conjunto de providências que comporão a próxima administração. Impertinente se faz, no entanto, que a decisão quanto a algumas dessas medidas seja tomada imediatamente, pois, de outro modo, não poderá o governo vencer as dificuldades que surgirão, no decorrer do ano vindouro, no que diz respeito ao encaminhamento das safras, ao cumprimento do programa de expansão da indústria siderúrgica e à complementação do programa dos Corredores de Exportação".

A pequena assessoria que começa a preparar o programa de governo do general Ernesto Geisel, no Rio, não foi consultada a respeito dessas providências. E nada indica que houvesse necessidade de semelhante consulta, pois, por maior que tenha sido a surpresa dos inspectores, elas representam uma rotina administrativa que dispensa interrupções, mesmo perto da época em que serão trocados os administradores.

Augusto Lucena: muitas demolições

Paulo Abreu: poucos projetos

O senhor prefeito

Prefeito do Recife de 1964 a 1968, o paraibano Augusto da Silva Lucena pensou conseguir-se abrindo a avenida Dantas Barreto, que, no entanto, não chegou ao fim. Em 1971, ele renunciou a quatro anos de mandato de deputado federal e voltou à Prefeitura, onde logo retomou a grande obra, derrubando a igreja dos Mártires e o velho cinema do número 347 da rua Imperial, apesar dos protestos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A igreja estava abandonada pelo arquidiocese, mas o cinema tinha a proteção de um mandado da Justiça Federal. Interpelado, o prefeito defendeu-se bisonhamente: "Ponho dois balcões, que fizeram a demolição para receber os ônibus".

Lucena corre o risco de terminar antes do fim seu segundo mandato, e sem ter inaugurado sua grande obra. O procurador da República Emanuel Franco não aceitou tal explicação e o denunciou por crime de responsabilidade.

O senhor deputado

O deputado federal paulista Paulo Abreu tem 27 anos de vida parlamentar e não projetou em sua biografia. O primeiro, de 1968, proibe que apareçam na televisão pessoas bebendo ou fumando; o segundo, de 1969, proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menoresas prefixíssimas (mas nada proíbe aos partidários); o terceiro, da semana passada, dá ao presidente e ao vice-presidente da República, no final de seu governo, quatro anos de mandato de senador e deputado federal, respectivamente. Ele ameaça o equilíbrio do Senado — onde cada Estado tem três representantes — e o da Câmara — onde as cadeiras são divididas proporcionalmente entre os partidos. Mas seu autor justifica: "Ele permitirá aos ex-dirigentes da nação o uso da tribuna, do qual poderão defender suas iniciativas político-administrativas".

Felizmente, o retrogrado índice que os projetos do deputado Paulo Abreu não se transformam em lei.

BRASÍLIA

Desfile a rigor

Pela primeira vez, desde sua fundação, Brasília veste-se com o rigor de uma verdadeira capital da República para assistir à parada militar de 7 de setembro. Da tribuna de honra, o presidente Emílio Garrastazu Medici, o vice-presidente Augusto Hamann Rademaker Grünewald, todos os ministros de Estado, altas autoridades e o corpo diplomático — os cavalheiros de fraque e as damas de chapéu — aplaudiram durante três horas o solene desfile de 7 000 homens pelo eixo rodoviário da cidade. A "parada de integração nacional" contou com a presença de grupamentos militares de todo o país e seu significado pôde ser medido pelas irrepensíveis medidas destinadas a torná-la um acontecimento marcante: entre a cantilenica multidão postada ao longo de todo o percurso, foram distribuídos 5 000 balões coloridos com o emblema do Exército e a frase "O Brasil mexeu o nosso amor", e os integrantes das Forças Armadas retribuíram à curiosidade dos brasileiros com a exibição de mais moderno equipamento de que dispõem.

As novidades — A Aeronáutica mostrou desde seus aviões Mirage e caças de interceptação até deste Xavante fabricados pela Embraer e foguetes-sonda totalmente projetados e construídos por técnicos brasileiros em São José dos Campos, SP. O batalhão de fuzileiros navais apresentou o Urutu, carro de transporte sobre rodas, anfíbio, com capacidade de se deslocar em terra a 95 quilômetros por hora e 12 na água, também conhecido por brasileiro. E o Exército, seus metralhadoras de mão, como a Beretta M-972, automática e individual, que pode dar quinhentos tiros por minuto, os a Mag 971, automática, portátil e coletiva, com alcance de 3 750 metros e capacidade para até 1 000 tiros por minuto, além do míssil anticarro Cobra, guiado por controle remoto, e velozes carros de combate, leves e miudos de obuses, metralhadoras, canhões e lança-rojões. Um desfile, enfim, muito diferente do realizado em 1960, quando poucos soldados e obsoletos fuzis se apresentaram para uma pequena plateia, integrada quase unicamente por candangos.

Brasilienses de todas as procedências, de candangos a índios, juntaram-se às autoridades e ao corpo diplomático, para ver os novos armamentos das Forças Armadas, na parada de 7 de setembro.

VEJA, 12 DE SETEMBRO, 1973

Fonte: *Veja*, 12/09/1973, p. 20-21.

A questão é que a revista se encontrava já na transição para uma nova fase. A crise dos anos iniciais começava a se reverter em bons números de anunciantes e, consequentemente, lucro (ou as despesas de todos os anos anteriores começavam a ser cobertas). Mas também fazia questão de mencionar o futuro que se deixou para trás, ainda na referida reportagem.

E como não poderia deixar de fazer, reforçando seu repertório de exercícios de previsão do futuro, a *Carta ao leitor* deste ano, assinada por Mino Carta, apresentava que, “ao completar cinco anos de vida, *Veja* poderia tentar o esboço de seu próprio futuro, manipulando os dados do passado e do presente” (*Veja*, 12/09/1973, p. 17). Como já foi colocado anteriormente, nesta mesma seção há referências a não deixar de ser humilde (08/09/1971, p. 19), apesar das “descobertas” que a revista fazia, no entanto, a vontade de grandeza, de abrangência nacional nunca saiu de suas páginas. Estando na marca de tiragem de 170 mil exemplares e no recorde de 164 páginas (sendo 75 de anúncios) a revista permitia-se prever um futuro de “grande luminosidade”, ainda que

> em todo caso, *Veja* não esquece que a intensidade da luz, por mais generosos que sejam os números, depende de outros

> fatores, além de seu temperamento, do seu caráter e da sua capacidade de raciocínio. Na análise das probabilidades, não podem deixar de ter um papel relevante os rumos da vida política do Brasil, de cujos humores tão definitivamente depende o destino de qualquer órgão de imprensa que, acima de tudo, preza a verdade e pretende, como fim último, dizê-la. (*Veja*, 12/09/1973, p. 17).

Aqui cabem ainda algumas suposições... Neste ano, *Veja* ainda passava árduos momentos no crivo da censura. A ausência de interpretações sobre o nacionalismo que envolvia o país naquelas comemorações cívicas em torno do Sete de Setembro, a exclusividade em apenas informar, podem indicar uma mudança de posicionamento em relação às ideias de nacionalismo clamadas pelo regime, o qual, afinal, já estava sendo mais questionado e até mesmo deixava ver, mesmo que remota e distante, alguma possibilidade de abertura e volta à democracia.

Porém, não é por que há ausências que há um fim. Estudar e pesquisar História é saber que os silêncios também têm seu significado, pois só é silêncio por que se conhece o som. Nem mesmo o vazio é totalmente vazio na História...

1.6 1974-1975: A história no vão das fontes

Empregar as fontes, os trechos das reportagens selecionados, em um texto com objetivo determinado e bibliografia auxiliar constitui-se tarefa difícil por serem múltiplas as interpretações que os periódicos possibilitam, porém, pode-se dizer que é mais fácil do que colocar suposições que tentem explicar a ausência das fontes da pesquisa.

Na verdade, com esta ausência é melhor visualizada a ambivalência que um periódico impresso tem na análise acadêmica pois é, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa. A partir de 1974 começa-se a falar em reabertura política, assunto deixado de lado desde a edição do AI-5, em 1968. Assim, esta pode ser uma hipótese pela qual o assunto das comemorações do Sete de Setembro não mais aparecerem nas páginas da revista. Portanto, este também é o período que inaugura a assimetria que se quer observar com as análises feitas neste trabalho.

Para antecipar, já se pode dizer que no ano de 1977 há um artigo que merece destaque, pois fala de quando civis começam a se manifestar contrariamente às comemorações, e mostram-se insatisfeitos com o regime

ditatorial. Mas é no ano de 1978 que a crítica aparece maior, “entre 1975 e 1978, observa-se que a censura passa a ser mais restritiva e seletiva: lentamente vai se retirando dos órgãos de divulgação, bem como diminuem de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações” (AQUINO, 1999, p. 212), assim, na seção *Ponto de Vista*, a qual traz um artigo de um convidado (jornalista ou não), o título não poderia ser mais emblemático: *O silêncio dos povos*. Neste artigo, Marçal Versiani[11] disserta sobre a alienação das gerações, que não estariam reagindo às arbitrariedades que sofriam; critica o fato de se comemorar o Sete de Setembro nas ruas se estas não representavam a materialização do espaço social e político. Em 1979 a reportagem é curta e também é de tom informativo, apenas expõe os acontecimentos, como o trajeto percorrido pelo presidente. Depois deste ano, apenas em 1985 reaparece menção a este assunto, mas agora era para falar do convite feito pelo presidente José Sarney (1985-1990) para que o povo, presente na cerimônia de hasteamento da bandeira, visitasse uma exposição sobre a Semana da

---

[11] Marçal Versiani dos Anjos nasceu em 1927, trabalhou como editorialista e analista político para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, e faleceu em 1998.

Pátria no Palácio do Planalto. No ano seguinte, a revista traz a questão da retirada ou não do mastro construído na Praça dos Três Poderes, visto como símbolo da ditadura, pois foi construído sob o mandato do presidente Médici (1969-1974). O mastro está lá até hoje.

Outra possibilidade de interpretação para esta ausência é que a coesão nacional tanto estimulada pelos governos da ditadura já estava desacreditada, pois a força que a mantinha estava abalada: a crise econômica que voltava ao país em 1974 substituía o otimismo pelo sentimento de insegurança em relação ao futuro outra vez, que o governo ditatorial que veio para “salvar” o país já não conseguia mais assegurar. Além da reformulação editorial realizada na *Veja* em 1976 – e que mudou consideravelmente as características narrativas – pode ser dizer, ainda, que os editores da revista tenham partilhado dessa incerteza, e percebido que reforçar o sentimento de nacionalismo não mais faria sentido. Começava, assim, a construção de outra memória, ou o esquecimento do passado.

CAPITULO 2
É propaganda da marca Brasil:
O Sete de Setembro na publicidade

2016 será um ano lembrado por intensa agitação em quase todos os aspectos da vida dos cidadãos brasileiros. Entre denúncias e investigações de corrupção em todos os escalões do governo e manifestações populares demonstrando descontentamento com os rumos do país, uma polarização de ideais[12] bastante explícita: enquanto uns defendem o mandato da Presidenta eleita, outros apoiam o processo de *impeachment* contra ela. E neste segundo grupo, que também defende ações mais radicais para solucionar a crise do país, há quem defenda uma intervenção militar declarando, inclusive, que o Brasil esteve melhor no período em que foi governado por militares-presidentes

[12] A preocupação quanto ao aumento de ideais fascistizantes e reacionárias por significativa parcela da sociedade brasileira, e sua reiteração pelos veículos tradicionais da chamada grande imprensa, levou as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu a reativarem o blog *Conversa de Historiadoras* em 2016, publicando reflexões de historiadores sobre a atual crise política brasileira, o que resultou na criação do movimento *Historiadores pela Democracia* (CONVERSA, c2016). Estes e outros textos estão reunidos no site do grupo sob o título *A Força do Passado*, no qual também se pode acessar vídeos de depoimentos e o vídeo manifesto de profissionais da História em defesa da Presidenta eleita, Dilma Rousseff (HISTORIADORES, c2016).

como um tempo de exemplar condução política. Por outro lado, há quem considere absurda a ideia da volta da ditadura, reconhecendo que este foi, na verdade, um tempo mais prejudicial para o país do que qualquer atuação possivelmente adequada.

Muito por causa da facilidade de acessar informações e de expressar opiniões por meio de redes sociais[13], intensificaram-se discursos que desqualificam os adversários políticos, e por consequência também os eleitores destes, pois ou seriam tão indignos quantos os destinatários de seus votos, ou seriam simples ingênuos manipulados. Cenários assim são sintomas de uma cultura política autoritária herdada dos muitos períodos em que o Brasil não foi um país democrático, e que a última Constituição (1988) não deu conta de superar. Muito por que as leis não bastam para mudar pensamentos, memórias e atitudes.

Pode-se dizer, então, que a sociedade brasileira passa por uma verdadeira crise de representação. E é por

---

[13] Sobre a mobilização nas redes sociais e as manifestações nas ruas, o trabalho de Fábio Malini e Henrique Antoun, *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais* (2013), com as limitações e as potencialidades que um exercício de história imediata apresenta, indica a possibilidade de que novas rotas de atuação política sejam traçadas no entrecruzamento destas duas esferas.

isso que uma pesquisa ligada à História do Tempo Presente deve observar essas manifestações populares como indícios de um “passado que não passou”, são rastros de permanências históricas nem sempre óbvias, mas que podem (e devem) ser expostas, pois aí pode estar um começo para solucionar os desfortúnios dos dias de hoje.

Analisar os discursos jornalísticos da última ditadura brasileira abre espaço para uma discussão um tanto crítica, ainda que extremamente necessária, na historiografia, como é a questão do apoio civil aos militares. Este tema também é o objetivo deste segundo capítulo, colocando em realce o que podem ser os caminhos percorridos por aqueles resquícios do passado que ainda moldam a sociedade de hoje. Admitindo a revista *Veja* como um documento híbrido para a pesquisa histórica – ela é fonte e objeto, ao mesmo tempo – são trazidas aqui peças publicitárias publicadas por ocasião da comemoração do Sete de Setembro as quais, num total de dezesseis, abordavam ou se utilizavam do imaginário da Independência do Brasil e dos símbolos nacionais. O propósito aqui também é deixar um pouco mais explícita a transição do significado que o Sete de Setembro foi sofrendo de acordo com os acontecimentos políticos e,

sendo estas publicidades de empresas sem ligação explícita com o governo, também a participação civil na ditadura pode ser explanada.

Estas empresas[14] anunciantes são de setores bastante diversos, o que, em um primeiro momento, serve para observar como o investimento em propaganda desempenhado pelo governo era útil, ou seja, as empresas seguiam a esteira de eficácia mostrada pela adesão que as comemorações demonstravam. Explorando um sentimento otimista que foi amplamente incentivado e possibilitado pelo “milagre” econômico, as empresas se utilizavam de técnicas e símbolos bastante parecidos pois, afinal, naquele início da década de 1970, o Brasil era uma “marca” com sucesso de vendas garantido.

Por isso, é importante elucidar que o “ponto de união entre esses empresários nacionais, de empresas multinacionais e os militares, que formavam o IPES/IBAD, era o anticomunismo e a necessidade de adequar o

---

[14] As empresas são, por ordem cronológica de publicação: Norton Publicidade S. A.; Associgás; Copersucar; Banco Português do Brasil S. A.; Varig; Rhodia; Café Solúvel Brasília; Singer; Cia. Siderúrgica Nacional; Serpro; Mercedes-Benz do Brasil S.A.; Constrol; Mobral; Varig e Cruzeiro; Caderneta de Poupança; Banespa.

Estado aos seus interesses” (PASTORE, 2012, p. 59). Neste sentido, ao passo que a propaganda ideológica foi uma das maneiras encontradas pelos governos ditatoriais de buscar legitimação social, os símbolos e representações difundidos nas propagandas é também lançado mão na publicidades de empresas privadas.

No entanto, tem de se reconhecer que nem os publicitários, nem os jornalistas de *Veja* inventam a nação quando a acionam. Eles se valem de imagens e signos já existentes, sobre os quais agem para poder passar sua mensagem. São as necessidades do tempo presente que vão questionar o passado e determinar o que dele deve ser acionado, “tal presente determina que passado em particular deve ser buscado” (OAKESHOTT, 2003, p. 53), e é por meio do imaginário nacional que se pode atingir a cabeça, o coração, os medos e as esperanças de um povo, pois é neste imaginário que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Então, o conteúdo explorado nas peças publicitárias é uma representação no sentido de *re-apresentação* ou de ressignificação: trazem para o presente um evento distante. Em uma sociedade

fragilizada com a usurpação dos seus direitos, esta *re-apresentação* pode fazer as vias da legitimidade, um dos elementos aglutinadores do regime. Os símbolos nacionais, o amor à Pátria, o nacionalismo, o festejar do Sete de Setembro são a essência de um “momento exemplo” que, por já estar sedimentado em um passado longínquo, não comporta contestações facilmente, e adapta-se ao presente, ou seja, a ressignificação acontece.

Para o historiador Carlos Fico (1997), mais importante que a procura por descobrir uma intenção ideológica por detrás da propaganda, é perceber a articulação entre ela e as tradições de longa duração que representam. A cultura política é o que resta da ditadura, por meio de práticas autoritárias que foram assimiladas através de uma reconciliação extorquida (GAGNEBIN, 2010), o que ajuda a pensar as bases de sustentação uma interessada memória que ainda hoje não reconhece a sociedade conservadora que “autorizou” uma ditadura a se prolongar por tantos anos, e que ainda não puniu seus culpados. Há interesses em que a memória que não culpabiliza civis pela ditadura seja mantida. São como jogos de interesses: neste ano de 2016, com o processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff, e a

cobertura que os meios de comunicação têm feito sobre isso, além das redes sociais que facilitaram o acesso a informação, uma conclusão poderia ser facilmente visualizada: as decisões tomadas na política são sempre um jogo de interesses, ainda que muitos cidadãos ainda não saibam identificar precisamente quem joga de qual lado, ou mesmo dentro e fora das leis.

A permanência da ditadura não é simples presentificação daquilo que já foi, do passado de repressão, mas reaparece hoje nas práticas institucionais. Uma sociedade que costumava dividir as relações políticas entre bom e mal (nacionalista ou reacionário), ficou sem a reparação pelos crimes dos quais sofreram, têm dificuldade em perceber a complexidade destas relações, que não comportam uma simplificação dicotômica, o que vale tanto para a ditadura quanto para o tempo presente, visto que a imbricação de interesses públicos e privados, que se visualiza a partir das peças publicitárias, permanece ainda hoje.

Essas peças explicitam como a propaganda era útil e como os meios de comunicação podem ser persuasivos passando-se por imparciais ou como portadores da interpretação verdadeira dos acontecimentos. E não pode-se negar que se este poder é concedido à imprensa,

é uma sociedade conservadora que se sente representada pelas narrativas elaboradas por estes meios. Portanto, também não se pode dizer que o povo não tem memória, que desconhece a crueldade que foi cometida na ditadura, mas é a importância de uma imprensa que sempre serviu às elites dirigentes que forma grande parte da memória da sociedade brasileira, que selecionou o que seria lembrado e o que seria esquecido de acordo com o favorecimento de seus próprios interesses, dificultando, assim, a capacidade que as pessoas têm de ligar um acontecimento ao outro, entender o desdobramento da História.

Este problema talvez possa ser debitado do sistema de ensino de História, para o qual a história pública pode contribuir: percorrendo-se os rastros deixados pela peças publicitárias e pelas reportagens de *Veja*, é possível observar uma expressão da consciência histórica. O objetivo da história pública entra neste sentido para mostrar a necessidade de diálogo entre academia e meios de comunicação, e a necessidade de historiadores escreverem/produzirem não apenas para si mesmos. Não necessariamente estas fontes podem ser vistas como uma elaboração intencional de história pública, mas a

mensagem que passam enfatiza a urgência desse diálogo entre os meios.

Jill Liddington (2011) observa que o conceito de história pública é escorregadio, pois abarca múltiplas tendências profissionais e acadêmicas, porém, aproveitando a ideia da historiadora britânica, escorregadio não necessariamente significa algo ruim. Este escorregadio definido por Liddington pode também ser a porta que se abre para o estudo sobre as peças publicitárias na revista *Veja*, seria, portanto, uma das múltiplas maneiras de utilizar as potencialidades que a história pública pode oferecer, pois também a autora concorda que tem a ver com a forma como adquirimos nosso senso do passado. Ou seja, estas propagandas podem ser vistas sob a ótica de representarem um entendimento comum da história.

Além de entender a ditadura como construção social, também a própria nação pode ser melhor entendida nos mesmos termos, conforme explica Cerri (2000, p. 17): “por ser uma comunidade imaginada, a nação não é um objeto estático, mas algo em constante mudança, e por isso as imagens que portam consigo uma caracterização da comunidade nacional, afetam a ideia que se faz da mesma no tempo”. Afora as reportagens,

que são escritas por jornalistas formados, um suposto intelectual, que toma posição em sua escrita, as publicidade analisadas aqui demonstram mais um senso comum sobre a História, justamente também por ter o motivo de vender. O tema da Pátria vende, o nacionalismo vende: tornou-se mercadoria.

2.1 Brasil: Deitado eternamente em berço esplêndido?

O anúncio assinado pela Norton Publicidade S. A. (Figura 11) e divulgado na *Veja* no dia 9 de setembro de 1970, é quase que uma síntese do que é possível entender sobre a publicidade e inclusive sobre a propaganda oficial naquele período: é elaborada para o governo, mas não deixa isto explícito; fala em construir o futuro e ordena que o leitor trabalhe para isso; remete a um dos lemas que seria utilizado pela ditadura, “um país que vai pra frente”; e ainda pode-se associar aos tempos mais austeros da ditadura, o descumprimento da ordem de trabalhar seria punido com uma “bordoada”. O significado do gigante também foi utilizado por marcas em comerciais[15] no ano de 2013. “O gigante não está mais

[15] Sobre o “gigante adormecido” apropriado pela publicidade no ano de 2013, ver o estudo de Mandaji (2014).

adormecido” foi, então, um recurso publicitário para associar o incentivo da marca anunciante ao momento que o país passava, sendo que agora o “gigante” era o povo brasileiro, e não o país como um todo.

Entender o papel que a propaganda oficial desempenhou durante a ditadura é fundamental para entender a ideia de consenso e consentimento da sociedade civil – ainda que o equilíbrio entre legitimidade, responsabilidade e ação estatal seja sempre instável – a partir dos quais se pode compreender a duração tão longa da ditadura.

Figura 11 – Norton Publicidade S.A.

O PRÓXIMO QUE FALAR EM GIGANTE ADORMECIDO LEVA UMA BORDOADA DÊLE.

Qualquer gigante ficaria uma fera, no lugar dêle.

Há muito tempo que êsse gigante acorda cedo, e trabalha até tarde.

Por isso, esperamos sinceramente que esta seja a última vez que alguém fala em gigante adormecido.

E, agora, a mensagem do nosso gigante:

"Pare de falar e trabalhe.

Porque o futuro não existe até que você mesmo o faça.

E o seu país é êste, nos outros você não passa de um estrangeiro."

Norton Publicidade S. A.
A Agência do Ano.
São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba.
25 anos fazendo barulho para acordar o gigante.

Fonte: *Veja*, 09/09/1970, p. 51.

Outro aspecto que contribui neste estudo é o entendimento da formação da opinião pública. Com tantas propagandas e um cenário econômico propício para explorar o otimismo, tende-se a pensar em uma fabricação da opinião pública. Porém, para entender como ela funciona, de acordo com o historiador francês Jean-Jacques Becker (2003), primeiramente há que se estabelecer a diferença entre “manipulação” e “condicionamento”. A manipulação seria a tentativa de “provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado” (BECKER, 2003, p. 192). Para o autor, a manipulação só é bem sucedida quando acompanha tendências da opinião pública. Já o “condicionamento” é entendido em dois níveis: curto prazo e longo prazo.

O condicionamento de curto prazo pode ser entendido como “resultado de uma propaganda. [...] embora não seja certo que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva, atinja sempre os fins visados.” (BECKER, 2003, p. 193). Porém, para o autor, o condicionamento mais fundamental é o de longo prazo, pois reforça continuidades mesmo em períodos de rupturas.

Durante os primeiros anos da década de 1970, é possível identificar estes dois níveis, pois a adesão às comemorações do Sete de Setembro também deve seu êxito à propaganda que o estimulou. Porém, este sucesso só ocorreu no curto prazo, pois a crise do “milagre” econômico acabou com o otimismo que rodeava essas manifestações e possibilitava sua exploração em prol de determinados interesses, assim como também mudaram as temáticas das propagandas. Por outro lado, o sucesso foi possível justamente por explorar elementos já presentes no imaginário da população brasileira.

Neste sentido, de acordo com o historiador francês Pierre Laborie (2009, p. 83) “a opinião não é uma categoria universal, e sim uma construção de sua própria história e que contribuiu para produzi-la”, portanto ela é mais que produto de seu tempo, é produtora de memória. “Por exemplo, segundo a atual opinião dita pública, a apreensão sobre o regime militar no Brasil constrói uma memória que legitima o presente e distorce o passado. Atualmente, tem-se a sensação de que todos apoiavam a oposição” (OLIVEIRA, 2014, p. 57). Porém, se fosse assim, o que explica o regime durar por tantos anos? Para Pierre Laborie (2009, p. 77), a dialética da opinião com a

memória constrói “a visão do presente, as interpretações do passado e as expectativas do futuro”.

“A memória, no entanto, também intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Formamos, assim, um ciclo contínuo e ininterrupto” (OLIVEIRA, 2014, p. 57). Novamente em referência à Laborie (2009, p. 77), a opinião é um “fenômeno coletivo, complexo, opaco, de legibilidade imediata enganosa”. Pensamento compartilhado por Becker, ao afirmar que:

> É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo de acontecimento.” (BECKER, 2003, p. 188).

Os fenômenos de opinião, no caso brasileiro, são bastante complicados, e necessitam inclusive de mais estudo, “pois há indícios de que a opinião política dos cidadãos nem sempre primava pela solidez. [...]. Trata-se de indício da existência de muitos cidadãos com opinião política superficial, desinformados ou desinteressados”. (MOTTA, 2014, p. 4).

Ainda assim, pode-se dizer que o nacionalismo transformado em mercadoria manipulava modelos de conduta, vendia a ideia de que a empresa contribuía para o futuro do Brasil, e assim o consumidor também, por consequência. O Brasil não era mais um “gigante deitado eternamente em berço esplêndido”, ele estava acordado e pronto para usufruir do esplendoroso país prometido por um governo autoritário e divulgado pelas propagandas.

2.2 “Milagre” econômico: novos consumidores e uma nova revista

Produto cultural de um período em que um mercado consumidor de bens simbólicos se esboçava, *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968 e pensada para ser uma nova revista para os padrões brasileiros, acostumado com revistas ilustradas. De acordo com Renato Ortiz (ORTIZ, 1998, p. 121), o que caracteriza a situação cultural dos anos 60 e 70 no Brasil é uma expansão de “produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa”.

A ditadura civil-militar estabelecida no Brasil em 1964, pautava-se por um discurso político que tinha como uma de suas principais premissas o desenvolvimento econômico do país. Esse projeto político-econômico abria espaço para a indústria, a agricultura, as exportações e fortalecimento de um mercado interno, o qual era a estratégia para se chegar a este almejado desenvolvimento. Esse mercado consumidor seria composto por uma nova classe média, sendo de fundamental importância o apoio para as empresas nacionais visando o seu fortalecimento.

O Brasil passou por um período de rápido crescimento econômico ocorrido entre 1968 e 1974, denominado na época de “milagre” econômico. Esse processo herdou condições favoráveis criadas em anos anteriores, sendo que a primeira onda de industrialização apoiada pelo Estado aconteceu somente em 1950. O Estado passou a desempenhar um papel mais ativo na estruturação do setor industrial, articulando esse desenvolvimento com o capital privado nacional, com o capital estrangeiro e o do próprio Estado. O Estado passou a fomentar esse desenvolvimento industrial através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual viria a ser a principal agência

de financiamento industrial. Uma intensa campanha de valorização dos produtos nacionais passou a ser feita como um estímulo para o fortalecimento do mercado interno. Passou-se, por exemplo, a cada vez mais colocar em letras garrafais, nos anúncios publicitários, que os produtos eram fabricados no Brasil, o que era aparecia com frequência nas páginas da revista *Veja*, e que também é o caso de alguns dos anúncios analisados neste capítulo.

Neste período, a Editora Abril[16] já possuía os recursos de que precisava para levar ao mercado uma publicação com grandes tiragens, desde os recursos técnicos até os operários e intelectuais. De início, a proposta era criar uma revista que concorresse com a ilustrada *Manchete* (Bloch Editores), porém, os acontecimentos do início da década de 1960 fizeram com que o projeto fosse adiado até 1968, momento no qual as 25 circunstâncias pediam uma revista de informação que poupasse tempo ao leitor, em uma sociedade em ascendente modernização. O *Projeto Falcão*, nome dado ao processo de fomento da revista, foi iniciado ainda em

[16] A Editora Abril foi fundada em 1950 pelo empresário Victor Civita, que nasceu nos Estados Unidos, mas cresceu em Milão, e veio para o Brasil em 1949. A Abril é a editora que publica a *Veja* ainda hoje.

1959 e esquematizava os custos e os gastos para colocá-la em circulação. Ele incluiu a realização de catorze números zero para testar o modelo pensado para *Veja*.

Após apresentar a Editora Abril e esboçar o corpo redacional de *Veja*, Victor Civita afirma o objetivo da revista com um tema que será frequente nesta seção: informar o Brasil inteiro. “A ideia de um Brasil que precisava integrar suas partes mais ‘atrasadas’ às mais ‘avançadas’, por uma questão de segurança, na visão dos militares, pela necessidade de modernização, como queriam os empresários”, com esta colocação de Mira (1997, p. 120), vê-se que não era à toa que os Civita apostassem em *Veja*, assim como também não era sem propósito o discurso nacionalista, o qual perpassará, principalmente, as reportagens em que o assunto era o Sete de Setembro, direta ou indiretamente, bem como a publicidade.

A capa da primeira edição (Figura 12) trazia a foice e o martelo sobre um fundo vermelho, tinha *O grande duelo no mundo comunista* como chamada e abordava o tema sob a perspectiva da invasão da Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia, que aconteceu em agosto do mesmo ano. Villalta (2002) coloca que, em entrevista comemorativa dos 20 anos da revista, Victor Civita

expressou sua insatisfação com a capa, pois achava que poderiam pensar que fazia propaganda das ideias comunistas. Apenas um temos passageiro. A nova publicação da Editora Abril chegou às bancas com o preço de capa a NCr$ 1,00 (um cruzeiro novo) e dava “Grátis com este número: mapa gigante do Brasil”, como se lê na parte superior da capa:

Figura 12 – Capa de 11 de setembro de 1968

Fonte: *Veja*, 11/09/1968, capa.

Neste mesmo contexto, procurou-se “abrasileirar” as produções, todas baseadas em grandes revistas estrangeiras. O reflexo disso, de acordo com Maria Celeste Mira (1997, p. 67) é a elevação no grau de profissionalização demandada do jornalista, em um “quadro típico da indústria cultural: *divisão* do trabalho, aprimoramento técnico, padronização do produto”. Juntamente com as mudanças que possibilitaram esta virada na publicação de periódicos na década de 1960 está a política nacional para as comunicações, pois houve “a criação do Ministério das Comunicações em 1967, a formação dos primeiros cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e em São Paulo e incentivos à indústria cultural” (SILVA, 2011, p. 41).

Com efeito, no período ditatorial, a grande imprensa também sofreu grandes transformações. Pode-se dizer que entre os anos de 1964 a 1985 o governo militar incentivou o desaparecimento dos órgãos de propriedade familiar e relativamente independentes, fazendo surgir jornais e revistas cada vez menos “ideológicos” e mais voltados para o mercado (GAZZOTTI, 1998). Logo, dois processos revelam-se importantes para entender o periódico neste contexto histórico: por um lado, o regime autoritário cerceava a

revista por meio da censura, e ao mesmo tempo a estimulava, ao fomentar a indústria cultural.

Para ter êxito, um regime de governo imposto à força, precisa de alguns subsídios que o justifiquem e que o amparem. Pode-se buscar esses meios através da mudança da legislação, que possibilite colocar em prática o projeto pensado, mas também é preciso ter apoio popular, ou pelo menos ter os meios para combater as ideias contrárias. O governo instalado com o golpe de 1964 fez isso por meio dos Atos Institucionais que baixou ao longo de sua vigência, e até mesmo com a elaboração de uma nova Constituição (1967), e também com a criação de órgãos especializados em passar uma “boa imagem” do governo através da propaganda política, como é o caso da AERP (1968).

Luis Fernando Cerri (2000, p. 27) localiza o que seria uma rede informal de difusão de ideias capitaneada pelo Estado e que encontrou respaldo em diversos setores da sociedade civil – vide as empresas que aderiram ao uso do logotipo oficial das comemorações, que coincide, muitas vezes, com as empresas integrantes do complexo IPES/IBAD – principalmente aqueles que planejaram e desencadearam o golpe de 1964.

Um governo que chegou ao poder levantando a bandeira contra a corrupção não poderia investir grandes montas em publicidade a seu favor, seria contradizer seu discurso moralista. Por outro lado, a propaganda política era essencial para “garantir um amplo consenso político, sem o qual a legitimidade desses governos de eleições restritas, atos autoritários e impopulares e acentuado controle social ficaria comprometida”, de acordo com Cerri (2000, p. 27). Este autor recorre à expressão de “cadeia nacional”[17] para dizer que uma saída vista pelo governo era contar com a parte privada desse esquema “a colaboração moral e financeira de indivíduos, grupos e empresas que beneficiaram-se direta ou indiretamente do apoio ao, governo, às suas ·medidas ou à propagação das suas composições ideológicas.” (CERRI, 2000, p. 27). E assim se dá a repetição de slogans e cartazes que é analisada no subcapítulo seguinte. A publicidade consiste em meio de massificar as promessas de avanços, vendia o tempo de ouro, um “admirável mundo novo”, vendia as maravilhas prometidas pelos avanços industriais. Enquanto enunciadora de representações sociais, ao

[17] Cerri (2000, p. 27) se utiliza da expressão “cadeia nacional” ao explorar seu triplo sentido: “como rede de emissores; como rede que produz um determinado discurso sobre a nação e como rede que legitima a supressão das liberdades”.

publicar esses anúncios, *Veja* faz circular ideias e desejos de uma sociedade.

A coincidência dos objetivos de *Veja* com os do regime militar, fica explícito no tom ufanista das primeiras palavras do editorial do primeiro número lançado:

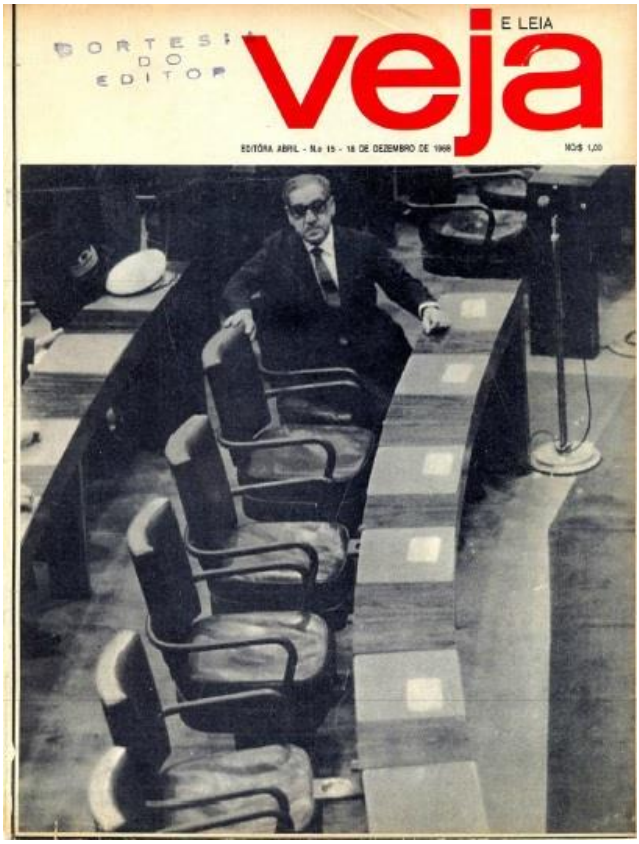
> Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo essas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do país. Pois *Veja* quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros (Veja, 11/09/1968, p. 20).

Ainda neste editorial, escrito por Victor Civita, esta publicação teria sido “reclamada” para existir pelo próprio governo, demonstrando assim um alinhamento entre o poder vigente e a editora, ainda mais se for levado em conta o fato de ter sido lançada em 1968, com a censura em pleno vigor. Em outras colocações feitas por Victor Civita, ele agradece a contribuição de todos os envolvidos com a publicação, desde jornaleiros e jornalistas até “as classes governantes, produtoras e intelectuais que reclamam a Abril este lançamento” (*Veja*, 11/09/1968, p. 20), também demonstra a partilha de valores em comum.

Porém, apesar deste alinhamento, a revista *Veja* também sofreu censura. Uma das edições embargadas é

a de 18 de dezembro de 1968 (Figura 13), é a décima quinta edição da revista, não traz manchete, somente uma foto do Senado com cadeiras vazias e somente uma pessoa: o presidente da República. Era a implantação do Ato Institucional nº 5.

Figura 13 – Capa de 18 de dezembro de 1968



Fonte: *Veja*, 18/12/1968, capa.

Assim, entre “anos de chumbo”, “anos de ouro” e um longo processo de redemocratização, acompanhando as transformações políticas, econômicas e sociais, *Veja* alterava-se em forma e conteúdo.

2.3 Ditadura e comemoração: do vigor à exaustão

No período aqui estudado, a comemoração do Sete de Setembro que foi estimulada, desenvolvida e, portanto, “pertencia” a um regime vergonhoso, foi se esvaziando, e também estão abarcadas no esquecimento alocado na memória sobre a ditadura. Condenação moral em relação ao passado é necessária para que as políticas de memória e/ou reparação possam ser desenvolvidas (BAUER, 2011).

Tanto a publicidade quanto a propaganda podem transmitir mensagens objetivas e subjetivas. Assim, na esteira do “milagre” econômico, argumentos mistos podem ser acionados, utilizando razão e emoção como apelos que venham ao encontro das necessidades tanto materiais quanto psicológicas dos consumidores. Estes argumentos não são criados, nem pelos publicitários, nem pelos jornalistas, mas são simplesmente a reelaboração de símbolos já conhecidos pelos brasileiros.

Para John Berger (1973, p. 139), as imagens publicitárias “estimulam a imaginação, quer por via da memória, quer pela via da expectativa”, lembrando que essas imagens nunca falam do presente: “frequentemente referem-se ao passado e sempre falam do futuro”. Por isso o autor considera que a publicidade[18] é nostálgica por essência, pois ela precisa “vender o passado para o futuro. Isto quer dizer que a publicidade não pode favorecer os padrões das suas próprias reivindicações, e por isso, todas as referências de qualidade são obrigadas a ser retrospectivas e tradicionais”, ou seja, endossadas pelo “incontestável selo do tempo”.

A partir dessas bases, a publicidade se destina a desencadear o consumo de bens produzidos. Organizada de forma diferente das demais mensagens, a publicidade impõe, nas linhas e entrelinhas, valores, mitos, ideais e outras elaborações simbólicas, utilizando os recursos próprios da língua que lhe serve de veículo. O ato de vender o produto com apelo à participação do consumidor

[18] Uma análise mais aprofundada sobre as possibilidades do estudo da publicidade pode ser lida na Dissertação de Mestrado de Raphael Oliveira (2014), a qual apresenta uma discussão sobre a apropriação feita pela publicidade de técnicas e temáticas da propaganda desenvolvida pela AERP durante o governo Médici (1969-1974).

no desenvolvimento do país passa a ser substituído por um apelo individual, transfere-se, ainda, para o consumo as realizações da esfera política.

Como dito no tópico anterior, muitas das empresas cujos anúncios aparecem nas edições de *Veja* aqui analisadas, faziam parte do complexo IPES/IBAD, o qual foi estrutura mantenedora da OBAN, órgão que coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante a ditadura militar, sob o comando do Exército. Como é o caso das anunciantes: Associgás (Figura 14), Copersucar (Figura 15), Rhodia (Figura 18), Singer (Figura 20), Cia. Siderúrgica Nacional (Figura 21), Serpro (Figura 22), Mercedes-Benz (Figura 23), Constrol (Figura 24) e Mobral (Figura 25) para citar as que aparecem na literatura que investiga o apoio de setores civis à ditadura e no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Neste imbricado jogo de interesses em que público e privado se confundem, não havia, portanto

> um conflito aberto entre desenvolvimento econômico e censura. Evidentemente os empresários têm prejuízos com as peças, livros, programas, filmes censurados, mas eles têm consciência que é o Estado repressor que fundamenta suas atividades. A censura "excessiva" é certamente um

> incômodo para o crescimento da indústria cultural, mas este é o preço a ser pago pelo fato de ser o polo militar o incentivador do próprio desenvolvimento brasileiro. (ORTIZ, 1998, p. 121).

Para além dessas empresas que tinham algum tipo de benefício com o regime ditatorial, é importante observar os mecanismos e os símbolos usados nas campanhas apresentadas aqui, pois no caso de outras empresas o proveito que tinham, nesse contexto, estava mais ligado à intenção de aproveitar a propaganda realizada pelo regime e entrar na roda (o que é mais provável), como é o caso das anunciantes: Banco Português do Brasil S. A. (Figura 16), Varig (Figura 17), Café Solúvel Brasília (Figura 19), Varig e Cruzeiro (Figura 26), Caderneta de Poupança (Figura 27) e Banespa (Figura 28).

Os recursos empenhados por estas peças apresenta temáticas bastante parecidas, com exceção do último (Figura 28). As bandeira nacional e suas cores, a representação de d. Pedro proferindo o grito do Ipiranga, imagens de criança, que remetem ao futuro. Já os elementos narrativos são frases que propunham a unificação do país, como se fosse um todo homogêneo que comemora o “dia do Brasil” e palavras como amor,

esperança, confiança, energia e construir remetem ao despertar do sentimento nacionalista necessário para fazer o futuro. As peças que apresentam textos também têm conteúdo parecido: elencam alguns feitos que asseguram a importância da empresa, e associam sua história com a história do Brasil, no sentido de evidenciar a forte ligação com a construção do país.

O consumo de objetos e suas associações, ligam o consumidor a um passado que merece ser revivido, minimizando o objeto em si e valorizando suas associações, tornando-as o diferencial deste produto a ser consumido, como é observado nas peças que representam a imagem de d. Pedro e da bandeira nacional, o que se vê nos anúncios de Varig (Figura 17), Rhodia (Figura 18), Café Solúvel Brasília (Figura 19), Singer (Figura 20), Serpro (Figura 22), Varig e Cruzeiro (Figura 26) e Caderneta de Poupança (Figura 27).

Estes elementos só fazem sentido de serem explorados enquanto o “milagre” econômico ainda podia ser buscado para despertar o otimismo, ou seja, quando a ditadura e as comemorações da Pátria estavam em seu vigor. Porém, com a crise da segunda metade da década de 1970 e o início do processo de redemocratização, considerado a partir de 1976, e principalmente com a

reforma institucional desenvolvida pelo governo de Geisel no final desta mesma década a descontinuação da adesão ao regime começa a se intensificar.

Neste sentido, a última peça analisada, do Banespa (Figura 28), pode ser interpretada como o fechamento dessa época de comemorações. Publicada em 6 de setembro de 1978, na imagem em preto e branco há a figura do que se deduz serem pai (ou avô) e filho usando chapéus de jornal, e na página ao lado uma espécie de poema perpassado pelo saudosismo em que o narrador conta da sua participação nas festas da escola, do tempo em que orgulhoso carregava a bandeirinha na mão e o Brasil no coração. O tempo se encarregou de substituir esses símbolos e encher sua vida de “novos amores”, e foi então que sentiu saudade de um amor simples que só a Pátria tem.

A descrição dos elementos jornal e pau pode ser interpretada como uma referência ao momento político, por serem materiais frágeis e mesmo de fácil destruição, relacionavam-se a um regime autoritário enxergava seu fim, ainda que planejado por ele próprio. Talvez na intenção de sinalizar a necessidade de se construírem novos motivos para amar a nação, o poema termina “o amor à Pátria é uma descoberta de todos os dias”.

Figura 14 – Associgás

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, p. 2.

Figura 15 – Copersucar

ONDE O BRASIL VAI BUSCAR TANTA ENERGIA?

Energia capaz de dominar, dirigir e aproveitar tôdas as suas potencialidades.

A mesma energia que hoje rasga a Transamazônica, que nos impõe ao mundo como nação civilizada através de um Plano Nacional de Educação, que lança ao mar navios de grande calado, que amplia as nossas exportações a um nível nunca imaginado em nossa história.

Energia que nos levou ao Tri-Campeonato Mundial, que nos coloca na linha de frente nas artes e na ciência, que nos impele a salvaguardar a nossa soberania no mar, a nossa autonomia interna e os nossos direitos sôbre as riquezas do subsolo.

Energia que nos revela novos campeões, que amplia as garantias do homem que trabalha, no campo e na cidade, que dinamiza a produtividade, que integra a todos socialmente e cria o clima necessário ao progresso geral, à ordem e à harmonia.

Energia, finalmente, que une regiões distantes e diferentes num único país - de uma só língua, de um só espírito, de uma só vontade. De um povo que retoma a sua fé - e acredita.

Quando êste estado de espírito se espalha por 90 milhões de pessoas e 8.500.000 km², a gente fica sabendo porque o Brasil deixou para trás o país do futuro e se mostra como o grande país do presente.

Um país que vê no cruzamento das raças a pureza do seu povo.

Um povo de conquistadores, não de riquezas fáceis, mas de florestas, de caatingas, de desertos.

Esse sentimento, que envolve num só clima governantes e governados, pais e filhos, ricos e pobres, empregados e empregadores, brasileiros e estrangeiros - tem um nome.

Certamente é mais do que fraternidade.

É mais do que compreensão.

É Solidariedade.

Colaboração da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo às comemorações da Semana da Pátria.

BRASIL!

copersucar.

Açúcar é mais alegria!

Açúcar é mais energia!

Fonte: *Veja*, 08/09/1971, p. 48.

Figura 16 – Banco Português do Brasil S.A

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 6-7.

Figura 17 – Varig

CARTAS

Mossoró vs. Natal

Sr. Diretor: Sobre "os numerados" do Rio Grande do Norte (VEJA nº 206, de 6-8-72), gostaria de saber se é verdade que Isaíres de Sibaé Yaris, Yaris, Yiris, Yoris e Yuris. Em relação ao "Felix Nobre", é verdade que ele é o "Felix"... E o Vento Leroy passou lá como "Elia Ventania Pai-d'Égua" e ainda como "Ventania Pai-d'Égua" em todas as cadeiras.

Francisco de Ada Lopes
Rio de Janeiro, GB

Um interrogador

Sr. Diretor: Os enchimos de VEJA — e Zé Dirceu — são interrogados, de "alemão" Peter Weiss, convenientemente fragmentos ante tudo que se atenuada em seu romance. O Muller (VEJA nº 8-7-72) já fez isso: "Mas os farais não andavam [illegible] que não sabem que a igualdade [illegible] Vocês não sabem [illegible] dans un dictionnaire: Encyclopédia Barsa [illegible] Paris 1972 [illegible] Larousse [illegible] XX. Dassia 2]. Petit Larousse ["Ramses III, roi d'Égypte (v. 1198-1 166 av. J.-C.)]".

Quant au "cavalo", [Eternel avait bien recommandé à Noé "de faire entrer dans l'arche, mâle et femelle, deux de chaque sorte de bête, afin de conserver en vie avec toi une mâle et une femelle", deux y compris le cheval arabe.

Capitão Rodrigo Rodrez
São Paulo, SP

Constante e Alfa

Sr. Diretor: Os antigos — e constante — perduram e fortalecem. E os pilhas — coeficiente alfa —, subprodutos do [illegible] Zé Dirceu, [illegible] Vitória, ES

Farata e cavalo?

Sr. Diretor: Dans le numéro 207 (23-8-72) je lis: "Mais ce farais n'avait pas [illegible] Vous ne savez [illegible] dans un dictionnaire: Encyclopédie Barsa [illegible] Paris 1972 [illegible] Larousse [illegible] XX. Dassia 2]. Petit Larousse ["Ramses III, roi d'Égypte (v. 1198-1 166 av. J.-C.)]".

Quant au "cavalo", [Eternel avait bien recommandé à Noé "de faire entrer dans l'arche, mâle et femelle, deux de chaque sorte de bête, afin de conserver en vie avec toi une mâle et une femelle", deux y compris le cheval arabe.

Capitão Rodrez
São Paulo, SP

Sejendo as pesquisas históricas mais recentes, não houve, realmente, nenhum faraó com o nome de Ramsés III. E, tal como [illegible] Ramsés II, o Grande, [illegible] Antigo Egito [illegible] exercito [illegible]

A Amazônia misteriosa

Sr. Diretor: A Amazônia é a área brasileira [illegible] Vitória, ES

Amálgamas no dente

Sr. Diretor: Sugiro a escolha de um cirurgião-dentista como assessor, para que não se publique [illegible] Dr. *Rodolfo S. Dorrzapf*
Cirurgião-dentista
Rio, GB

Examinemos: a formação é feita com [illegible] Dr. Rodolfo S. Dorrzapf [illegible] cálcio — e outros tipos de amálgamas.

Uma opinião

Sr. Diretor: A idéia de expor opiniões [illegible] Rio de Janeiro, GB

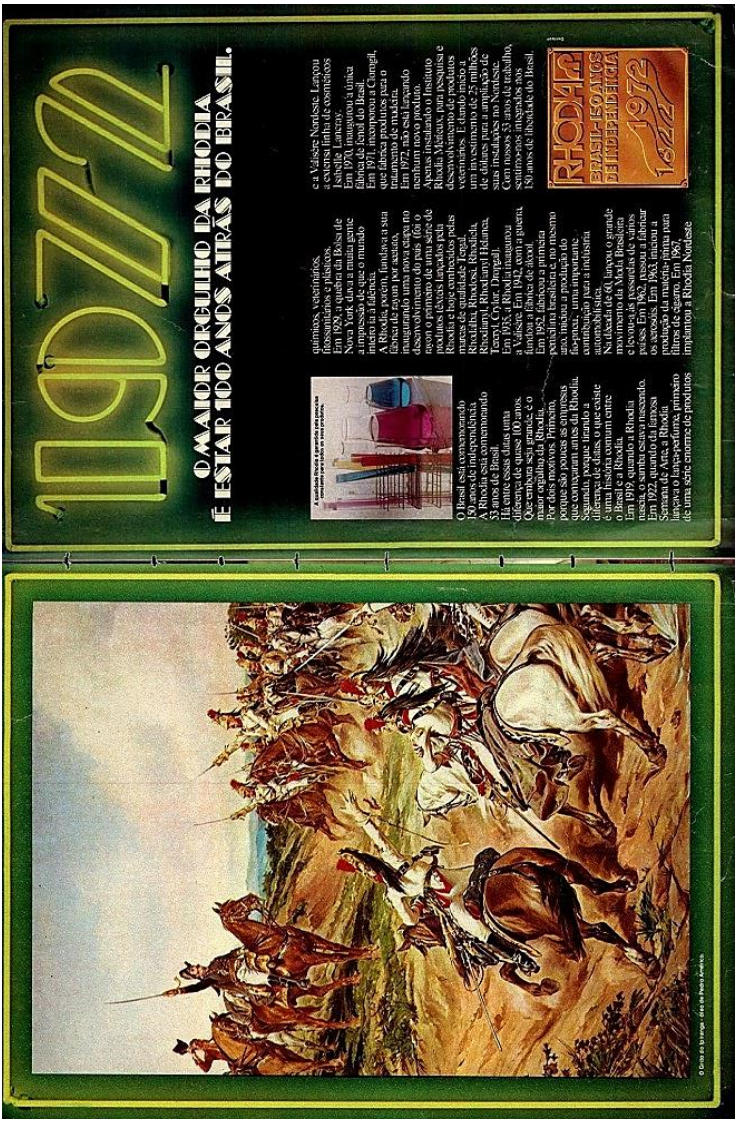
Prudência

Sr. Diretor: VEJA está usando uma [illegible] Rio de Janeiro, GB

Exagerada prudência é mandar carta [illegible] Caixa Postal 1972, São Paulo, Capital.

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 8-9.

Figura 18 – Rhodia



1972

O MAIOR ORGULHO DA RHODIA É ESTAR 100 ANOS ATRÁS DO BRASIL.

A cadeira Rhodia é apenas um exemplo dos produtos que fazem de uma produção, uma produção de qualidade.

O Brasil está crescendo. A Rhodia está crescendo. Rhodia e Brasil, crescendo juntos. Há 53 anos no Brasil.

Há entre essas duas uma diferença de quase 100 anos. Que também será grande, é o maior orgulho da Rhodia. Por dois motivos. Primeiro, porque são poucas as empresas que conseguiram antes da Rhodia. Segundo, porque finanda a diferença de 47 anos existe é uma história muito curta entre o Brasil e a Rhodia.

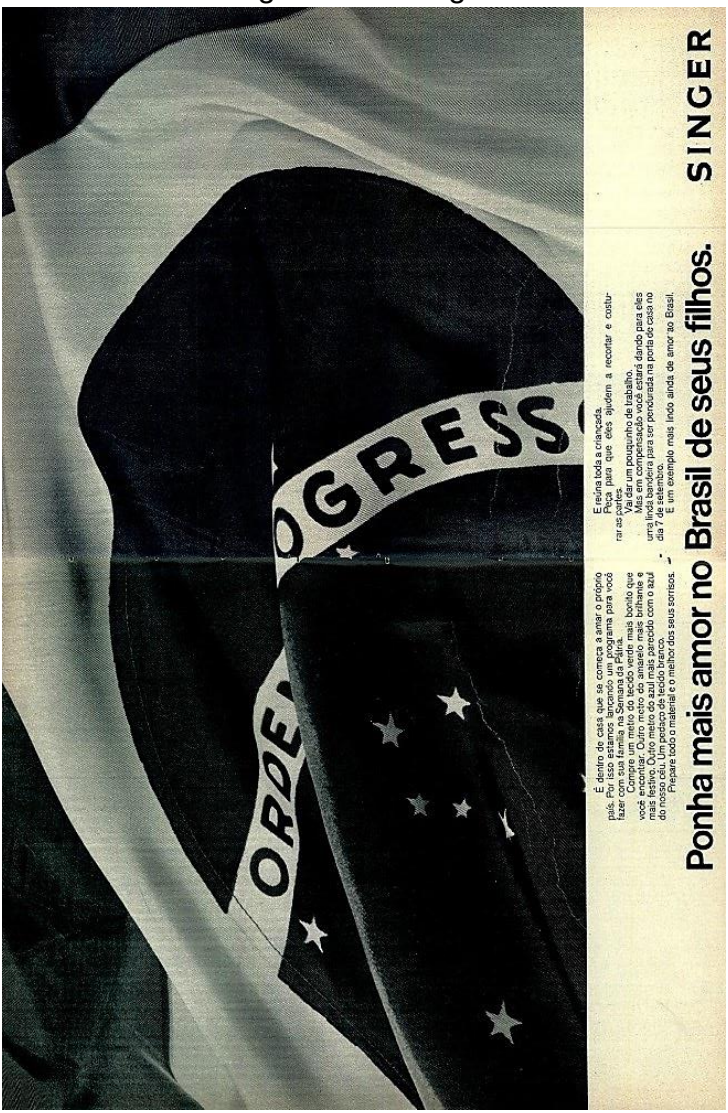
Em 1919, quando a Rhodia nasceu, o samba estava nascendo. Em 1922 ainda não havia a Semana de Arte, a Rhodia lançava o Lança-perfume, primeiro de uma série enorme de produtos químicos, veterinários, farmacêuticos e plásticos.

Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York deu a muita gente a impressão de que o mundo ia acabar. Mas não foi. A Rhodia, porém, fundava a sua fábrica de rayon por acetato, inaugurando uma nova época no desenvolvimento do país. Foi o rayon que ajudou a produção de produtos têxteis lançados pela Rhodia e hoje embalados pelas marcas de qualidade Tergal, Rhodiaflex, Rhodiaset, Rhodiafil, Rhodiaset, Rhodiaset, Rhodiaset

Figura 19 – Café Solúvel Brasília

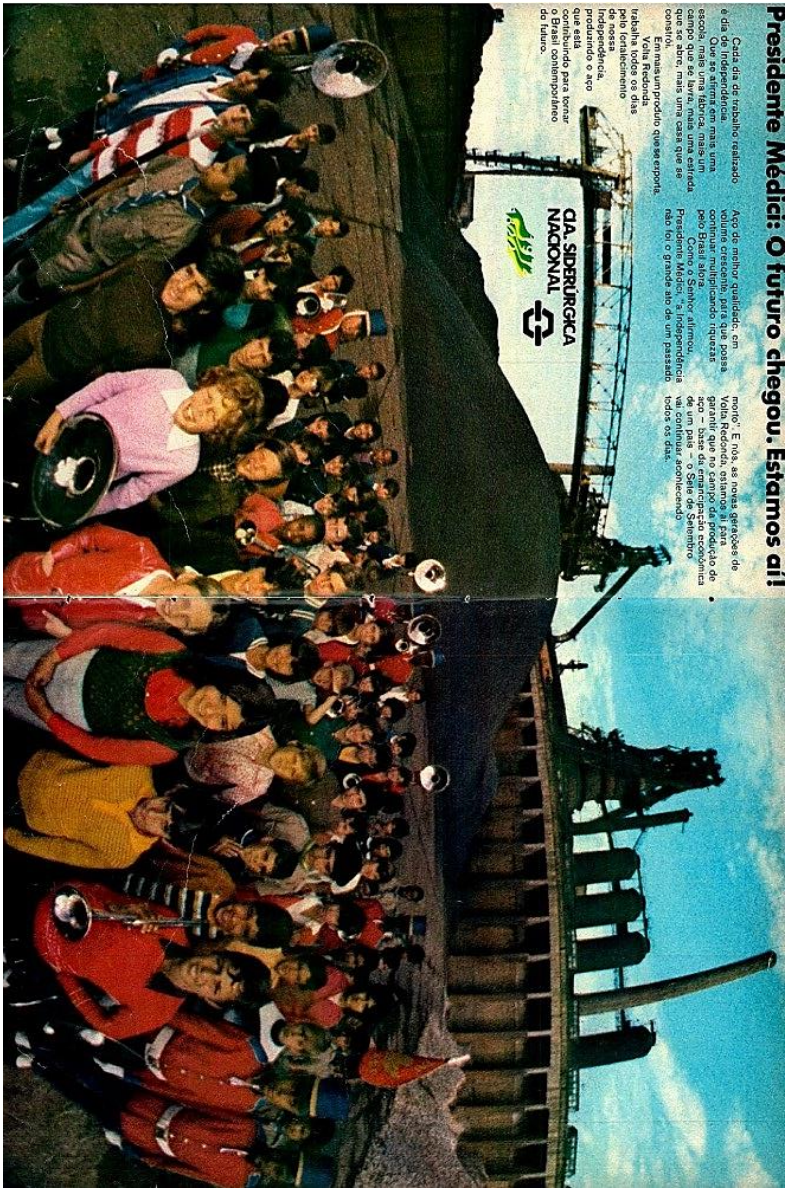
Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 18.

Figura 20 – Singer



Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 42-43.

Figura 21 – Cia. Siderúrgica Nacional



Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 62-63.

Figura 22 – Serpro

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 65.

Figura 23 – Mercedes-Benz do Brasil S.A.

Depois de 150 anos de trabalho duro, felizmente, só nos resta desejar mais 150 anos de trabalho duro.

A Mercedes-Benz do Brasil S.A., ao comemorar os 150 anos de Independência do Brasil, tem consciência de estar trabalhando, duramente, para ajudar a circular a riqueza brasileira.

Cada vez que um veículo Mercedes-Benz passa por uma estrada, levando pessoas ou carregado de mercadorias, ele é também um símbolo da Independência e da grandeza deste país.

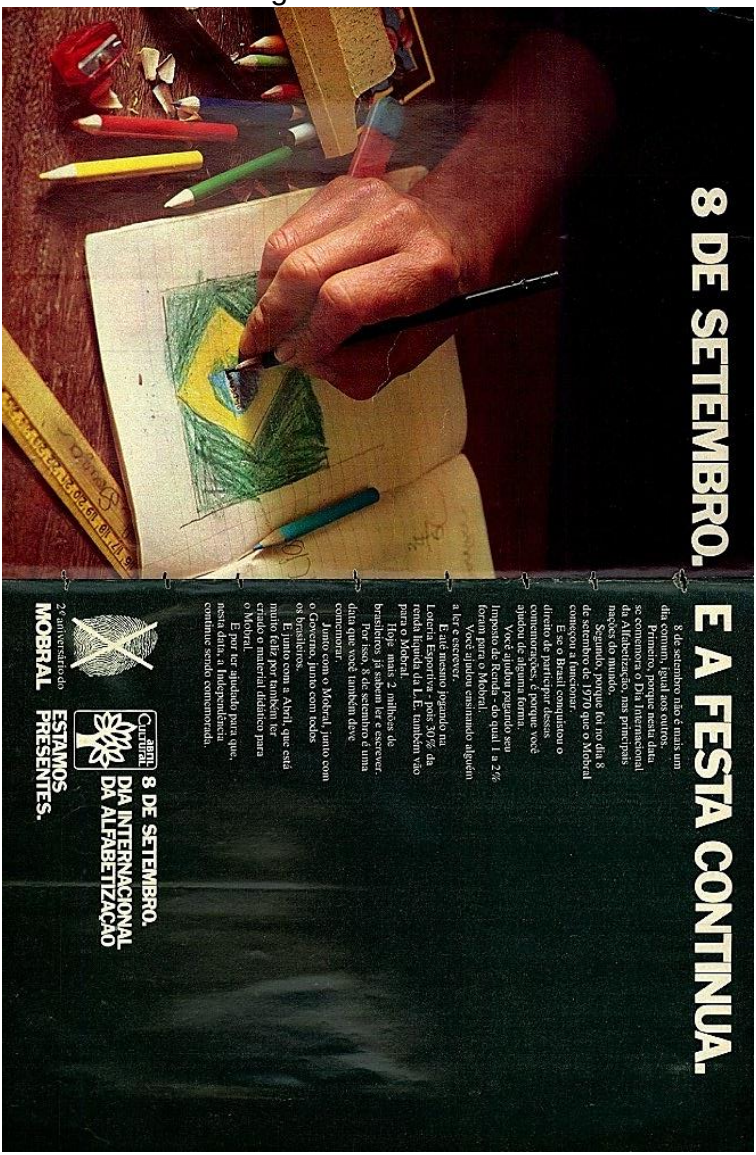
MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 68.

Figura 24 – Constrol

Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 82-83.

Figura 25 – Mobral



Fonte: *Veja*, 06/09/1972, p. 116-117.

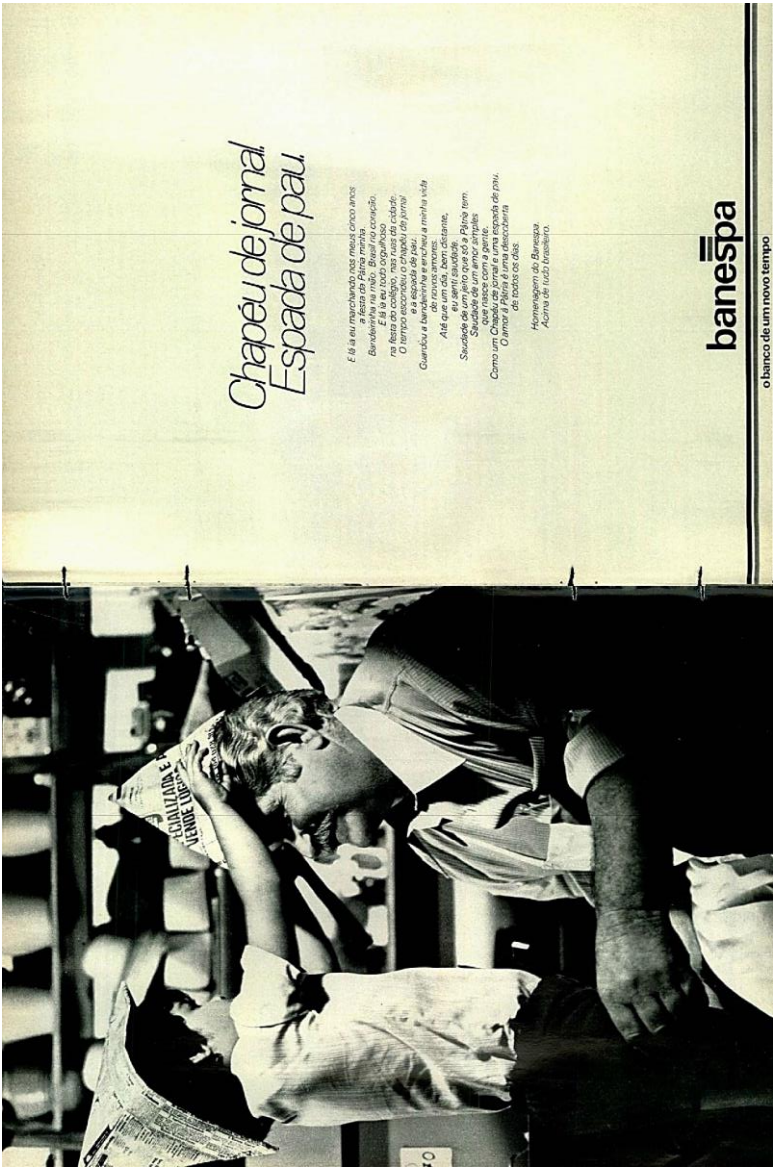
Figura 26 – Varig e Cruzeiro

Fonte: *Veja*, 06/09/1976, p. 58.

Figura 27 – Caderneta de Poupança

Fonte: *Veja*, 06/09/1976, p. 82.

Figura 28 – Banespa



Fonte: *Veja*, 06/09/1978, p. 132-133.

CAPÍTULO 3

Ressignificar: Sete de Setembro e redemocratização

A não realização do tão sonhado destino de grandeza da nação, que passou a ser percebido em meados da década de 1970 com o enfraquecimento sofrido na economia, expõe novamente um nacionalismo que se expressa sempre muito atrelado à esfera política. É nesta conjuntura que se observa a ressignificação do sentido atribuído ao Sete de Setembro: primeiro, a diferenciação das publicações da revista neste período, em comparação com o período analisado no capítulo 1, é sintoma do enfraquecimento do regime ditatorial, e também do mecanismo sob o qual se organizou o processo de redemocratização: o esquecimento dos fatos do passado; uma segunda abrangência da ressignificação é quanto a população, pois passou-se a fazer críticas sobre o real sentido do comemorar, pois o abalo na economia levou junto a confiança no futuro do país que os governos da ditadura tentaram construir e, por extensão, afetou os valores sobre os quais era elaborada a propaganda política, ou seja, o Sete de Setembro passou a ser um momento mais de manifestação da liberdade de expressão do que de comemoração.

A revista *Veja* era singular veículo de comunicação de massa, que ocupava lugar relevante na produção de uma memória pública, também era instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, atuando de maneira privilegiada também na construção de projetos políticos. Por serem investidas de pretensão de verdade, as narrativas publicadas na revista são lidas como tal, e então a publicação de narrativas históricas e mesmo a problematização em torno de assuntos históricos assume os contornos que ela deseja dar. Por ser um veículo de comunicação de massa e, portanto, mais acessível que a história produzida na Academia, *Veja* também participa da ressignificação temporal dos seus sujeitos leitores, sendo que a representação de mundo feita por ela pode mesmo prevalecer sobre aquela escrita por historiadores.

A importância desta observação está em que o historiador, ao lidar com uma série documental e sobre ela elaborar um pensamento, oferece uma visão de como os sentidos se constituíram. Tarefa ainda mais importante quando se refere a um período da história do Brasil sobre o qual ainda existem muitas sombras, e para o qual a ideia de consenso e consentimento (ROLLEMBERG e QUADRAT, 2011) vem apresentar, além de mais uma

possibilidade de enfoque sobre o período, também a necessidade de repensar a sociedade da ditadura civil-militar, para a qual os meios de comunicação tiveram enorme importância.

Mais importante que oferecer para o leitor a identificação de apoio ou resistência da revista *Veja* com o regime civil-militar, é demonstrar como a ideia em torno do nacionalismo se alterou com o passar dos anos e com a mudança do regime de governo, e como a revista explorou esta oscilação. Traçando um paralelo com a ideia de Benedict Anderson (1989), o principal não é estabelecer se a invenção de uma nação tem caráter falso ou verdadeiro, mas entender *como* ela foi inventada. Ou seja, é fundamental que a sociedade perceba o papel que a mídia tem na organização dos acontecimentos históricos, que ela articula memórias e também agencia silenciamentos.

François Hartog (2012) enfatiza a ânsia que há no presente de consumir a memória e o passado. O autor realça a questão política da história, a qual dá relevância ao campo da experiência – o vivido e o experimentado relembrados no presente – para que certos passados não se façam esquecidos ou menores, daí sua importância em um regime de historicidade fundamentado por questões

do *presentismo*. A memória evoca os passados traumáticos para julgamentos, de maneira que solicitações e indignações presentes acabam por ressignificar aqueles passados. O historiador é chamado a responder aos questionamentos, é convidado a remexer em lembranças que ainda não se apagaram. Nesse movimento de ser chamado a depor e a pesquisar, o historiador ainda teria que lidar com as questões óbvias da efemeridade da historiografia e das verdades, mediando entre possíveis experiências do passado no presente e não dispondo de verdades universais e eternas, mas de intenções de verdades que podem e devem ser revistas.

A História do Tempo Presente deve ser pensada como uma junção de linhas ou ramificações de tempos dispostos ou sobrepostos em nossa sociedade. O passado que não passa (ou o contemporâneo na contemporaneidade) pode ser sentido por meio do campo de experiência de inúmeras formas. As temporalidades e a memória são reavivadas com a História do Tempo Presente, de modo que possam compartilhar, num mesmo espaço, das questões de um passado mais recente e de um passado mais longínquo, ou seja, no meio-termo entre a memória coletiva e a História, há o

passado no presente, de acordo com François Dosse (2012). A História do Tempo Presente não seria a criação de um novo marco didatizante e eleito como recorte de um novo período histórico, mas nele estaria a ideia de continuidade desse passado na memória atual – “uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7).

Nesse caso, há uma História do Tempo Presente preocupada com “a função crítica, a função cívica e a função ética” (DOSSE, 2012, p. 19), ainda que “a verdade” seja renegada, o historiador deverá se pautar em uma pesquisa científica profunda, com argumentações e documentos respaldados, evitando a criação de histórias fantásticas ou criminais – principalmente aos que se referem ao revisionismo de governos que compactuaram com crimes contra a humanidade (DOSSE, 2012). O historiador agiria, então, de forma a desconstruir heróis e vilões, fugir de uma visão maniqueísta, e aprofundar as questões das experiências humanas, assim como se propõe a ideia de “consenso e consentimento”. Portanto, a História do Tempo Presente encontra-se ligada a políticas que tratam do humano e visam o humano.

Assim, a descontinuidade do discurso em torno do Sete de Setembro observada de um período para outro

nas publicações de *Veja*, apresenta-se como meio bastante propício para uma análise das próprias mudanças políticas dos respectivos momentos. Assim, entre o incentivo de comemorar e a derrocada do regime, construiu-se o silêncio, não em torno da festa, mas do que ela simbolizava naqueles dias, do apoio e da adesão que a ela foram dados e dos sentimentos que despertou. Pode-se dizer, então, que as constantes mudanças de regimes políticos acontecidas no Brasil ao longo do século XX e as disputas por diferentes memórias em cada um deles, revelam uma identidade nacional com bases fragilizadas, sobre as quais os meios de comunicação de massa constituem-se de veículos muito favoráveis para observação dos projetos de futuro e suas maneiras de buscar legitimidade.

De acordo com Juliana Miranda da Silva (2014), a partir da metade da década de 1970, as pautas reivindicatórias ganharam mais espaço para discussão nos meios de comunicação, e na sociedade os protestos em favor do alargamento de práticas democráticas começavam a aparecer. Como será visto neste capítulo, diferentemente de como era representado no início da mesma década, o momento de comemoração do Sete de Setembro dava lugar à críticas sobre diversas esferas, no

entanto, o governo ainda investia em propaganda e tentava incentivar as celebrações da Pátria. E esses dois contrastes apareciam nas reportagens de *Veja*.

As manifestações sociais que despontaram na segunda metade da década de 1970, revelam o poder social se articulando em torno do poder político, paralelamente ao que pode ser observado ainda hoje, quando as comemorações do Sete de Setembro tomam a proporção de exercício de um direito constitucional: o de manifestação. Com este mesmo objetivo surgiu, em 1995, o Grito dos Excluídos. Esta manifestação popular visa a participação ampla, aberta e plural dos mais diversos atores e sujeitos sociais, e adota a Semana da Pátria como momento para refletir justamente sobre a soberania nacional. Assim, “o Grito se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, justa, solidária, plural e fraterna” (GRITO, c2015), ou seja, a proposta é precisamente fazer deste um momento de reflexão política.

Para situar a outra ponta desta descontinuidade, as análises deste capítulo também serão elaboradas cronologicamente. Os subcapítulos que seguem, do 3.1 ao 3.4 explanam, respectivamente, os anos entre 1976 e

1979. Já o ponto 3.5 explica outra lacuna nas reportagens sobre o tema, e o dois últimos subcapítulos, 3.6 e 3.7, referem-se aos anos de 1985 e 1986, respectivamente.

3.1 Comemoração para todos

A reportagem de 1976 é bastante curta, limita-se a duas colunas da página e a uma pequena imagem das comemorações em Brasília, a primeira desde que a capital foi transferida para lá. Nesta fase, é instigante notar que o incentivo (por mais que este fique apenas na intenção) para que a população comemore a Semana da Pátria continua presente, porém, os referenciais históricos que eram amplamente acessados antes para legitimar o destino de grandeza do país, agora dão lugar à gradativa retirada do caráter militar dos desfiles com o objetivo de tornar as comemorações mais populares, como se lê:

> Para o chefe da Assessoria [de Relações Públicas da Presidência da República-AERP], coronel José Maria de Toledo Camargo, a ideia é fazer as festas do 7 de setembro, gradativamente, irem deixando seu caráter preponderante de desfile militar. Para isso, a Assessoria exibiu nas últimas semanas, em cinemas e na televisão, filmes curtos mostrando que o Exército brasileiro, hoje, é pequeno e moderno. [...] Por isso

> mesmo, segundo o coronel Edmar Telesca, do Serviço de Relações Públicas do I Exército, no Rio, o 7 de setembro não deve ser uma comemoração dos militares, mas de todos. “O Exército brasileiro não tem acompanhado o crescimento vegetativo da população e nem poderia”, diz ele. (*Veja*, 08/09/1976, p. 24).

É intrigante notar, por meio do trecho acima, o contraste no que se informava sobre o exército em 1976 e o que era apontado em 1969 (abordado no tópico 2.1), quando a revista publicou uma extensa reportagem, cujo objetivo era identificar onde estava o inimigo da Pátria, e na qual reproduzia falas de militares sobre os péssimos salários recebidos e concordava que “de 1958 até a Revolução de 1964, pelo menos em termos econômicos, o país vinha sendo desmilitarizado” (*Veja*, 10/09/1969, p. 36), isto é creditado ao planejamento do governo de João Goulart (1961-1964) o qual, afinal, foi acusado de querer implantar o comunismo no Brasil. O que foi feito para reverter este quadro dá ideia dos objetivos dos primeiros governos da ditadura: “do orçamento de 1964 até o deste ano, as verbas militares foram crescendo sempre. O orçamento do Exército cresceu dez vezes (de 142 para 1.433 milhões novos), enquanto o da Fazenda crescia quatro vezes” (*Veja*, 10/09/1969, p. 36). O que

exemplarmente contrasta com a fala do coronel citada acima quando diz que o crescimento do exército não tem acompanhado o crescimento vegetativo da população, quase com sentido de tranquilizar o leitor, ou prestar esclarecimentos.

Com as complicações econômicas vividas desde 1974, os militares foram perdendo a adesão dos civis, e como a ideia da abertura já fazia parte da vida política, pode-se dizer que, em 1976, ainda havia tentativas de manter o mesmo discurso que foi facilitado pelo bom momento econômico que vivia o país no início dos anos 1970, por isso que “cinquenta toneladas de material – discos, cartazes, plásticos, selos adesivos e uma correspondência-padrão, em mala direta – foram despachadas nos últimos dias pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República a 8.000 destinatários em todo o país” (*Veja*, 08/09/1976, p. 24). Ou seja, grandes investimentos e as mesmas estratégias para sustentar um ideal que já estava se perdendo.

Ao encontro da ideia de manter o que foi investido no começo da década, o objetivo de então era tentar retirar o caráter militar das festas, o que a revista menciona, sem explicar o motivo: “para retirar as comemorações da Semana da Pátria do âmbito

predominantemente militar, no entanto, talvez ainda se passem alguns anos. ‘Estamos apenas lançando uma semente de algo que será uma planta maior e maior’, diz o coronel Toledo Camargo”. (*Veja*, 08/09/1976, p. 24).

A mesma estratégia também foi usada na organização de mais um evento das comemorações da Semana da Pátria de 1976: o buzinaço. Colocado pela revista como novidade, esperava-se que “no país inteiro toquem-se as sirenas de fábricas e as buzinas dos carros, que se repiquem os sinos das igrejas e as rádios transmitam o Hino Nacional na nova gravação da Orquestra Sinfônica Brasileira” (*Veja*, 08/09/1976, p. 24), da mesma forma como foi feito em 1971, aliás, em publicação bastante semelhante: durante o discurso do presidente naquele ano, “sinos de igreja, sirenas de fábricas e buzinas de automóveis estarão soando, simultaneamente, em todo o país” (*Veja*, 08/09/1971, p. 21).

Assim, vê-se novamente a função do Sete de Setembro que, enquanto *tradição inventada*, possui um conjunto de práticas “de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM,

1997a, p. 9). Ou seja, nada mais apropriado para militares do que estimular a comemoração da independência da nação para legitimar suas ações, por que no momento das intervenções militares “os vencedores interpretam suas ações e o acontecimento produzido em termos de sua inserção em um processo de longa duração, fazendo referência aos momentos fundacionais da nação e declarando seu papel em sua continuidade” (JELIN, 2002b, p. 245, tradução minha).

Para além da comemoração do próprio Sete de Setembro, os planos para as comemorações que se repetem enfatizam – além da falta de criatividade dos organizadores – a tentativa de manter aceso um sentimento que a possibilidade da restauração da democracia apagava gradualmente, ano após ano.

3.2 A Semana da Pátria

Em 1977 a reportagem é igualmente curta, pouco mais de duas colunas de páginas e uma foto do desfile em São Paulo, no qual foram contados duzentos mil espectadores. Neste ano, as comemorações da Semana da Pátria foram um pouco mais conturbadas do que a revista já noticiou, “embora se temesse a ocorrência de

delicados incidentes de conteúdo político, o balanço das comemorações registrou apenas alguns arranhões na tradicional trégua da Semana da Pátria". (*Veja*, 14/09/1977, p. 30). A tentativa de manter o ideal sobre o Sete de Setembro ainda é observada, porém algumas ironias e questionamentos já aparecem.

Entre tais "arranhões", a revista noticiou três. O padre jesuíta Clóvis Sousa Santos, na abertura dos festejos em Teresina, discursou: "'essa festa seria uma ironia chocante se, ao saudarmos o 7 de Setembro, nos esquecêssemos de que à margem da Independência continua a dolorosa marcha de brasileiros sem teto e sem lar, sem voz nem vez para defender seus direitos inalienáveis'" (*Veja*, 14/09/1977, p. 30). Já em São Paulo, sem dar nomes nem identificar o local do acontecido, a revista fala de "'um documento subscrito por 21 entidades denunciou "as péssimas condições de vida e trabalho, e a ausência de liberdades democráticas'" (*Veja*, 14/09/1977, p. 30).

Em Brasília, falou o deputado federal João Cunha, do MDB de São Paulo, na tribuna do Congresso: "A Pátria, no seu dia", acentuou Cunha, "não pode mais permitir o desfile de sua miséria pelas ruas nacionais" (*Veja*, 14/09/1977, p. 30). Ao que foi respondido, dois dias

depois, pelo coronel José Maria de Toledo Camargo, assessor de Imprensa da Presidência da República: “Eu nego, eu repilo quem possa afirmar que o Brasil não tem motivos para comemorar seu Dia da Pátria”, enfatizou o coronel (*Veja*, 14/09/1977, p. 30).

Seguindo a ideia de tentar manter, mas alterando-se o caráter, as festas do Sete de Setembro, a revista parece otimista:

> se em numerosos países a data nacional é comemorada com o povo dançando nas ruas, por que não transformar o 7 de Setembro numa festa popular? [...] E, se o objetivo final ainda não foi atingido, pelo menos em algumas cidades os festejos de 7 de Setembro não se limitaram a desfiles exclusivamente militares. (Grifos meus). (*Veja*, 14/09/1977, p. 30).

A ideia passada por este trecho segue o mesmo ponto de vista de Michael Pollak (1992) sobre a interpretação de símbolos iconográficos por determinados grupos, em que aconteceria como que uma reconstrução da memória visual ao longo do tempo. Segundo este autor, para realizar este trabalho, o historiador pode se utilizar de trabalhos que observem a montagem de comemorações e as mudanças ocorridas nelas, como o valor relativo da farda em determinadas épocas notada

em desfiles de ex-combatentes franceses. As tentativas de mudança do caráter das festas do Sete de Setembro que a própria revista explicita demonstram, mais uma vez, que o sentimento de nacionalismo que poderia vir a aparecer nesses momentos não é espontâneo – por mais que quisessem fazer parecer – pelo contrário, as mudanças operadas nele aconteceram justamente pelo esvaziamento de sentido sofrido por um regime ditatorial que já não se sustentava mais.

Ainda na mesma página desta reportagem, mas sob o título de *Apelo à Justiça*, a crônica escrita por Lourenço Diaféria[19] também teve lugar na revista deste ano. Publicada na F*olha de S. Paulo* em 1º de setembro de 1977, teve grande repercussão depois da acusação feita pelo ministro do Exército, general Sylvio Frota, de os jornais divulgarem matérias que visariam atingir e depreciar o exército. O caso foi levado para a justiça e a "direção da *Folha de S. Paulo*, num editorial publicado na sexta-feira, esclareceu sua posição em relação às Forças Armadas e reconheceu a importância de sua atuação na vida do país" (*Veja*, 14/09/1977, p. 30). De acordo com

---

[19]A crônica está disponível no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml>.

Sônia Maria de Meneses Silva (2011), o caso representou o rompimento público do jornal com os militares. Neste momento o jornal aproveitava para passar a imagem de que todos os lados, opiniões e ideologias eram possíveis de serem costurados na colcha de retalhos sob o argumento da pluralidade que queria demonstrar.

3.3 O silêncio dos povos

> O silêncio, como expressão da indiferença que a marginalização política introjetada costuma gerar, o silêncio como represália do ressentimento parece estar preocupando a ARP.
> (*Veja*, 06/09/1978, p. 146).

O artigo de Marçal Versiani de 1978 é bastante explícito: o incentivo às comemorações já não mais surtiam efeito, não era por este meio, portanto, que a ditadura preservaria a coesão nacional que prezou tanto e por tantos anos seguidos. Algo que até este ano a revista não havia falado era sobre a incerteza política, sobre o fato mesmo de que o regime estava por ruir. No entanto, em mais uma tentativa, a AERP tentava instituir um “clima de feira” nas celebrações, tentando colocar os espectadores no lugar de atores nesta semana que era uma recapitulação da Independência do Brasil:

> [...] inovações tais como rodeios, shows artísticos, festivais de música reunindo estudantes, concurso de peças teatrais por grupos amadores, campeonatos de *skate* e o que for mais expressivo das culturas regionais e da criatividade dos grupos sociais. Em síntese, quer que a festa "seja realmente popular". (*Veja*, 06/09/1978, p. 146).

A partir de uma opinião como esta, é importante pensar sobre o senso comum sob o qual as manifestações em favor da ditadura são vistas ainda hoje, como se fossem fruto de manipulação dos governos da ditadura. Portanto, refletir sobre o significado do silêncio que Versiani fala – colocado no início deste subcapítulo – um silêncio que reflete sobre o hoje e, ainda que expresse uma crítica, ainda ignora as histórias do passado, ignora a adesão que as comemorações do Sete de Setembro arregimentaram para o regime civil-militar.

Marçal Versiani foi editorialista e analista político para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* e estava, portanto, fora do quadro de funcionários da Editora Abril. Para entender o lugar que um artigo desta particularidade tem em uma das revistas mais lidas naquele momento, visto que ainda havia censura, Alzira Alves de Abreu (2005, p. 56-57) explica que, a partir de

1976, foram criadas as chamadas “páginas de opinião”, que denunciavam e criticavam o regime, em cujas páginas “escreviam pessoas que tinham grande prestígio nas suas áreas de competência [...]. Essa foi uma estratégia para abordar determinados assuntos que provocavam normalmente a censura, mas que, tratados por especialistas, tinham chances de ser divulgados”.

Versiani ainda se questiona se “ao invés dessa popularização induzida publicitariamente e monitorizada por uma burocracia de governo [...] não seria mais simples e menos efêmero ter a ousadia de devolver ao povo alguns elementos da consciência nacional, obliterados pelo regime atual”. (*Veja*, 06/09/1978, p. 146). Porém, toda aquela certeza da grandiosidade da nação desmoronaria, pois tinha bases fracas: ou melhor, tentou-se construí-las, mas não logrou muito sucesso, pois tentou fazê-lo sob a usurpação de direitos.

Os valores sobre os quais o regime civil-militar tentou estabelecer sua legitimidade e construir sua memória não mais se sustentavam, o clima já era de insegurança em relação ao futuro, e o governo não mais podia assegurar o contrário dando início, assim, à construção de outra memória, ou ao esquecimento do passado. Em 1979 foram aprovadas pelo Congresso duas

importantes legislações: a Lei da Anistia e a Reforma Partidária, “prevaleceu uma atmosfera conciliatória, favorável ao ‘esquecimento do passado’, uma vitória da política governamental” (AARÃO REIS, 2014, p. 104).

A estrutura temporal da crítica, como na análise de Koselleck (2014), parece corresponder à noção de progresso. Ancora-se, predominantemente, em um passado de embates – esvaziando a complexidade da crise que levou a 1964, na medida em que suprime conflitos e opções, apresentando as posições assumidas como “equívocos” superados por um processo supostamente homogêneo de abertura e democratização. Ancora-se, ainda, em um futuro delimitado por uma noção vaga de democracia, na medida em que o presente é representado como o contraponto da repressão. A democracia caracterizaria o momento “novo”, materializando a superação dos obstáculos à liberdade e localizando a crise, definitivamente, no passado.

3.4 Tom marcial

O processo de redemocratização brasileira foi mais um episódio de mudança de regime de governo que mais se assemelhou a uma institucionalização, obedecendo as

decisões dos próprios líderes políticos, que administraram a agenda, o calendário e o rimos das mudanças. Este processo já havia sido iniciado no governo Geisel, portanto, quando tomou posse no ano de 1979, o presidente-general João Batista Figueiredo (1979-1985) tinha o objetivo de consolidá-lo, “mantendo o controle das forças favoráveis aos ‘ideais de 1964’ sobre o poder” (AARÃO REIS, 2014, p. 104).

Por isso, ainda naquele ano, a Lei da Anistia e a Reforma Partidária foram aprovadas pelo Congresso. Também a censura à imprensa já havia sido afrouxada, logo, a grande imprensa tipificou-se como personagem político atuante, reforçando sua importância sociocultural no Brasil pois, “na condição de cronista e elaboradora dos registros políticos de então”, atuou como coadjuvante no estabelecimento de marcos, “além de sublinhar interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal à ditadura militar e, mesmo, aos governantes que, embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social” (LOHN, 2014, p. 98). Com esta intenção, *Veja* elaborava sua ideia sobre a imagem do presidente Figueiredo: “Em Brasília, sério. Mas sorridente em Minas” (*Veja*, 12/09/1979, p. 31).

A reportagem deste ano também é curta – no mesmo seguimento das reportagens do final da década de 1970 – em duas colunas de texto, dedica-se, basicamente, em descrever a postura do presidente frente aos desfiles militares em comemoração ao dia da Independência. O grande destaque da página fica para a imagem no topo: em primeiro plano, soldados carregando seus fuzis e, ao fundo, o palanque das autoridades (Figura 29). A reportagem descreve a seriedade do presidente, atribuída ao fato de se tratar de uma cerimônia militar:

> postura absolutamente formal no desfile militar do Dia da Independência, realizado na sexta-feira passada, em Brasília. Não riu, não quebrou o protocolo e manteve-se impassível durante os 60 minutos do desfile, raramente trocando algumas palavras com as autoridades que o acompanhavam no palanque. (*Veja*, 12/09/1979, p. 31).

Figueiredo esqueceu-se de cumprimentar os três ministros militares na saída do palanque, limitou-se a um aceno de mão quando já estava no carro oficial que o levaria embora. A popularidade o presidente já havia usado dois dias antes do desfile em Belo Horizonte, onde “quatro mil estudantes agitavam bandeirolas ao longo do trajeto até o centro da cidade. Uma dezena de bandas de

música executava dobrados e 116 ônibus transportavam prefeitos e vereadores de 520 dos 722 municípios mineiros” (*Veja*, 12/09/1979, p. 31). A reportagem segue a descrição sobre o trajeto percorrido pelo presidente na cidade, o café ao qual foi acompanhado do governador de Minas Gerais, Francelino Pereira (1979-1983), e o terno, amassado pela multidão que os cercou, o qual foi ligeiramente substituído.

Figura 29 – Figueiredo assistindo ao desfile militar

Figueiredo assistindo ao desfile militar: impassível durante uma hora. Não sorriu nem conversou

Fonte: *Veja*, 12/09/1979, p. 31, recorte.

A maior proximidade com a política a que a reportagem chega é quando afirma a motivação que levou o Figueiredo até Minas que, segundo o porta-voz do Planalto, Marco Antônio Kraemer, foi de “prestigiar” o governador. Porém, nota: “de fato, combalido por sucessivas brigas políticas internas, pairava sobre Francelino o fantasma da desestabilização. A visita

presidencial seria uma oportunidade de reação que o governador não deixou escapar” (*Veja*, 12/09/1979, p. 31). A reportagem finaliza contando o enorme churrasco proporcionado pelo governo estadual e a possível crise sobre a qual Francelino se recusava a falar.

Assim, o ponto principal que a revista quer afirmar com a reportagem do dia 12 de setembro de 1979 é, mais uma vez, o desligamento da natureza militar às festas de comemoração do Sete de Setembro pois, como se entende a partir da descrição da postura do presidente, os desfiles de caráter militar mereciam, agora, a sua austeridade, aspecto que sobressai ao se falar que o único momento em que ele esteve alegre e esboçou sorrisos foi quando esteve no meio do povo, em uma comemoração do povo.

“Peço ao povo que me esqueça” (1985). “Não se governa sem história” (1969), as frases dos discursos de despedida e de posse dos presidentes Figueiredo e Médici, respectivamente que são sintomáticas quanto à consideração feita sobre a história nos dois períodos, que só se intensificará, como é visto nos tópicos seguintes.

3.5 1980-1984: A história (continua) no vão das fontes

A esta ausência podem ser sugeridas algumas hipóteses parecidas para a lacuna que há na publicação de reportagens entre os anos de 1974 e 1975. Mas também é possível ir além, e caracterizar esta ausência com o sinal do esquecimento. Aquele foi colocado como o período que inaugura a mudança no sentido da comemoração, e este pode ser o período que intensifica esta alternância, abrindo o caminho para o Sete de Setembro com o significado que tem hoje.

Na continuidade da abertura “lenta, gradual e segura” e com a intensificação dos movimentos sociais como as Diretas Já (1983-1984), juntamente com lideranças estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), sindicatos, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), intelectuais, religiosos e que artistas engrossaram o coro dos pedindo pela volta da democracia, as causas para comemoração já não eram e nem poderiam continuar as mesmas do início da década de 1970. As narrativas de democratização construídas pela *Veja* pareciam buscar uma nova ordem política pautada na defesa de um modelo liberal, e a preocupação recaía sobre as eleições (SILVA, 2014b) e assim “as

práticas conspiratórias foram paulatinamente substituídas pelo protesto público” (NAPOLITANO, 2002, p. 22).

Até aqui, nesta segunda parte do trabalho, as reportagens que foram analisadas ainda traziam dizeres sobre as festas, refletindo a tentativa que também o governo ainda empreendia de não deixar morrer as comemorações do Sete de Setembro. Após esta lacuna nas publicações, o que as reportagens apresentam é um acontecimento totalmente diferente, no qual pode-se dizer que o povo, enfim, teve efetivamente alguma participação na comemoração, o que aconteceu em 1985. Já em 1986, o questionamento é sobre o exemplo que um símbolo da ditadura oferece: deve ficar para fazer lembrar, ou deve ser derrubado para apagar um período sombrio na História do Brasil?

3.6 O povo na festa

Talvez esta seja a mais inusitada das reportagens sobre o Sete de Setembro: 1985, o ano que representou, ao menos para a comemoração do Sete de Setembro, que os tempos haviam mudado. A aproximação entre governante e população é algo que antes não teria acontecido. Possivelmente, o que tanto foi almejado

desde os tempos da propaganda política elabora pela AERP finalmente teve lugar, uma festa popular: “pela primeira vez na história do Brasil, o povo subiu alegre a rampa do Palácio do Planalto a convite do presidente da República” (*Veja*, 10/09/1985, p. 49).

Em contraponto ao que coloca a revista, este ato pode ser melhor interpretado como um primeiro recurso da Nova República para tentar se aproximar da população. Porém, é mais um ato passivo, uma vez que a população não teve ainda o poder de escolher seu presidente, é convidada a entrar na casa da República, como se isso mudasse o fato de que a cultura política da ditadura civil-militar ainda preponderava. O que leva a pensar, por meio de mais este indício, sobre a periodização feita sobre a ditadura, que não teria acabado, portanto, com a eleição de um civil para a Presidência da República.

Igualmente em uma reportagem sucinta, pouco mais de uma coluna de página contando com uma imagem (Figura 30), o acontecimento de destaque deste ano foi a presença do povo dentro do Palácio do Planalto. Convidados pelo presidente José Sarney (1985-1990) logo após a cerimônia de hasteamento da bandeira, que abre as festividades da Semana da Pátria, a multidão que

“invadiu” o salão nobre do palácio foi visitar uma exposição sobre a Independência. “‘Viva Sarney’, gritaram os visitantes [...]. A invasão foi desordenada e o presidente sentiu-se recompensado pela ideia da convocação popular” (*Veja*, 10/09/1985, p. 49).

Figura 30 – Multidão no Palácio do Planalto

Multidão no Palácio do Planalto: uma invasão que entusiasmou Sarney

Fonte: *Veja*, 11/09/1985, p. 49, recorte.

3.7 O esquecimento da História no fim do mastro

Em 1986, a reportagem de apenas duas páginas trazia a seção *Arquitetura* com os “Heróis esquecidos” no título e “O esquecimento da História no fim do mastro” em um quadro no final da página. Apesar de as circunstâncias políticas determinarem uma visão diferente do futuro do país naquele momento, a noção de História apresentada pela revista é fundamentalmente a mesma: serve de exemplo para o presente e para o futuro. No entanto, o referencial histórico está muito mais próximo: a ditadura que havia acabado, oficialmente (contando-se a partir das eleições), há pouco mais de um ano.

A primeira reportagem trata da inauguração, em 7 de setembro daquele ano, do Panteão da Pátria e apresenta também uma crítica justamente à finalidade pela qual o monumento foi criado, como se lê no subtítulo: “Vistoso por fora, o Panteão da Pátria dá por dentro maior destaque à arte do que aos homenageados”[20] (*Veja*,

[20] É necessário fazer uma ressalva sobre a ausência de assinatura ou de autoria nas reportagens de *Veja*. Apesar de não se ter a data precisa em que os nomes dos jornalistas começam a ser publicados, pode-se dizer que até a década de 1980, pelo menos, apenas a *Carta ao Leitor* e algumas sessões de opinião tinham autoria identificada. Por isso, em alguns momentos deste texto, quando se fala sobre as reportagens, o sujeito é indeterminado.

10/09/1986, p. 120). De acordo com informações apresentadas pela própria revista (*Veja*, 10/09/1986, p. 120-121) e pelo site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal (c2016b), o Panteão da Pátria foi idealizado por José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal, em 1985, após a comoção com a morte do primeiro presidente civil eleito após vinte e um anos de ditadura, Tancredo Neves. Foi desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com a preocupação de estar em harmonia plástica com as outras edificações da Praça dos Três Poderes (Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional), e financiado pela Fundação Bradesco.

O monumento foi pensado como uma homenagem à democracia restabelecida e, por isso, os homenageados teriam de ser personagens ligados a momentos de liberdade na História do Brasil. Some-se a esta ideia a noção de História como exemplo para o presente e para o futuro, e tem-se a crítica de *Veja*: composto também por um painel de Athos Bulcão, outro de João Câmara, e um vitral de Marianne Peretti,

> internamente, o Panteão é um desastre arquitetônico, pois mais parece uma galeria de arte que um monumento em

> homenagem a vultos históricos. [...] Em meio a tanto espaço e arte, sobrou muito pouco para os homenageados: um livro de aço sobre um pequeno pedestal. As folhas do livro também serão de aço. (*Veja*, 10/09/1986, p. 121).

Quem escreveu a reportagem se questiona do pouco espaço deixado para os heróis, mas se esqueceu de pensar que a criação de símbolos de identificação nacional não é arbitrária, não se dá no vazio social (CARVALHO, 1990). E aí um contraponto às tentativas por parte do Estado, desde pelo menos o início da República no Brasil, de tentar oferecer símbolos de identificação à população pode ser colocado. Ora, se não há participação popular nos momentos políticos, dificilmente haverá identificação nacional. Eis a questão que se coloca, de que o povo brasileiro só demonstra o sentimento de nacionalismo em momentos que é incentivado e os espaços social e político são favoráveis. Exemplo disso pode ser mesmo a descontinuidade que se observa no compartilhamento de um projeto político de futuro para o Brasil entre a revista *Veja* e o regime civil-militar.

Sem a censura habitual com a qual *Veja* durante anos, a revista até trata abertamente do arquiteto do

Panteão e sua simpatia por ideais comunistas sem demonstrar críticas. Na esteira da crítica à composição do monumento, a reportagem lembra a mumificação de Lênin, que deixa explícito quem era o homenageado, e termina o texto afirmando que “Niemeyer poderia ter simpatizado com as ideias dos soviéticos. Ou, ao menos, ter planejado um lugar de destaque para os heróis no Panteão da Pátria. Preferiu o livro de aço” (*Veja*, 10/09/1986, p. 121). Isso dá a entender que “o comunista”, contando com a liberdade assegurada pela democracia, não atendeu às expectativas que a própria revista parecia ter, ele deu mais valor à arte do que aos heróis da pátria.

Uma colocação faz-se fazer conveniente sobre os homenageados do Panteão. Apesar de não se saber em que momento eles foram incluídos no livro, a maioria dos nomes são os mesmos citados anteriormente na reportagem de 1972, em que *Veja* apresentou a história e seus “personagens principais”. Por exemplo: Pedro I; Tiradentes; José Bonifácio; duque de Caxias e Deodoro da Fonseca, para citar alguns nomes[21].

---

[21] A lista completa com o nome dos homenageados que constam no livro de aço do Panteão da Pátria pode ser acessada no site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal, pelo endereço: <http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria/365-biografia-dos-herois-nacionais.html>.

Os projetos de futuro não são mais acionados com tanta frequência como se via nos primeiro anos da década de 1970, o que pode ser explicado pelos momentos político e econômico também estarem em mudança, com a crise do petróleo em 1973 e uma indicação à possível redemocratização. Isto tudo implica na percepção de futuro em uma sociedade. Estes momentos eram fundamentalmente ainda mais distintos em 1986, quando a inflação em alta abalou o poder de compra da população e, logo, plantou a incerteza do futuro melhor do país que, além disso, estava reaprendendo a lidar com a democracia.

Ao final desta reportagem encontra-se um quadro (Figura 31), de fundo azul, que traz a intenção do governador do Distrito Federal de realocar o mastro construído pelo general Médici em 1972, e apresenta duas pequenas fotos de como era a Praça dos Três Poderes naquele momento e como ficaria sem o mastro.

De acordo com o site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal (c2016a), o mastro foi inaugurado em novembro de 1972, composto por 24 hastes metálicas que representam o número de estados da Federação existentes à época, e foi projetado com o pensamento de simbolizar a convergência e união entre

as unidades federativas e os Três Poderes da República. Na base do mastro encontram-se os dizeres: “Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a bandeira, sempre no alto, visão permanente da Pátria”.

A ideia de retirá-lo de lá partia de dois argumentos que *Veja* expõe, mas que não parecem ser a opinião da revista, e sim um pensamento geral: “um de ordem estética e outro de natureza política. Há quem considere feio, ou desproporcional em relação à praça o mastro projetado por Sergio Fernandes, em 1972, e assim justifique sua transferência” (*Veja*, 10/09/1986, p. 121). A intenção do governador era, então, transferi-lo para o Parque da Cidade, na Asa Sul de Brasília.

Figura 31 – O esquecimento da História no fim do mastro

O esquecimento da História no fim do mastro

Criado por iniciativa de oficiais de Brasília, o gigantesco mastro da Praça dos Três Poderes sempre foi considerado um símbolo da ditadura. Consideração correta, tanto sobre a origem como sobre a filosofia do monumento: o mastro é maior que o prédio do Congresso. Agora, José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal, está liderando uma articulação para tirar o mastro da praça. Aparecido já conversou com os ministros militares sobre o assunto e pretende removê-lo para o Parque da Cidade, na Asa Sul de Brasília.

Há dois argumentos contra o mastro, um de ordem estética e outro de natureza política. Há quem considere feio, ou desproporcional em relação à praça, o mastro projetado por Sergio Bernardes, em 1972, e assim justifique a sua transferência. Não há, no entanto, nenhum monumento considerado unanimemente belo. No plano político, considera-se que, se a ditadura deixou de existir, o mastro que a simboliza deve desaparecer também. Com esse raciocínio, os descendentes dos cristãos que foram devorados no Coliseu de Roma deveriam ter destruído o estádio depois da queda do império. E o mundo perderia um de seus marcos culturais.

Um monumento registra um determinado momento da História e deve por isso ser preservado. É possível até esclarecer essa questão no próprio monumento. No século XIV, por exemplo, o duque de Atenas, ditador em Florença, cobriu com tinta os murais do Palácio Bargello. O duque foi destronado, os murais foram restaurados, mas deixou-se um pedaço deles recoberto com tinta. Colocou-se embaixo desse trecho uma placa explicando que a tinta permanecia como uma homenagem aos florentinos que lutaram contra a tirania. Na Cidade do México, não se destruiu a estátua eqüestre de Carlos IV, imperador da Espanha, quando o México proclamou sua independência. Colocou-se ao pé da estátua uma placa afirmando que Carlos IV e a Espanha oprimiram o México, mas que o monumento seria preservado pelo seu valor histórico. O mesmo poderia ser feito com o mastro de Brasília, em vez de se esquecer da História escondendo um dos seus marcos.

A Praça dos Três Poderes hoje e como ficaria sem o mastro

Fonte: *Veja*, 10/09/1986, p. 121, recorte.

Se a cultura política se permite adaptar à complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998), ela também pode ser aqui uma chave para entender os motivos que levam a querer “apagar” ou “esconder” a História. Esta questão é apresentada pela própria revista, que dá exemplos de outros momentos históricos de conflitos de poder em que a memória é colocada em jogo, e acaba por participar também de outra complexa operação de poder que envolve lembrar e esquecer. Portanto, pode-se dizer que a sociedade que voltava à democracia havia pouco mais de um ano, apresentava indícios de querer apagar o passado negativo deixado pela ditadura, pois a ideia era de que se “no plano político considera-se que a ditadura deixou de existir, o mastro que a simboliza deve desaparecer também” (*Veja*, 10/09/1986, p. 121).

A revista publica algo com este teor por que é uma figura política e, portanto, participa da construção da cultura histórica. Porém, nesta reportagem, parece que há a tentativa de atuar no papel do historiador na sociedade – evidentemente com um senso comum sobre História –, apresentando argumentos críticos em relação às tomadas de decisão na política, e também entendendo a necessidade de se preservar a memória, mesmo que o

simbolismo em torno dela seja negativo: “um monumento registra um momento da História e deve por isso ser preservado” (*Veja*, 10/09/1986, p. 121).

Segundo Paul Ricoeur (2007), os abusos da memória são também abusos do esquecimento, pois os recursos de configuração das narrativas permite sempre narra de outro modo, nesse sentido, a própria ação midiática procura conformar o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, refuta a possibilidade de manterem-se acesas as chamas da memória do arbítrio. Na conclusão mesma que propõe a revista, tanto a memória, quanto o esquecimento devem ser observados como sintomas de uma cultura política que, neste caso, privilegiou o esquecimento como meio para a reconciliação pós-ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
O passado assegura o futuro?

“Brasil, país do futuro”. Ao longo de praticamente toda história do Brasil, desde a colonização pelos portugueses, diversos recursos foram acionados com o objetivo de assegurar esta afirmativa, desde Deus até o diabo – nos também diversos empregos ideológicos que estas figuras permitem. Mas todos os discursos de grandeza e as conclamações pela fé no futuro, foram suficientes para construir as bases deste futuro?

Mais importante que a resposta a esta questão, é a identificação das motivações que levam as sociedades a construir as bases do futuro que almejam, em outras palavras, mais importante que mostrar as diferenças na política, é entender o uso da história e da memória nos diferentes contextos temporais.

Em uma tentativa de chegar perto deste entendimento, as análises feitas nesta dissertação procuraram demonstrar, por meio dos rastros deixados por um periódico impresso, a complexidade das relações políticas no Brasil, e as implicações que podem ter na vida das pessoas. Com as publicações de determinadas reportagens e peças publicitárias, este periódico

contribuiu na formação de um pensamento, de uma opinião, de uma memória coletiva, as quais possibilitaram a formação de um consenso social o qual, por sua vez, permitiu a manutenção de uma ordem política até sua exaustão.

A participação nas comemorações e também a divulgação de interpretações sobre esta data por parte da revista fazem parte deste consenso, que é plural, diversificado, que não é unânime, mas revela a diversidade de atitudes sociais diante da ditadura. Portanto, deve-se evitar o risco de superestimar o apoio à ditadura e subestimar ações de oposição de resistência, pois também não se pode colocar as forças de apoio como unânimes. Assim, faz-se necessário reiterar o caráter delimitado que este trabalho abrange, pois não dá conta da multiplicidade de interpretações possíveis sobre o período ditatorial inaugurado em 1964.

A formação social do Brasil permitiu às classes dominantes desenvolver ações e imagens com força suficiente para minguar a representatividade do trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que estes são empecilho para a realização de seus planos. Porém, isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que

recebem uma significação precisa: são sinônimo de perigo, de inimigo, de crise, desordem e a eles se oferece como resposta única a repressão policial e militar, para as camadas populares.

Esta estrutura social do Brasil é observada na sociedade de hoje, também foi no período da ditadura civil-militar, bem como foi há mais de cem anos. O poder que a imprensa ocupa na sociedade é um dos meios que mantém esta estrutural tal como ela é, pois a temporalidade presente nas imagens e nas narrativas da mídia é contribui para a constante reformulação dos imaginários e da memória histórica, sempre de acordo com determinados interesses.

Do que a sociedade brasileira precisa é saber identificar que imparcialidade em um texto escrito não existe. A imprensa sempre teve influência demais na vida das pessoas, sem que se deem conta disso. Por uma construção histórica, os meios de comunicação de massa se colocam como imparciais, ou mesmo “vendedores de verdades”, de modo tão convincente que a maior parte do seu público não percebe que a verdade, para esses meios, só é verdade quando corresponde aos seus princípios ideológicos.

Exemplo disso é o caso bastante recente de um editorial do jornal *O Estado de São Paulo*[22] que critica a tomada de posição de historiadores frente ao cenário de crise política. O impresso diz que historiadores não deveriam se posicionar desta forma, pois assim estariam tentando moldar os rumos da história. Ou é desonestidade do jornal, ou ingenuidade barata e falta de conhecimento na área do ensino de História – o que parece menos provável –, pois ignora que História não se aprende apenas em sala de aula, assim como ignora sua expressiva participação no golpe de 1964 (e não somente deste jornal) e na ditadura que se estendeu por 21 anos. Talvez a escola seja o lugar em que menos se forma a consciência dos jovens estudantes, pelo menos nos dias de hoje, em que os interesses das elites político-econômicas se coadunam com os de uma imprensa que ainda é grande formadora de opinião.

Assim, emprestando as palavras de Benito Schmidt (2015, p. 154), pergunta-se: “de quanta memória precisa uma democracia?”. Esta é uma pergunta retórica, obviamente, pois não se pode medir a memória, mas ela

---

[22] O editorial é do dia 14 de junho de 2016, e pode ser acessado pelo endereço: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia,10000056999>.

pode ser manipulada. Por isso é preciso analisar as práticas memoriais em relação à ditadura civil-militar de 1964 no Brasil atual também através da imprensa, buscando avaliar se a sua quantidade, mas especialmente a sua qualidade, são adequadas à construção de uma sociedade democrática.

As possibilidades desta pesquisa não se encerram neste trabalho, pois o tema pode ser estendido também a outras mídias e o recorte temporal pode ser modificado de acordo com o que se quer focalizar, por exemplo. Então, pelo menos para historiadores, o passado não assegura o futuro no sentido de que este seria melhor que o presente: o passado assegura, sim, que deixará rastros a serem investigados na chance de encontrar uma melhor compreensão do presente.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas,** Lisboa, n. 48, p. 53-65, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ACERVO Digital da Revista *Veja*. Disponível em: <http://*Veja*.abril.com.br/acervodigital>.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa:** a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). 2009. 301 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2009a.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Edições 70, 1989.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015

_____. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 446 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, Barcelona, 2011.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-212.

BERGER, John. **Ways of seeing**. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1973.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: ROLLEMBERG, Denise et. al. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, set.89/fev.90. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3877>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 22-43, jun. 2012. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/seminarios_tematicos/ST20/BiroliMiguel.pdf>.
Acesso em: 27 abr. 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Verbete “legitimidade”. 11 ed. Brasília: UnB, 1998, p. 675-679.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos,** CEBRAP, n. 84, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a06.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e nação na publicidade do “milagre econômico” – Brasil (1969-1973)**. 2000. 304 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados – MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

CHIRIO, Maud. Fêtes nationales et régime dictatorial au Brésil. Vingtième Siècle. **Revue d'histoire**, n. 90, p. 89-108, abr./jun. 2006.

COMISSÃO Nacional da Verdade - Relatório - volume II – Texto 8: Civis que colaboraram com a ditadura. 10 dez. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CONVERSA de Historiadoras. c2016. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com>. Acesso em: 20 jun. 2016.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre:** comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. **Pasado y Memoria.** Revista de Historia Contemporánea, 8, 2009, p. 267-286. Disponível em:

<dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3428062.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Annales à nova história. Editora Ensaio: Campinas, 1994.

_____. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis – SC, vol. 4, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>. Acesso em: 18 mar. 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. **Alceu**, Rio de Janeiro – RJ, vol. 1, n. 1, p. 91-101, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n1_Vera.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma

reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura:** a revista *Veja* e os governos militares (1968-1985). 1998. 218 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

GRITO dos/as Excluídos/as. **História**. c2015. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia>. Acesso em: 10 nov. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. O tempo desorientado - Tempo e História: Como escrever a História da França? **Anos 90,** Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, jul. 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6183/13479>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HISTORIADORES pela Democracia. c2016. Disponível em: <http://historiadorespelademocracia.tumblr.com>. Acesso em: 20 jun. 2016

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Introdução: A Invenção das Tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a, p. 9-23.

_____. A produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b, p. 271-316.

INSTITUTO Rubens Gerchman. **Cronologia**. Disponível em: <http://www.institutorubensgerchman.org.br/cronologia.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

JELIN, Elizabeth. Introducción. In: _____ (Comp.). **Las conmemoraciones:** las disputas en las fechas “in-felices”. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI/SSRC, 2002a.

_____. Los sentidos de la conmemoración. In: _____ (Comp.). **Las conmemoraciones:** las disputas en las fechas “in-felices”. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI/SSRC, 2002b. p. 245-251.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecilia et. al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 79-97.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editoria da Unicamp, 2003.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O teatro político e seus intérpretes: o início da redemocratização nas páginas de Isto É. In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso:** história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980). Curitiba: CRV, 2014, p. 197-122.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANDAJI, Carolina Fernandes da Silva. O gigante adormecido vem pra rua: construções enunciativas de Johnnie Walker e Fiat durante as manifestações brasileiras de 2013. **Comunicação Mídia e Consumo – ESPM**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 107-121, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/679/pdf>.
Acesso em: 14 jun. 2016.

MELO, Jorge José de. **Boilesen, um empresário da ditadura:** a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971. 2012. 138 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas:** o caso da Editora Abril. 1997. 366 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campinas, 1997.

MORAES, Ana Luiza Coiro; SCHUSTER, Patrícia Regina. *Veja*: como a publicação tornou-se hegemônica no mercado editorial brasileiro. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 35, n. 1, p. 181-202, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3403>. Acesso em: 17 maio 2016.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos:** a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Fundação Getúlio Vargas. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

_____. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, Niterói, v. 20, p. 1-21. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks/Liberty Funds, 2003.

O ESTADO DE S. PAULO. **O lugar de Dilma na História**. 14 jun. 2016. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia,10000056999>. Acesso em: 14 jun. 2016.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão:** a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. Brasiliense, São Paulo, 1998.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Aurora**, Mariana, v. 5, n. 2, p. 57-80, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2351/1912>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PERIN, Iara Steiner. **Nação e patriotismo na revista *Veja*:** as comemorações do Sete de Setembro (1969-

1973). 2013. 87 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2013.

_____. A revista *Veja* comemora a pátria: O nacionalismo e o Sete de Setembro (1969-1972). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso:** história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980). Curitiba: CRV, 2014, p. 69-94.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (O Brasil Republicano, 4). p. 207-241.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32.

RAYNAUD, Philippe. La commémoration: illusion ou artifice? **Le Débat**, n. 78, p. 99-110, jan-fev 1994.

RÉMOND, René. Do político. In: _____. (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 81-91.

_____. As *trincheiras* da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT; Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 97-144.

_____; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, mar. 2009. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. **História viva:** Teoria da história: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. **¿Qué es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Original em alemão: FÜSSMANN, K., GRÜTTER, H.T., RÜSEN, J. (Eds.): *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994, p. 3-26. Traduzido para espanhol por F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Razão histórica:** Teoria da história: Os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHIMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, dez. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132583>. Acesso em: 29 maio 2016.

SECRETARIA de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Mastro e Pavilhão Nacional**. c2016a. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/mastro-e-pavilhao-nacional.html>. Acesso em: 01 nov. 2014.

_____. **Panteão da Pátria**. c2016b. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria.html>. Acesso em: 01 nov. 2014.

SERPA, Élio Cantalício; FREDRIGO, Fabiana de S; SANDES, Noé F. “Revista O Cruzeiro” de 1972: conmemorando el sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. **Studia Historica***,* Historia Contemporánea, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil e os usos políticos do passado na revista *Veja* (1968-1978). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso:** história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980). Curitiba: CRV, 2014a, p. 21-42.

SILVA, Juliana Miranda da. A abertura política e a ampliação das pautas reivindicatórias nas páginas de *Veja* e *Isto É* (1976-1980). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso:** história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980). Curitiba: CRV, 2014b, p. 123-140.

_____. **Democracia, cidadania e construção de direitos nas narrativas das revistas *Veja* e *Isto É* (1974-1988)**. 2014. 211 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014c.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica:** A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A *Folha de São Paulo* e o Golpe de 1964. 2011. 319 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória:** biblioteca do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). 2013. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2013.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

VEJA. São Paulo: Abril, 1968. Semanal. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br>.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 53-63.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

APÊNDICE A – Quadro de fontes

Data	Nº	Seção	Páginas	Título	
10/09/1969	53	Especial	30-37	Onde está o inimigo da Pátria?	
09/09/1970	105	Capa		A Festa da Pátria	
		Brasil	16-19	O dia do Brasil	
			18-19	O patriotismo de todos e o amor de cada um	
08/09/1971	157	Capa		Brasil. Nacional-Patriot-ismo	
		Entrevista	3-5	Razões da Independência	
		Carta ao leitor	19	Carta ao leitor	
		Brasil	21	As festas da Independência	
		Especial	35-38	A palavra dos mil usos	
				36	O povo gosta de seu país
				36	Nacionalismo para crescer
			39-46	A ideia e a paródia. *Interesses nacionais e interesses pessoais*	
				39-40	O virtuosismo do bocó
				40-42	Nacional, porém nocivo
				40-41	A estratégia
				42-43	Juscelino pedia por favor
				42-43	Sem nasserismo
				43-44	Os livros do ISEB na ESG
				44-46	Médici defende a soberania
				46	Uma nova frente é impossível
				46	Nacionalismo disciplinador
		Publicidade	48	Onde o Brasil vai buscar tanta energia? (Copersucar)	
		Especial	49-56	O Congresso e o nacionalismo	
				50-51	O nacionalismo de 1961 morreu. Surgiu outro novo
				52-53	O Brasil deve ser o líder da América Latina
				54-55	O desenvolvimento controlará os investimentos
				56	Chegou a hora de reconhecer a China Comunista
				56	Questão de método
05/01/1972	174	Brasil	19	Chegou o Sesquicentenário	

06/09/1972	209	Capa		Como se fez uma nação
		Publicidade	6-7	O Brasil espera que cada um abra o seu coração (Banco Português do Brasil S.A.)
			8-9	Está fazendo 150 anos que o Brasil é um país livre (Varig)
		Humor	10-11	Millôr (muito) cívico
		Publicidade	16-17	O maior orgulho da Rhodia é estar 100 anos atrás do Brasil (Rhodia)
			18	Era chegada a hora do cafezinho (Café solúvel Brasília)
		Carta ao leitor	19	Carta ao leitor
		Documento	20-40	E ficou a Pátria livre
			21-26	Nas seis páginas seguintes, imagens de cinco séculos de história...
		Publicidade	42-43	Ponha mais amor no Brasil dos seus filhos (Singer)
			62-63	Presidente Médici: o futuro chegou. Estamos aí! (Cia. Siderúrgica Nacional)
			65	Reserve um pouco da alegria dos 150 anos pra quem está fazendo apenas 7 (Serpro)
			68	Depois de 150 anos de trabalho duro, felizmente, só nos resta desejar... (Mercedes Benz)
			82-83	É tempo de construir (Constrol)
		Literatura	91-92	Vírus da Liberdade (A Vida de D. Pedro I)
		Publicidade	116-117	8 de setembro. E a festa continua (Mobral)
13/09/1972	210	Brasil	12-19	O colorido fim de festa
12/09/1973	262	Brasil	20-21	(Brasília) Desfile a rigor
08/09/1976	418	Brasil	24	(Comemoração) Para todos
		Publicidade	58	Hoje é dia de Brasil em todo o Brasil (Varig)
			82	Símbolo de confiança (Caderneta de popança)
14/09/1977	471	Brasil	30	(Comemoração) A Semana da Pátria
			30-31	(Exército) Apelo à Justiça
06/09/1978	522	Publicidade	132-133	Chapéu de jornal. Espada de pau (Banespa)
		Ponto de vista	146	O silêncio dos povos (Marçal Versiani)
12/09/1979	575	Brasil	31	(O Presidente) Tom marcial
11/09/1985	888	Brasil	49	(Brasília) O povo na festa. *O presidente abre a porta do Palácio do Planalto*
10/09/1986	940	Arquitetura	120-121	Heróis esquecidos
			121	O esquecimento da História no fim do mastro

Fonte: Acervo Digital da Revista *Veja*. Elaboração própria.